

**Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Aldrin Armstrong Silva Castellucci**

**Salvador dos Operários:  
Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia**

Salvador – Bahia  
Dezembro - 2001

**Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Aldrin Armstrong Silva Castellucci**

**Salvador dos Operários:  
Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Cecília Velasco e Cruz (UFBA)**

Salvador – Bahia  
Dezembro - 2001

C349 Castellucci, Aldrin Armstrong Silva 1969-  
Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de  
1919 na Bahia/Aldrin Armstrong Silva Castellucci. - Salvador:  
UFBA, 2001.

152 p.

(Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História - UFBA)

1. Trabalho e Classe Operária - Salvador. 2. Movimento  
Grevista - Bahia (1919-1921). 3. Sindicatos Operários - Bahia.  
4. Socialismo. 5. Anarquismo.

CDD - 331.880981

**Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Aldrin Armstrong Silva Castellucci**

**Salvador dos Operários:  
Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Banca examinadora:**

Profª Drª Maria Cecilia Velasco e Cruz (UFBA)  
Prof. Dr. Claudio Henrique M. Batalha (UNICAMP)  
Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (UFBA)

Salvador – Bahia  
Dezembro - 2001

**À minha mãe, que apoiou este  
trabalho do início ao fim.**

**A Vivianne, que partilhou  
comigo as dificuldades  
do percurso.**

# Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>08</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>I- Salvador Operária .....</b>	<b>16</b>
1.1 - Estrutura Social Soteropolitana .....	17
1.2- Composição Social da Classe Operária.....	22
1.3- Trabalhar e Morar em Salvador .....	35
<b>II- O Reino da Necessidade .....</b>	<b>43</b>
2.1- Carestia e Especulação .....	43
2.2- A Crise do Pão .....	50
2.3- A Crise de Moradia.....	54
2.4- Crise de Trabalho e Compressão Salarial.....	57
<b>III- O Reino da Liberdade .....</b>	<b>76</b>
3.1- O Conflito Intergárquico e o Sindicalismo Operário .....	78
3.2- As Greves do Início do Ano .....	92
3.3- As Jornadas de Junho.....	96
<b>Considerações Finais: Desdobramentos .....</b>	<b>121</b>
<b>Fontes Primárias .....</b>	<b>135</b>
<b>Bibliografia Consultada .....</b>	<b>146</b>

## Índice de Tabelas

1- Estrutura Social - Salvador 1920 .....	18
2- Estrutura Ocupacional da Classe Operária - Salvador 1920 .....	23
3- Estrutura da Indústria Têxtil Bahia 1920 .....	26
4- Estrutura Ocupacional da Classe Operária Segundo o Sexo - Salvador 1920.....	29
5- Estrutura Ocupacional da Classe Trabalhadora Segundo a Nacionalidade - Salvador 1920 .....	31
6- Geografia das Principais Fábricas - Bahia 1919 .....	37
7- Oficinas de Sapateiros - Salvador 1919 .....	39
8- Exportações de Gêncros de Primeira Necessidade - Brasil 1914-1918 .....	49
9- Indústria Têxtil Bahia Evolução dos Lucros Líquidos 1912-1920 .....	60
10- Importações de Carvão – Brasil 1913-1918 .....	62
11- Postos de Trabalho na Indústria Têxtil - Bahia 1912-1920 .....	65
12- Fábricas de Calçados - Salvador 1920 .....	70
13- Fábricas de Charutos e Cigarros Bahia 1920 .....	72
14- Fundação de Sociedades Mutualistas, Benéficas e Cooperativas – Bahia 1832-1930.....	84-85

## Resumo

História da Greve Geral de 1919 na Bahia no contexto das tensões conjunturais da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e do imediato pós-guerra. Perfil da classe operária de Salvador e sua relação com a estrutura social da capital baiana, analisando o peso dos operários fabris e demais setores produtivos na sociedade, sua composição em termos sociais, de gênero e nacionalidade. Análise dos principais elementos de tensões conjunturais subjacentes à greve geral de junho de 1919, reconstituindo a crise econômica que se abriu a partir de 1913, se aprofundou no decorrer da Primeira Guerra Mundial e encontrou seu momento mais agudo nos anos de 1918-1919. Descrição dos problemas ligados à carestia, escassez e especulação, enfatizando as mudanças ocorridas quando a contestação popular transitou da esfera do *consumo* para a da *produção*, aprofundando a discussão acerca dos problemas relativos à crise na indústria, particularmente nos setores têxtil, de calçados, de chapéus e da construção civil, tentando perceber os efeitos desta crise sobre as condições de vida e de trabalho do operariado. Quadro da greve geral de junho de 1919, descrevendo-a sob ponto de vista diacrônico (em suas origens, dinâmica, expansão e refluxo), explicitando a relação entre a greve e a conjuntura. Diferenças entre as reivindicações de 1919, muito especialmente a jornada de 8 horas, a abolição do trabalho infantil e a isonomia salarial entre homens e mulheres, e as que antecederam a greve geral, quando o operariado se debatia em movimentos isolados por fábrica ou oficina, reivindicando o pagamento de salários atrasados ou quando muito a reposição de perdas salariais. Análise sumária dos desdobramentos da greve geral no campo da organização política e sindical da classe operária, indicando a mudança qualitativa no nível de politização do movimento operário baiano a partir de 1919.

## Agradecimentos

A lista das pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, é bastante longa. Procurei contemplar alguns nomes neste pequeno espaço, ciente do risco de incorrer em injustiça pela omissão de outros.

Em primeiro lugar, quero registrar os meus agradecimentos à minha mãe, a quem dedico este trabalho, em sinal de reconhecimento por todos os sacrifícios empreendidos, desde a minha tenra idade até os dias de hoje, para ver concretizados todos os meus sonhos, inclusive o de avançar nos estudos de pós-graduação.

Ao longo do difícil percurso de elaboração da presente dissertação de mestrado, contei com a compreensão e apoio, também, de Vivianne, exemplo de companheirismo e carinho, muitas vezes traduzidos nos inúmeros manuscritos que ajudava a organizar e digitar. Sua presença de espírito, descontração e dedicação a uma causa que ela considerou comum foram muito importantes para o término deste trabalho.

Tenho uma dívida intelectual impagável para com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Velasco e Cruz, mais que orientadora nesses mais de dois anos e meio de convivência. O registro de seu nome está longe de ser uma mera formalidade e está ligado ao que alguém já disse sobre o caráter coletivo de uma obra, mesmo quando assinada por um único autor. Seu rigor, competência e seriedade profissionais me fazem partilhar com ela os méritos que este trabalho tenha, embora a exima dos deméritos.

Lembro também os nomes de meu pai e dos meus irmãos, Wellington Castellucci Jr. e Luciano Silva Castellucci e dos amigos (as) Cláudia, Alexandre, Iuri, Zacarias e Cláudio, com os quais troquei idéias nos mais variados locais e oportunidades.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico me concedeu uma bolsa de estudos por dois anos, fundamental para que eu pudesse me afastar das atividades docentes que exercia e poder me dedicar à pesquisa e à elaboração do presente texto. O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia financiou uma viagem de pesquisas que fiz em São Paulo, onde pude ter acesso a fontes acerca da história da classe operária baiana que se encontravam no Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp). Agradeço a atenção e cordialidade dispensadas pelo seu antigo Coordenador, Prof. Dr. Antônio F. Guerreiro M. de Freitas, e sua atual Coordenadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Hilda B. Paraiso, a quem tive a oportunidade de conhecer em uma das disciplinas

que cursei. Fui aluno, também, do Prof. Dr. João José Reis e do Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo, aos quais agradeço pelas primeiras considerações feitas ao projeto que deu origem à presente dissertação. Estendo esses agradecimentos aos colegas de mestrado, com os quais troquei algumas fontes e sugestões.

Ao longo do curso de mestrado, realizei pesquisas em muitas instituições, sendo sempre bem acolhido em todas elas. Na Biblioteca da Pós-Graduação da FFCH-UFBA, contci com a inestimável ajuda e cordialidade de Marina. Registro agradecimentos especiais também aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Biblioteca Central, do Instituto Histórico da Bahia, do Arquivo Edgard Leuenroth e da Biblioteca Setorial de Ciências Humanas da Unicamp.

## Introdução

A produção historiográfica acerca dos movimentos operário e sindical no Brasil já é relativamente extensa e diversificada, embora, paradoxalmente, seja também repleta de lacunas e problemas de interpretação. Os primeiros registros sobre a presença, importância e papel da classe trabalhadora na sociedade brasileira foram feitos pelas próprias lideranças do movimento operário. Enfocando prioritariamente os setores organizados, esses escritos dos militantes eram marcadamente voltados para a legitimação das próprias correntes ideológicas às quais tinham aderido, sendo essa análise enviesada face ao objeto da História comum tanto aos escritos dos libertários, como aos dos reformistas e comunistas.<sup>1</sup>

A partir da década de 1960, os primeiros trabalhos acadêmicos começaram a ser desenvolvidos pelos sociólogos, buscando construir grandes sínteses explicativas da evolução do movimento operário no Brasil a partir de pesquisas majoritariamente feitas com base num *corpus documental* muito limitado e com um universo empírico circunscrito a São Paulo. Disso decorreu que as generalizações se mostraram frágeis e não resistiram aos estudos posteriores que procuraram dar conta da dinâmica de outras regiões ou estados brasileiros. Ao reduzir a história da classe operária nacional ao seu movimento no que hoje é o principal centro industrial e econômico da federação, esses autores obscureceram tudo aquilo que não se parecia a um padrão esquemático no qual os operários eram imigrantes estrangeiros (em geral italianos), qualificados, politizados e geralmente inclinados a apoiar o anarquismo.<sup>2</sup>

Dos anos 1970 em diante, particularmente com a produção historiográfica dos brasilianistas, a tendência a reduzir a classe operária e seu movimento ao anarquismo

---

<sup>1</sup> Claudio H. M. Batalha, A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In Marcos Cezar Freitas (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo, Contexto, 1998. Os principais autores desse grupo são: Astrogildo Pereira, Formação do PCB In *Ensaio Histórico e Político*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp.41-157; Herminio Linhares, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977; Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Alfa-Omega, 1977; Heitor Ferreira Lima, *Caminhos Percorridos: memórias de militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Octávio Brandão, *Combates e Batalhas: memórias*, São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

<sup>2</sup> Para uma crítica a esta literatura, ver: Maria Cecília Velasco e Cruz, *Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*, Rio de Janeiro, IUPEJ, 1981. As principais obras sociológicas do período foram: Azis Simão, *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, São Paulo, Ática, 1981; Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1966; José Albertino Rodrigues, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1968; Juarez Brandão Lopes, *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difel, 1967.

trazido pelos imigrantes estrangeiros foi superada, sendo mesmo negada como um mito sem qualquer fundamentação na realidade.<sup>3</sup> Todavia, o movimento operário de São Paulo e, secundariamente, o do Rio de Janeiro ainda continuaram sendo os referenciais para a maioria dos estudos sobre a classe operária brasileira, situação que não mudou mesmo com a entrada em cena dos historiadores nacionais.<sup>4</sup> Fora os estados já mencionados, a maioria dos estudos sobre o tema tem como referência central o Rio Grande do Sul e Minas Gerais.<sup>5</sup>

Na Bahia, entre os poucos estudos existentes sobre a classe trabalhadora durante a Primeira República, cabe mencionar os artigos dos irmãos Rubim. Procurando explorar as relações entre o movimento operário baiano e a imprensa ligada às elites, aqueles autores fizeram um mapeamento das posições políticas e ideológicas que os principais órgãos da imprensa local assumiram, na conjuntura de 1917 a 1921, frente às demandas do operariado. Por meio do confronto e análise dos jornais ligados à Seabra e ao PRD (*O Democrata e O Tempo*) e dos órgãos da oposição vinculada a Ruy Barbosa (*Diário da Bahia, O Imparcial, A Tarde e Diário de Notícias*), juntamente com o levantamento resumido dos principais fatos ocorridos naqueles anos, eles chegaram a esboçar a dinâmica das greves e dos conflitos interligarquicos que marcaram o período.<sup>6</sup>

A dissertação de mestrado ainda inédita de José Raimundo Fontes foi, no entanto, o primeiro estudo de história operária de maior fôlego, apresentando um levantamento exaustivo sobre a incidência de greves na Bahia durante toda a Primeira República. É certo que a abrangência da pesquisa, ao mesmo tempo em que representou um ganho em termos de conhecimento das tendências gerais do movimento grevista e suas conjunturas de

<sup>3</sup> Os principais brasilianistas aqui discutidos são: Michael Hall & Paulo Sérgio Pinheiro, *Imigração e Movimento Operário: Uma Interpretação*. In José Luiz Del Roio (org.), *Trabalhadores no Brasil: Imigração e Industrialização*, São Paulo, Icone/EDUSP, 1990; Sheldon Leslie Maran, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; John W. F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977

<sup>4</sup> Ver: Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1976.

<sup>5</sup> Para o caso gaúcho, ver: Sílvia R. Ferraz Petersen, *As Greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In Sérgio Gonzaga (Org.), *RS: Economia e Política*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, pp. 277-327; Beatriz Ana Loner, *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*, Pelotas, Editora da UFPel., 2001; Isabel Bilhaço, *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário: Porto Alegre 1906-1911*, Porto Alegre, Editora da PUC-RS, 1999. Para o caso mineiro, ver: Sílvia Maria Belfort Vilela de Andrade, *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*, Juiz de Fora, Editora da UFJF, 1987; Eliana de Freitas, *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*, Belo Horizonte/São Paulo, Editora da UFMG/HUCITEC, 1988.

<sup>6</sup> Antonio Albino Canelas Rubim, *Movimentos Sociais e Meios de Comunicação - Bahia, 1917-1921*. *Cadernos do CEAS*, n° 61, maio/junho de 1979, pp. 30-43; Antonio Albino Canelas Rubim & Jorge Luiz Canelas Rubim, *As Lutas Operárias na Bahia (1917-1921)*. *Cadernos do CEAS*, n° 80, julho/agosto de 1982, pp. 22-34.

maiores ou menores fluxos, apresenta-se, aos olhos do estudioso de hoje, insuficiente no que tange à explicação do próprio fenômeno grevista, além de deixar de fora uma gama de elementos *novos* da história da classe operária, tais como as comemorações do 1º de Maio e do 14 de Julho, rituais político-partidários, a vida cotidiana nas vilas operárias, as festas e tradições, inclusive as religiosas etc.<sup>7</sup>

Cabe dizer, ainda, que para a Bahia também não existem monografias sobre temas específicos da história operária: a análise de uma greve ou de uma conjuntura em particular, a vida de um sindicato ou do sindicalismo em uma determinada categoria, o exame de um jornal ou da imprensa operária local, as correntes reformistas e libertárias etc. As carências são tão grandes que os próprios estudos sobre o processo de industrialização ocorrido no século XIX e na Primeira República são rarefeitos, configurando, na verdade, um espaço praticamente vazio, quando comparado à pujante produção historiográfica sobre outros temas do Oitocentos.<sup>8</sup>

A riqueza histórica do período e o silêncio da bibliografia especializada aguçaram a nossa curiosidade em conhecer melhor os acontecimentos de 1919, brevemente relatados pelos irmãos Rubim e por Raimundo Fontes. Por que o sindicalismo baiano foi tão tardio? E por que a greve ocorreu em 1919 e não em 1917?.

A bibliografia geral sobre o tema dava conta, por exemplo, de que no Rio de Janeiro, greves abarcando ramos de produção e/ou atividade inteiros, já haviam ocorrido desde o início do século XX, tendo a luta pela jornada de 8 horas como pauta, caso dos movimentos de estivadores, tecelões e sapateiros de 1903 e 1906.<sup>9</sup> Mesmo em pontos tão distantes e com histórias e tradições culturais e políticas tão distintas como São Paulo e Rio

---

<sup>7</sup> José Raimundo Fontes, *Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista, 1888-1930*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1988.

<sup>8</sup> São poucas as exceções a essa regra. Sobre a indústria têxtil, ver: José Luis Pamponet Sampaio, *Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1975 e o ensaio de Waldir Freitas de Oliveira, *A Industrialização da Bahia: Um Surto de Industrialização na Bahia do Século XIX*, Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985. Sobre a indústria fumageira, ver: Silza Fraga Costa Borba, *Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia, 1870-1930*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1975.

<sup>9</sup> Maria Cecília Velasco e Cruz, *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1998; Maria Cecília Baeta Neves, *Greve dos Sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: Notas de Pesquisa*. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, abril/junho de 1973, pp. 49-66; Eulália Maria Lahmeyer Lobo & Eduardo Navarro Stotz, *Flutuações Cíclicas da Economia, Condições de Vida e Movimento Operário*. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói (RJ), UFF, vol. 1, nº 1, 1985, pp. 61-86.

Grande do Sul, greves gerais foram feitas, respectivamente, em 1906<sup>10</sup> e 1907 tendo a jornada de 8 horas como reivindicação.<sup>11</sup> Em 1917, uma nova leva de greves gerais foi desencadeada nestes estados, sendo que a de São Paulo foi a que ficou imortalizada e retida de maneira mais significativa na memória do movimento operário, influenciando a própria classe operária de outras unidades da federação e inspirando um razoável número de trabalhos acadêmicos.<sup>12</sup>

Na Bahia, a própria natureza do movimento de greve geral de junho de 1919 e os acontecimentos que o sucederam, são sensivelmente diferentes de tudo que havia acontecido até aquele momento no estado. Até então, a maioria da classe operária baiana se debatia em lutas de caráter espontâneo, sem qualquer organização sindical ou tendo-a em situação de extrema fragilidade, reivindicando o pagamento de salários atrasados por meio de negociação ou greves isoladas por fábrica ou oficinas. Em junho de 1919, a situação é bem diferente, pois a classe operária incluiu entre suas reivindicações elementos inteiramente novos, como a duração da jornada de trabalho, a abolição do trabalho infantil e a regulamentação e estabelecimento da isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções.

Resolvemos, então, estudar a conjuntura de 1919, procurando dar conta das múltiplas dimensões que envolviam a história da classe operária de Salvador. Um de nossos objetivos foi, portanto, demonstrar como a crise ocasionada pela Primeira Guerra Mundial se manifestou na Bahia e qual a sua relação com o movimento operário. Procuramos demonstrar, pois, como os problemas relacionados à escassez, carestia e especulação afetaram as condições de vida do conjunto da população e em seguida, aprofundamos essa análise, objetivando compreender como tais problemas se associavam e se combinavam com as questões específicas que afligiam a classe operária, como o desemprego e a compressão salarial, e como tais privações e sofrimentos foram vivenciados de forma diferenciada por cada uma de suas frações.

---

<sup>10</sup> Sílvia R. Ferraz Petersen, *Op. Cit.*, pp. 277-327, Isabel Bilhão, *Op. Cit.*

<sup>11</sup> Paulo Sérgio Pinheiro & Michael Hall, *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930 (Vol. I O Movimento Operário)*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp. 64-72.

<sup>12</sup> Ver a respeito: Boris Fausto, *Conflito Social na República Oligárquica: A Greve de 1917*. In *Estudos CEBRAP*, nº 10, outubro-novembro-dezembro de 1974, pp. 79-109; Cristina Hebling Campos, *O Sonhar Libertário (movimento operário nos anos 1917-1921)*, Campinas (SP), Pontes/Editora da Unicamp, 1998; Christina Roquette Lopreato, *O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista*, São Paulo, Annablume/Fapesp, 2000.

Em última análise, o que nos colocamos para demonstração foi como a guerra e os problemas derivados dela foram essenciais na conformação de uma consciência de classe no operariado baiano. Essa consciência de classe foi o resultado direto de um processo de amadurecimento político determinado pelas privações e sofrimentos causados pelo conflito, devidamente catalisados pelos sindicatos operários, em sua maioria de orientação ideológica socialista, que souberam transformar essa experiência operária - pautada pela fome, fechamento de fábricas, desemprego, longas, insalubres e extenuantes jornadas de trabalho - em argumentos capazes de convencer a classe operária a avançar em suas lutas do período de recuperação, a partir dos meses de abril e maio de 1919, munidos de uma consciência da exploração a que estavam submetidos. Disso resultou que aquele momento significou uma ruptura das barreiras impostas pela ideologia paternalista dos industriais.

O que fizemos, então, foi reconstruir a ação política dos homens e mulheres que fizeram a sua história nos marcos de suas determinações estruturais e tensões da conjuntura econômica e política, buscando os limites e possibilidades da ação coletiva da classe operária, objetivando melhorar a margem de compreensão e explicação de suas próprias atitudes a partir do entendimento de seu campo de ação. Como bem observou Emilia Viotti da Costa, a reconciliação entre as análises de tipo estrutural e das experiências dos sujeitos é a melhor maneira de ampliar as possibilidades de compreensão do comportamento operário, resgatando os sujeitos conscientes e atuantes da nova historiografia, mas não caindo no equívoco de pensar que esses sujeitos são absolutamente livres de qualquer tipo de determinação, o que se constituiria num retrocesso idealista, estranho à própria corrente do marxismo que deu origem a essa abordagem.<sup>13</sup>

Procuramos também apontar que a amplitude e a dinâmica das greves de 1919 foram fortemente influenciadas por fatores de natureza política. Sem os conflitos intra-oligárquicos, e sem a liberdade de expressão dada aos operários pelas elites no poder estadual, o movimento dos trabalhadores talvez não tivesse se convertido na primeira greve geral da Bahia.

No primeiro capítulo, fiz uma análise de tipo estrutural na qual procurei traçar um perfil da classe operária de Salvador, discorrendo sobre sua composição social, o peso da

---

<sup>13</sup> Emilia Viotti da Costa, *Estrutura versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. BIB (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais)*, Rio de Janeiro, nº 29, 1º semestre de 1990, pp. 3-16.

mão-de-obra feminina, a fraqueza da imigração estrangeira e a presença majoritária dos negros entre os brasileiros. Depois passei a ocupar-me com a descrição da geografia da indústria e do trabalho na cidade. No segundo capítulo, trabalhei num plano de análise das tensões conjunturais geradas pela guerra, enfocando os problemas ligados à carestia e escassez de alimentos, especulação imobiliária e crise de trabalho e compressão salarial na fase de 1912 a 1919. No terceiro capítulo, procurei mostrar como o início de um novo ciclo de prosperidade econômica combinou-se perfeitamente com a crise política interoligárquica de 1919 e com a grande fermentação sindical iniciada com a guerra e a importância dessa tríplice determinação na deflagração de uma série de greves setoriais que culminaram na greve geral de junho. Finalizei o trabalho com uma discussão acerca dos desdobramentos daquele movimento no campo da mobilização, organização e politização da classe operária de Salvador.

## I – Salvador Operária

Desde tempos remotos, Salvador manteve uma estreita relação com seu Recôncavo. A antiga metrópole colonial que tanto brilho havia exibido no século XVIII e no início do XIX, viveu seus dias de glória a partir de um modelo econômico pelo qual o porto, as atividades comerciais (inclusive o tráfico negreiro) e a agroindústria açucareira ditavam as regras de tudo o mais na sociedade baiana. Esta cidade essencialmente portuária e comercial era o escoadouro da produção de sua hinterlândia, sendo, por isso mesmo, fortemente influenciada pelo mundo rural. Em consequência dessa situação, os governantes da província procuraram promover melhoramentos nos meios de transportes e comunicações, construindo e expandindo ferrovias e criando as condições de navegabilidade dos rios. Com isso, aumentava a dependência do interior em relação à capital, que passou a concentrar todos os recursos econômicos, financeiros, sociais e políticos e atraindo para si as massas de sertanejos esfomeados que fugiam periodicamente das secas que assolavam a Bahia.

O comércio de importação e exportação era a principal atividade econômica da cidade no século XIX. O açúcar, fumo, algodão, cacau etc. eram embarcados cotidianamente para vários países, ao passo que chegava a Salvador desde a lã, linho e seda até objetos de vidro, ouro e prata, perfumaria, instrumentos musicais, medicamentos, vinhos, especiarias, farinha de trigo, óleo de oliva, charque, bacalhau etc. Do mesmo modo que centralizava a recepção dos produtos vindos do interior para encaminhá-los para o exterior, Salvador monopolizava também a entrada de mercadorias vindas de outras nações e fazia, por meio de seu porto, a redistribuição das mesmas para o interior da província através de tropeiros e marinheiros.<sup>14</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, o peso e a influência do comércio ainda eram bastante grandes. Foram os comerciantes que pressionaram as autoridades governamentais a realizar as reformas urbanas necessárias à sua própria expansão. Exemplo disso são as obras de construção do cais e pavimentação de ruas na região portuária iniciadas em 1906,

---

<sup>14</sup> Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, Século XIX. Uma Província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, pp. 75-81; 487-523.

a introdução do bonde elétrico, da telefonia e da eletricidade, de período anterior, e as reformas urbanas iniciadas no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916).<sup>15</sup>

Entretanto, apesar de sua vocação comercial inequívoca, já tantas vezes lembrada pela historiografia, seria um erro imaginar que em Salvador não existia uma indústria consolidada em alguns setores da economia ou que a classe operária era uma força social desprezível. Mostrar quem era essa classe operária, qual o seu peso e composição social, onde trabalhava e onde morava por ocasião da greve geral e dos acontecimentos que a sucederam é o objetivo principal deste capítulo. Para tanto, é necessário analisar a estrutura social da cidade em seu conjunto, o que será feito através das informações fornecidas pelo Censo de 1920.

### 1.1 - Estrutura Social Soteropolitana

O primeiro elemento que salta aos olhos ao se examinar a Tabela 1 é o elevado número de habitantes enquadrados na categoria dos que não tinham ou não declararam ter profissão: 163.410 pessoas ou 57,7% de uma população total de 283.422 habitantes. Mesmo considerando que no seio desse enorme contingente populacional havia muitas donas de casa e crianças de todas as idades, esse é um dado que revela a situação de pobreza em que a maioria da população de Salvador vivia, boa parte dela sobrevivendo na informalidade, por meio de expedientes não convencionais, desempregados ou subempregados, ou mesmo engrossando as fileiras dos desocupados, miseráveis e desvalidos. A situação se refletia claramente na existência de um *comércio ao ar livre* hipertrofiado, formado por muitas pessoas que vendiam produtos ou serviços, de modo itinerante ou fixando-se num determinado ponto, rua, avenida, praça etc da cidade. Suas práticas lembravam a dos numerosos ganhadores da velha Bahia. Em 1915, tinham licença para comerciar pelas ruas cerca de 4.545 indivíduos, número que certamente seria maior se a relação incluísse todos aqueles que negociavam sem permissão oficial.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)* In *RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Salvador, FAU-UFBA, vol. 3, nº 4/5, julho-dezembro de 1990, pp. 20-29.

<sup>16</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões: Salvador, 1890-1930*, São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 1982, p. 76.

**Tabela 1**  
**Estrutura Social - Salvador 1920**

Atividade	Números Absolutos	%
Agricultura	11.719	4,1
Criação	224	0,1
Caça e Pesca	1.178	0,4
Indústria*	45.653	16,1
Transportes Marítimos e Fluviais	3.212	1,1
Transportes Terrestres e Aéreos	5.770	2,0
Comércio e Finanças	15.780	5,6
Força Pública	2.857	1,0
Administração Pública**	3.406	1,2
Administração Particular	1.185	0,5
Sacerdócio e Profissões Liberais	5.932	2,0
Pessoas que Vivem de Suas Rendas	645	0,3
Serviço Doméstico	11.247	4,0
Profissões Mal Definidas	11.204	3,9
Profissão Não Declarada e Sem Profissão	163.410	57,7
Total da População de Salvador	283.422	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1° de setembro de 1920, Vol. IV (5ª Parte - População), pp. 362-363.

\* Inclui os 1.538 operários do setor de extração.

\*\* Inclui os trabalhadores do Centro Telefônico de Salvador, controlado pela iniciativa privada.

Em estreita relação com o chamado *comércio ao ar livre* estavam as grandes áreas verdes do perímetro urbano de Salvador, conservadas a despeito das reformas modernizadoras implementadas desde o início do século XX. Nas colônias, hortas, roças, chácaras, fazendas e estâbulos dos bairros centrais e principalmente dos distritos mais periféricos trabalhavam um total de 13.121 pessoas alocadas no setor agropastoril e pesqueiro da cidade, o que correspondia a 4,6% de sua população. Esse contingente, denunciador da mistura entre o rural e o urbano da capital baiana ainda nessa época, era responsável pelo pequeno abastecimento local, fornecendo raízes, frutas, legumes, verduras, ovos, peixes e carnes frescas para os segmentos proletários que habitavam os bairros populares da cidade. Suas atividades estavam diretamente vinculadas às inúmeras feiras de Salvador, como por exemplo as existentes na Rampa do Mercado, Ribeira de Itapagipe, em Água de Meninos, no Porto do Bonfim e no Tanque da Conceição, onde os pobres faziam suas compras e grande parte daquele enorme conjunto de pessoas sem profissão declarada conseguia obter o seu ganha-pão de cada dia. Esse setor incluía,

também, as centenas de pescadores que moravam nas colônias de pesca que se estendiam pela Orla Marítima, a exemplo das do Rio Vermelho, Amaralina, Pituba e Itapuã (conhecida área de pesca da baleia) e também na Enseada dos Tainheiros (Cidade Baixa).<sup>17</sup> Seu número, aliás, certamente era maior que as 1.178 pessoas indicadas pelo Censo de 1920, pois em 1923 o registro da Capitania do Porto atestava a existência de 3.407 pescadores matriculados distribuídos por 38 colônias de pesca, um número igualmente superior ao das 5 mais conhecidas citadas acima.<sup>18</sup>

O segundo aspecto que a Tabela 1 ressalta diz respeito ao real peso da classe operária no conjunto da população de Salvador. Em 1920, a cidade já era bem diferente daquela do século XIX, não podendo mais ser vista como centro urbano exclusivamente portuário e comercial. Na verdade, o comércio e as finanças empregavam tão-somente 5,6% da mão-de-obra urbana, embora estes setores econômicos ainda representassem um valor substancial das finanças públicas em termos de arrecadação, principalmente o setor atacadista e de importação e exportação, dominado pelos portugueses. O setor varejista era o que apresentava o maior número de contribuintes, agregando panificadoras, bares, tavernas, cafês, restaurantes, comércio de alimentos, lojas de tecidos e artigos do vestuário em geral etc.<sup>19</sup> Já o setor industrial ocupava, independente de seu maior ou menor dinamismo, 45.653 operários distribuídos em diversos ramos de produção. Isso significa que a mão-de-obra operária das fábricas, oficinas, minas e pedreiras da cidade correspondia a 16,1% do conjunto da população, ou mais. Isto porque, se considerarmos que na seção de *Profissões Mal Definidas*, composta pelos 11.204 indivíduos que se apresentaram como “operário”, “trabalhador”, “aprendiz”, “empregado” etc. podem estar muitos membros da classe trabalhadora que responderam ao inquérito do Censo Populacional de forma vaga, concluiremos, facilmente, que o tamanho da classe operária de Salvador era realmente maior. Em meio a esta categoria, certamente os recenseadores incluíram muitos carregadores que buscavam trabalho cotidianamente na zona portuária da Cidade Baixa e

---

<sup>17</sup> Para uma discussão específica sobre o tema, ver: Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões: Salvador, 1890-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1982, pp. 37-40 e *Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana (1890-1930). Cidade & História*, Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1992, pp. 257-262;

<sup>18</sup> Capitania do Porto da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, pp. 344-345.

<sup>19</sup> Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 2ª Etapa (1890-1930)*, Salvador, CPE, 1980, pp. 51-67.

até operários e aprendizes de fábricas e oficinas. Em seu conjunto, a classe operária tinha um tamanho inferior apenas ao enorme contingente dos sem profissões (57,7% da população), sendo três vezes maior que o comércio e finanças e tendo treze vezes mais membros que a administração pública.

Sobre os operários fabris e de ofício, cabe fazer ainda uma observação relevante. O setor manufatureiro de cigarros e charutos parece ter sido englobado nas informações relativas à agricultura (cultura do fumo), seus operários tendo sido excluídos, portanto, do universo computado para Salvador. Estudos específicos demonstraram que aquela foi uma indústria que surgiu da iniciativa dos próprios comerciantes e exportadores do fumo, possuía um caráter difuso, demandava poucos investimentos e utilizava uma numerosa mão-de-obra operária com baixo nível de qualificação. Salvador concentrava as principais fábricas de cigarros, algumas mecanizadas, ao passo que a maioria das manufaturas de charutos estava nas cidades do Recôncavo, principalmente Cachoeira, São Félix, Muritiba e Maragogipe, mas também em outras cidades, a exemplo de Feira de Santana, Amargosa, Cruz das Almas, Nazaré, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus e São Gonçalo dos Campos.<sup>20</sup> Encarada como atividade agro-industrial, o número de operários empregados nas fábricas soteropolitanas é de difícil cálculo, mas pode-se dizer que era bem inferior ao das unidades do Recôncavo.<sup>21</sup>

À classe operária é preciso somar, por fim, os 3.212 trabalhadores em transportes marítimos e fluviais, um número decerto subestimado, só tendo contado, ao que tudo indica, a mão-de-obra empregada nas grandes empresas, como a *Companhia de Navegação Baiana*, que fazia o comércio de carga e de passageiros entre Salvador, o Recôncavo e cidades do Sul da Bahia e a *Companhia de Transportes Marítimos*, responsável pela maior parte do transporte de carga entre o porto e os navios ancorados no interior da Baía de Todos os Santos, deixando-se de lado as centenas de indivíduos que trabalhavam nos saveiros e barcos que também faziam a ligação da Capital com o Recôncavo e a Ilha de

---

<sup>20</sup> Silza Fraga Costa Borba, *Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia, 1870-1930*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1975, pp. 35-54.

<sup>21</sup> Em 1923, as fábricas de charutos de São Félix, Cachoeira e Maragogipe, as três principais cidades do Recôncavo Fumageiro, empregavam, juntas, 7 mil operárias, sendo que a Danemann possuía mais de 3 000, a Suerdick mais de 2.200 e as 2.000 restantes labutavam nas pequenas unidades e no trabalho em domicílio. Gregório Bondar, *Fumo na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, pp. 294-296.

Itaparica.<sup>22</sup> Acrescentemos, também, os 5.770 trabalhadores em transportes terrestres, desde os carroceiros e motoristas de automóveis, até os condutores, motomeiros e demais empregados das companhias *Linha Municipal, Linha Circular e Trilhos Centrais* controladoras dos serviços de bondes, elevadores, planos inclinados, energia elétrica e iluminação pública nos dois níveis da cidade.<sup>23</sup> Além disso, nesse contingente estavam incluídos os ferroviários da *Companhia Chemins de Fer* alocados em Salvador.<sup>24</sup> A soma do setor fabril ao de transportes marítimos e terrestres, portanto, nos leva a um número,

<sup>22</sup> As origens da *Companhia de Navegação Baiana* remontam a meados do século XIX, tendo sido formada em 1858 a partir da fusão da *Companhia Bonfim* (1847) com a *Companhia Santa Cruz* (1851). Em 1862 foi comprada pelos ingleses, passando a se chamar *Bahia Steam Navigation Company Limited*. Em 1879, após a sua liquidação, formou-se a *Companhia Baiana de Navegação a Vapor*, sendo adquirida pelo *Lloyd Brasileiro* em 1891. Entre 1904 e 1906 foi arrendada ao engenheiro Alencar Lima. De 1906 a 1921, ficou sob controle do Estado para depois passar a ser uma sociedade anônima. Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, *A Viação na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, pp. 132-143. Já a *Companhia de Transportes Marítimos* foi fundada em 1910, com um capital de 2.000.000\$000, sendo Wilson Sons & Co. Ltda. e José Gama da Costa Santos os seus principais acionistas. Em 1913, esta empresa possuía 130 saveiros com capacidade total de transporte de 8 a 9 mil toneladas, 10 rebocadores e 3 estaleiros equipados com máquinas elétricas, controlando 7/8 partes dos serviços de estiva do Porto de Salvador. *Impressões do Brasil no Século Vinte. Sua História, Seu Comércio, Indústrias e Recursos*, Inglaterra, Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltda., 1913, p. 885.

<sup>23</sup> Até meados do século XIX, o cenário urbano de Salvador era dominado pelas tradicionais *cadeiras de arruar*, carregadas por escravos, e as *gôndolas*, surgidas depois. Por volta de 1865 ou 1866, foi fundada a *Companhia Veículos Econômicos*, operando com bondes movidos por tração animal na Cidade Baixa. Em 1894, essa empresa foi substituída pela *Companhia de Carris Elétricos* que, a partir de 1897, passou a operar com bondes elétricos. Em 1905, o milionário norte-americano Percival Farquhar e os investidores Pearson e Mackenzie se associaram para comprar a antiga *Companhia de Carris Elétricos* e formar a *Bahia Tramway, Light and Power Company*. Contando com mais de 3,5 milhões de dólares em ações e debêntures, consolidaram a empresa comprando diversas concessões dos germânicos (uma linha de bonde na Cidade Baixa) e dos britânicos (*Bahia Gas Co.*) Em seguida, compraram dos belgas a *Companhie d'Eclairage de Bahia*. Em 1913, após uma série de incidentes, a empresa foi vendida à municipalidade de Salvador, passando a se chamar *Companhia Linha Municipal*. Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, *A Viação na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, pp. 132-143; Paul Singer, *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930*. In Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III (O Brasil Republicano), 1º Volume (Estrutura de Poder e Economia – 1889-1930), 6ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, pp. 345-390. As *Companhias Linha Circular e Trilhos Centrais* também foram formadas no século XIX. Em 1864, foi fundada a *Companhia Transportes Urbanos*, operando com bondes que faziam a linha entre a Praça do Palácio, a Graça e depois a Barra. Em 1883, essa empresa foi incorporada pela *Companhia Linha Circular*. Já a *Companhia Trilhos Centrais* começou a operar em 1869, fazendo as linhas da Barroquinha, Retiro, Soledade e Rio Vermelho e passando a dispor de bondes elétricos a partir de 1907. Juntas, essas duas companhias possuíam 3 estações geradoras de energia (Santana, Graça e Lapinha), 2 elevadores (Lacerda e Taboão), 2 planos inclinados (Gonçalves e Pilar), cerca de 100 bondes e empregavam 1.250 trabalhadores. Indústria e Comércio. *Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial*, 2 de julho de 1923, pp. 533-535; Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, *A Viação na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial*, 2 de julho de 1923, pp. 132-143.

<sup>24</sup> Em 1920, existiam 10 ferrovias (federais e estaduais) na Bahia, perfazendo um total de 1.757.343 quilômetros de linhas assim distribuídas: Bahia ao São Francisco (123.340); Central da Bahia (323.225); Santo Amaro (88.350); Nazaré e São Miguel a Areia (221.662); São Francisco (580.770); Bahia e Minas Gerais (142.400); Timbó a Propriá e Ramal do Timbó (142.893); Centro Oeste da Bahia (51.863); Ilhéus a Conquista (82.840). Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, *A Viação na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial*, 2 de julho de 1923, pp. 132-143.

ainda subestimado por não incluir os operários das fábricas de cigarros, de uma classe trabalhadora urbana composta por 54.635 pessoas, ou seja, 19,3% da população total.

Se a classe operária não era pequena, reduzida parece ter sido a classe média. Ainda assim, é perfeitamente possível localizá-la em Salvador no ano de 1920. Qualquer tentativa de quantificá-la deve incluir as seções denominadas de *Sacerdócio e Profissões Liberais*, que abarcava todos os membros do clero, professores, advogados, médicos etc. num total de 5.932 indivíduos (2,0% da população), *Administração Pública*, com 3.406 membros (1,2% da população) e *Administração Particular*, com 1.185 pessoas (0,5% da população). Se assim procedermos, teremos uma classe média composta por 10.523 pessoas, ou seja, 3,7% da população total da cidade, percentual que também deve ser maior, pois parte do comércio também integra essa camada social. Porém, se acreditarmos, como fez Hobsbawm para a Inglaterra do século XIX, que a mais nitida característica da classe média ou daqueles que pretendiam imitá-la, estava no fato de possuir empregados domésticos<sup>25</sup>, e se esse é realmente um indicador do tamanho da classe média, então podemos dizer, com segurança, que esse setor não era grande em Salvador, pois ao lado dos índices indicados acima, estavam os do *Serviço Doméstico* da cidade, com apenas 11.247 empregados ou 4,0% da população.<sup>26</sup>

## 1.2 – Composição Social da Classe Operária

Como se sabe, a classe operária não é um grupo social homogêneo ou uma estrutura monolítica. Por trás de uma situação comum de exploração econômica oculta-se uma miríade significativa de condições sociais e formas diferentes de trabalhar e viver. Tentemos, então, discutir um pouco o real perfil dessa classe operária para que depois possamos melhor compreender o modo pelo qual as suas diferentes frações se comportaram na conjuntura de 1919.

---

<sup>25</sup> Eric Hobsbawm, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000, especialmente o capítulo 8 (Padrões de Vida, 1850-1914).

<sup>26</sup> Observou-se que a grande rotatividade da mão-de-obra e o preconceito que a ocupação desencadeava contra seus praticantes pode ter provocado uma subestimação desse número. Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões: Salvador, 1890-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1982, p. 83. Porém, acreditamos que para os fins aqui proposto, podemos tomá-los como um bom indicativo.

**Tabela 2**  
**Estrutura Ocupacional da Classe Operária - Salvador 1920**

Ramo de Produção	Número de Operários			
	Censo Industrial		Censo Populacional	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Extração de Matérias Minerais	-	-	1.538	3,4
Têxtil	5.624	38,0	2.487	5,4
Couros e Peles	141	1,0	70	0,2
Madeira	212	1,5	396	0,9
Metalurgia	22	0,2	3.081	6,7
Cerâmica	250	1,7	40	0,0
Produtos Químicos e Análogos	192	1,3	132	0,3
Alimentação	6.730	45,3	1.326	2,9
Vestuário e Toucador	1.184	8,0	22.442	49,2
Mobiliário	110	0,8	1.578	3,4
Edificação	157	1,0	8.753	19,2
Aparelhos de Transportes	138	1,0	71	0,2
Produção e Transmissão de Forças Físicas	24	0,2	742	1,6
Ciências, Letras e Artes	0	0	1.442	3,2
Indústria de Luxo	-	-	-	-
Outras Indústrias	-	-	1.555	3,4
<b>Total</b>	<b>14.784</b>	<b>100</b>	<b>45.653</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Volumes IV (1ª Parte - População), pp. 52-53; IV (2ª Parte - População), p. 6; IV (5ª Parte - População), pp. 362-363; V (1ª Parte - Indústria), pp. 252-277.

A Tabela 2 serve para elucidar vários aspectos sobre a composição e estratificação interna da classe operária soteropolitana. Talvez o primeiro elemento que chama a atenção ao observarmos a disposição de seus dados seja o fato de que os diferentes métodos utilizados para a realização do Censo Industrial e do Censo Populacional tenham levado a resultados numéricos gerais tão diferentes ao ponto deste último levantamento ter apontado a existência de uma classe operária com 45.653 pessoas, quase três vezes maior que os 14.784 apresentados pelo primeiro. A diferença de resultados é produto do fato do inquérito industrial não considerar, para efeito de contagem, as pequenas unidades de produção, que produziam em pequena escala e sob encomenda. De qualquer forma, comparando e misturando as informações dos dois censos quanto ao número de operários empregados, podemos distinguir a existência de 4 ramos principais de produção: por ordem decrescente, os setores do vestuário e toucador, têxtil, edificação e alimentação.

O setor de vestuário e toucador, que no Censo Industrial apareceu com apenas 1.184 operários de manufaturas e fábricas de chapéus, gravatas, luvas, calçados, pentes, botões etc., no Censo Populacional, que incluiu os artesãos das centenas de oficinas de sapateiros,

costureiras e alfaiates, aumentou para 22.442 trabalhadores. Se destacarmos desse ramo de produção o setor calçadista e empregarmos dados retirados de outras fontes, veremos que suas três únicas fábricas na Bahia, todas localizadas em Salvador, empregavam, juntas, cerca de 320 operários, ao passo que as 37 oficinas de sapateiros identificadas empregariam 111 trabalhadores se adotarmos a média proposta pelo *Centro Industrial do Brasil* de 3 operários por unidade de produção.<sup>27</sup> O número de oficinas de sapateiros existentes na cidade deveria ser, no entanto, bem maior, pois a fonte utilizada para cálculo foi uma relação de almanaque e não uma estatística oficial, do que se deduz que só apareceram os estabelecimentos que podiam e/ou queriam pagar para ter seus nomes listados.<sup>28</sup> Quer nos parecer que os dados oferecidos por um relatório oficial de 1926 são bem mais próximos da realidade. Por ele, ficamos sabendo que em 1925 existiam 429 oficinas e fábricas de calçados em Salvador. Isolando as 4 fábricas existentes naquele ano e supondo que as 425 unidades restantes empregavam, em média, 4 trabalhadores cada uma, teremos um total de 1.700 operários sapateiros nas oficinas artesanais da capital baiana.<sup>29</sup> Somados aos 320 operários das fábricas de calçados, inteiramente mecanizadas e com uma inversão de capitais maior, temos um setor calçadista composto por aproximadamente 2.020 obreiros. O conjunto do ramo de vestuário e toucador, porém, possuía um padrão dominado por manufaturas que pouco ou nenhum maquinário utilizavam, sem falar, evidentemente, no *trabalho em domicílio*, caso de um número enorme de costureiras e alfaiates.

No setor têxtil, a situação era oposta. De todos os ramos de produção que surgiram e se desenvolveram no Brasil a partir do século XIX e nas três primeiras décadas republicanas, a indústria de fiação e tecelagem foi, sem sombra de dúvidas, a principal delas e a Bahia foi o seu centro por excelência até pelo menos a década de 1860, quando foi

---

<sup>27</sup> Para as informações sobre as fábricas, ver: APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, *Relatório dos Serviços da Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio, Fiação e Obras Públicas Durante o Ano de 1920*, Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746. Para as oficinas, ver: CIB, *Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral Ordinária do ano de 1918*, pp. 48-51. Citado por Maria Cecília Velasco e Cruz, *Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*, Rio de Janeiro, IUPERJ, Dissertação de Mestrado, 1981, p. 64.

<sup>28</sup> BPEB, Seção de Periódicos Raros, *Almanaque Indicador, Comercial e Administrativo do Estado da Bahia, Vol. 10 (1919-1920)*, Bahia, Reis & Cia., 1919, pp. 286-287.

<sup>29</sup> APEB, Seção Republicana, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, *Relatório do Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Fiação e Obras Públicas (1926)*, Caixa 2387, Maço 182, Doc. 661.

suplantada pelo Rio de Janeiro e depois por São Paulo.<sup>30</sup> As fábricas têxteis, principalmente as de algodão e juta, mas também, em menor grau e de maneira regionalizada, as de lã, seda e linho floresceram por todo o país nessa época, demandando um volume de capitais nunca visto antes em nenhuma outra indústria de transformação, utilizando-se de tecnologias e máquinas importadas e empregando um número de operários igualmente sem par. Já em 1907, esse ramo de produção representava 34,2% da indústria de transformação, 40,2% do total da força motriz instalada e 40,4% do total do capital investido na indústria brasileira.<sup>31</sup>

Em 1920, de acordo com o Censo Industrial, os operários têxteis representavam 38% da mão-de-obra estritamente fabril de Salvador, mas essa participação cai drasticamente para 5,4% no Censo Populacional em função das já citadas diferenças de métodos dos dois inquéritos. O caso particular dos têxteis deve ser analisado em confronto com o dos metalúrgicos, pois estes apareceram no Censo Industrial com o insignificante número de 22 operários, ao passo que foram contabilizados 3.081 no Censo Populacional. É possível que a explicação resida no fato do inquérito industrial só ter contabilizado as grandes fábricas, excluindo, portanto, muitas fundições e oficinas de funileiros, ferreiros, serralheiros e latociros existentes na cidade e, ao mesmo tempo, ter agrupado os operários de cada ramo de acordo com a fábrica em que os mesmos trabalhavam e não segundo a natureza de seu ofício ou atividade. Desta forma, os metalúrgicos que trabalhavam nas seções de manutenção e conserto das fábricas têxteis foram considerados como operários têxteis juntamente com os tecelões propriamente ditos, e não como membros do ramo de

---

<sup>30</sup> Em 1866, por exemplo, das 9 fábricas têxteis brasileiras, 5 estavam na Bahia. A explicação para essa concentração industrial inicial na Bahia está relacionada à presença abundante de matérias-primas, em especial do algodão, de fontes de energia e à existência de mercados locais rurais e urbanos formados por uma grande massa de escravos e trabalhadores livres pobres, consumidores potenciais de tecidos grossos. Acrescente-se também a disponibilidade de capitais nacionais e estrangeiros, um razoável sistema portuário e fluvial e uma legislação protecionista que taxava os produtos de exportação ensacados com panos importados. Entre 1866 e 1885, um novo ciclo se abriu para a indústria têxtil, verificando-se a existência de 42 fábricas em todo o Brasil, sendo que 12 ficavam na Bahia. Apesar do aumento numérico em termos absolutos, essa fase assinala o longo período de estagnação e declínio relativo da indústria têxtil baiana, paulatinamente substituída pela do Rio de Janeiro e depois por São Paulo. Parece consensual entre os estudiosos que essa mudança foi determinada, em grande medida, pelo crescimento da cafeicultura. Além disso, considera-se também a substituição da força hidráulica por turbinas a vapor produzido a partir de carvão importado, que fizeram com que as fábricas cariocas superassem as irregularidades das chuvas e seus efeitos sobre a produção de energia para os teares e a construção de uma extensa rede ferroviária ligando o Rio a São Paulo e Minas Gerais. Ver Stanley J. Stein, *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*, Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 35-61.

<sup>31</sup> Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento*, São Paulo/Campinas (SP), Hucitec/Editora da Unicamp, 2000, p. 129.

metalurgia. Isso talvez explique também a razão dos operários têxteis serem computados em 5.624 no Censo Industrial e apenas 2.487 no Censo Populacional.<sup>32</sup>

**Tabela 3**  
**Estrutura da Indústria Têxtil - Bahia 1920**

Companhia	Fábrica	Capital Total	Força Motriz	Número de Teares	Número de Fuzos	Cavalos HP	Número de Operários	Produção (Metros)
Companhia União Fabril da Bahia	- N. S. Conceição	3.631.575\$000	Vapor	700	12.000	770	850	5.475.748
	- São Salvador			162	3.200	41	100	929.860
	- N. S. Penha			581	2.300	360	70	-
	- S. A. Quissado			-	-	-	-	-
	- Modelo São Carlos do Paraguaçu			-	-	-	-	-
Companhia Progresso Industrial da Bahia	- São Brito	4.650.000\$000	Eleticidade e Vapor	1.846	35.400	3.000	2.600	12.000.000
	- Itonim São João Paraguaçu			-	-	-	-	-
Companhia Valença Industrial	- N. S. Amparo Todos os Santos	4.000.000\$000	Hidráulica	685	13.800	800	1.100	7.600.000
Companhia Empório Industrial do Norte	- Ilha Vagem	3.000.000\$000	Eleticidade e Vapor	1.300	28.000	1.300	1.350	9.200.000
Companhia Fabril dos Fios	- Fábrica dos Fios	1.000.000\$000	Vapor	115	-	74	150	1.317.870

Fonte: APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório dos Serviços da Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio, Viagem e Obras Públicas Durante o Ano de 1920*. Caixa 2386, Maio 178, Doc. 746

A indústria têxtil brasileira se distinguia também pelo fato de não ter tido seu desenvolvimento a partir de uma evolução do artesanato e da manufatura, a exemplo do ocorrido em alguns países da Europa, em particular da Inglaterra. Seu aparecimento foi marcado, desde o início, por pesados investimentos capitalistas e por uma tendência crescente à concentração e centralização.<sup>33</sup> Nesse sentido, vale a pena observar que muitas fábricas têxteis baianas surgidas no século XIX acabaram sendo anexadas às nascentes sociedades anônimas, empresas que se formaram com base em fusões que transformaram 14 unidades de produção em propriedade de apenas cinco empreendimentos em 1919.<sup>34</sup> Os

<sup>32</sup> De qualquer maneira, é importante frisar que esses números são muito imprecisos. Um *Manifesto* assinado pelo *Centro Industrial do Algodão* por ocasião da greve de setembro de 1919, por exemplo, indicava que suas fábricas empregavam aproximadamente 8 mil operários têxteis naquele ano, número bastante diverso, portanto, dos dados apresentados pelos censos industrial e populacional. APEB, *O Tempo*, 9, 10, 11 e 12 de setembro de 1919.

<sup>33</sup> Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 2000, 129.

<sup>34</sup> Uma outra fonte dava conta da existência, em 1908, de 19 fábricas têxteis na Bahia, com 4.080 operários, 22 fábricas no Distrito Federal, com 10.281 operários, 25 no estado do Rio de Janeiro, com 7.140 operários e 30 unidades no estado de São Paulo, empregando 9.738 operários. Ver *Impressões do Brasil no Século XX. Sua História, Seu Comércio, Indústrias e Recursos*, Inglaterra, Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913, pp. 384-385. Já o *Journal de Notícias* de 20/08/1919, p. 1, informava a existência de 30 fábricas têxteis na Bahia daquele ano. Em todo caso, é possível que não tenhamos informações sobre todas elas por

níveis de concentração e centralização podem ser vistos também pelo número de operários. Em 1920, de 14 fábricas têxteis baianas para as quais temos dados detalhados, apenas duas poderiam ser enquadradas na categoria das pequenas unidades (até 99 operários), cinco estariam na categoria das fábricas de tamanho médio (de 100 até 499 operários), enquanto seis seriam consideradas grandes (de 500 operários em diante).<sup>35</sup> Se analisarmos sob o ponto de vista dos capitais globais investidos em cada companhia, veremos que nenhuma delas possuía inversão inferior a 1.000:000\$000, chegando a 4.650:000\$000 o maior investimento. Das 5 companhias têxteis baianas existentes em 1920, 3 delas já estavam num levantamento das 100 maiores empresas do país no ano de 1907.<sup>36</sup> Além disso, essa era uma indústria totalmente mecanizada, sendo que nenhuma de suas unidades possuía menos de 100 teares, número que atingia a marca de até 1.846, conforme se vê na Tabela 3.

No setor de edificação, novamente a relação entre mão-de-obra artesanal e fabril volta a definir diferenças profundas no tamanho e peso de cada uma das frações da classe operária. Nesse caso, o Censo Industrial só contabilizou os operários empregados nas fábricas de materiais de construção, tais como as de cal e cimento, marmorarias, ornatos de cimento e gesso, esquadrias, portas e escadas etc., do que resultou só ter achado o inexpressivo número de 157 trabalhadores. Quando passamos a trabalhar com os dados do Censo Populacional, que incluiu em seu levantamento as centenas de pedreiros, carpinteiros, pintores, canteiros, frentistas, estucadores, marmoristas, serventes, ajudantes etc., que compunham o setor da construção civil propriamente dito, então os 8.753 operários encontrados parecem bem mais plausíveis para uma cidade com as características de Salvador.

No ramo da alimentação, o que chama a atenção de imediato é a diferença numérica entre os 6.730 operários levantados pelo Censo Industrial e os 1.326 do Censo Populacional. Essa discrepância é merecedora de uma investigação mais cuidadosa, pois como a história da industrialização da Bahia ainda está por ser feita, a real configuração

---

duas razões: ou tratava-se de estabelecimentos de tamanho muito pequeno (dai só aparecerem os 14 maiores) ou houve uma confusão, incluindo-se aí algumas das manufaturas de vestuário.

<sup>35</sup> Ver Tabela 11 (Postos de Trabalho na Indústria Têxtil Bahia 1912-1920) no capítulo 2. Tomei de empréstimo os critérios adotados para definir os tamanhos das fábricas têxteis de Maria Alice Rosa Ribeiro, *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*, São Paulo/Campinas, Hucitec, Editora da Unicamp, 1988, pp. 52-53.

<sup>36</sup> Warren Dean, *A Industrialização Durante a República Velha*. In Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III (O Brasil Republicano), 1º Volume (Estrutura de Poder e Economia - 1889-1930), 6ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, pp. 248-283.

deste setor é, na realidade, um tanto obscura. De qualquer modo, algumas evidências indicam que as fábricas de alimentos e bebidas empregavam pequenas quantidades de operários. Disso se depreende que os mesmos poderiam estar pulverizados numa quantidade de unidades de produção que somadas talvez não agrupassem mais que os 1.326 operários do Censo Populacional. Mesmo considerando que também aqui havia trabalhadores de outros ofícios que exerciam funções auxiliares nos estabelecimentos desse ramo, isso não explica a diferença de um censo para o outro. Uma hipótese a ser descartada também é a da inclusão dos trabalhadores de padaria e confeitarias, pois estas unidades foram enquadradas como estabelecimentos varejistas. As dúvidas acerca desses dados só fazem aumentar quando lembramos que o Censo Populacional em geral apresenta um número superior ao do Censo Industrial, situação que se encontra invertida no caso dessa atividade.

Em seu conjunto, pois, o setor artesanal, que no Censo Industrial não é contado, no Censo Populacional aparece e determina uma mudança radical na composição, tamanho e peso da classe operária. O ramo de vestuário e toucador, por exemplo, aumenta em quase dez vezes e o de edificação multiplica-se por mais de 50. Os setores de mobiliário e metalurgia, que praticamente não existiam no inquérito industrial, no populacional passam a ocupar lugar destacado com mais 1.500 e 3.000 operários respectivamente. No total, a mão-de-obra artesanal é três vezes maior que a fabril, o que explica nossa surpresa ao vermos o real tamanho e peso da classe operária de Salvador.

Um segundo aspecto da composição social da classe operária a ser analisado diz respeito ao peso da mão-de-obra feminina. O recrutamento de mulheres (e de menores) para a indústria acabou por definir um padrão salarial extremamente baixo, insuficiente até mesmo para a reprodução da força de trabalho. Em termos globais, a inclusão ou não de determinados ramos de produção e até mesmo a forma de fazê-lo fez com que não apenas o tamanho da classe operária de Salvador fosse diferente, mas também a sua cara em termos de gênero, pois no Censo Industrial as mulheres eram 65,7% e os homens eram 34,3% do total, ao passo que no Censo Populacional as mulheres tinham sua participação reduzida para 41% e os homens passavam a ser 59%. Alterações importantes ocorrem também nos pesos específicos de cada ramo no conjunto da força de trabalho. Os operários têxteis, por exemplo, representavam 38% do total da classe operária baiana no cálculo do Censo

Industrial, mas tinham sua participação reduzida a 5,4% de acordo com o Censo Populacional. Com os trabalhadores do ramo de vestuário e toucador ocorreu o oposto, pois seu peso total saiu de 8% no Censo Industrial para 49,2% no Populacional, ou seja, quase a metade da classe operária da cidade era desse setor.

**Tabela 4**  
**Estrutura Ocupacional da Classe Operária Segundo o Sexo - Salvador 1920**

Ramo de Produção	Censo Industrial				Censo Populacional			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Extração de Matérias Minerais	-	-	-	-	1.538	100%	0	0,0%
Têxtil	1.840	32,7%	3.784	67,3%	924	37,2%	1.563	62,8%
Couros e Peles	105	74,5%	36	25,5%	67	95,7%	3	4,3%
Madeira	212	100,0%	0	0,0%	396	100,0%	0	0,0%
Metalurgia	22	100,0%	0	0,0%	3.081	100,0%	0	0,0%
Cerâmica	198	79,2%	52	20,8%	38	95,0%	2	5,0%
Produtos Químicos e Análogos	93	48,4%	99	51,6%	125	94,7%	7	5,3%
Alimentação	1.745	25,9%	4.985	74,1%	1.145	86,3%	181	13,7%
Vestuário e Toucador	446	37,7%	738	62,3%	6.281	28,0%	16.161	72,0%
Mobiliário	110	100,0%	0	0,0%	1.578	100,0%	0	0,0%
Edificação	143	91,0%	14	9,0%	8.753	100,0%	0	0,0%
Aparelhos de Transportes	138	100,0%	0	0,0%	71	100,0%	0	0,0%
Produção e Transmissão de Forças Físicas	19	79,2%	5	20,8%	742	100,0%	0	0,0%
Ciências, Letras e Artes. Indústria de Luxo	0	0%	0	0%	1.392	96,5%	50	3,5%
Outras Indústrias	-	-	-	-	824	53,0%	731	47,0%
<b>Total</b>	<b>5.071</b>	<b>34,3%</b>	<b>9.713</b>	<b>65,7%</b>	<b>26.955</b>	<b>59,0%</b>	<b>18.698</b>	<b>41,0%</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Volumes IV (1ª Parte - População), pp. 52-53, IV (2ª Parte - População), pp. 6, IV (5ª Parte - População), pp. 362-363; V (1ª Parte - Indústria), pp. 252-277.

Seguindo um padrão da indústria brasileira e mundial, em Salvador a maior parte das operárias estava nos ramos de vestuário e toucador e no têxtil. No primeiro caso, as mulheres constituíam 72% dos 22.442 operários do setor encontrados pelo Censo Populacional e 62,3% dos 1.184 do Censo Industrial. Já as operárias têxteis tinham uma participação de 62,8% dos 2.487 operários encontrados no Censo Populacional e 67,3% dos 5.624 indicados pelo Censo Industrial. Algumas fábricas têxteis de Salvador chegavam a ter uma proporção ainda maior de mulheres, podendo chegar a 2/3. Na *Companhia Empório Industrial do Norte*, por exemplo, em 1914 a mão-de-obra feminina era composta por mais

de 1.000 operárias em um total de 1.500 trabalhadores.<sup>37</sup> Em 1919, na *Fábrica Paraguaçu*, dos 442 operários apenas 170 eram homens, ao passo que 272 eram mulheres.<sup>38</sup> Nas fábricas de calçados, a presença da mão-de-obra feminina também não era desprezível. Em 1921, a *Fábrica Trocadero* possuía um total de 82 operários, sendo 47 homens, 25 mulheres e 10 menores; na *Fábrica Stella*, eram 67 operários ao todo, sendo 26 homens, 23 mulheres e 18 menores; finalmente, na *Fábrica Gama & Gama*, de um total de 46 operários, 25 eram homens, 15 eram mulheres e 6 eram menores.<sup>39</sup>

A principal surpresa ficou outra vez por conta do setor de alimentação. No Censo Populacional elas eram apenas 13,7% dos 1.326 trabalhadores levantados, mas despontam com 74,1% dos 6.730 membros achados pelo Censo Industrial. Na mesma direção caminhou o setor de produtos químicos, uma indústria que possuía apenas 5,3% de mulheres no Censo Populacional e surgiu com 51,6% no Censo Industrial.

Na indústria do fumo, não especificada na Tabela 4, a situação é mais complexa, pois enquanto nas fábricas de cigarros havia presença de homens e o trabalho era mecanizado, nas manufaturas de charutos as mulheres eram quase a totalidade da mão-de-obra e o trabalho era quase todo feito de maneira artesanal. Isso explica por que esse ramo é composto por operários dos dois sexos em Salvador e predominantemente feminino nas cidades do interior baiano, pois na capital estavam localizados os principais estabelecimentos industriais de cigarros.<sup>40</sup> Ainda assim, a presença operária feminina na indústria fumageira de Salvador era considerável. Em 1921, a *Fábrica Cruz & Ruas* empregava 44 trabalhadores, 14 homens e 30 mulheres, todos adultos; A *Fábrica A. Guimarães* possuía 80 operárias adultas e nenhum homem ou menor; a *Fábrica Martins Fernandes & Cia.* empregava 90 operários adultos, sendo 48 homens e 42 mulheres; por

---

<sup>37</sup> IGHBA, *A Tarde*, 15 de outubro de 1914, p. 1.

<sup>38</sup> BPEB, *O Imparcial*, 11 de junho de 1919, p. 3.

<sup>39</sup> APEB, Biblioteca, *Relatório Apresentado ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Governador do Estado Pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas no Ano de 1921*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922, pp. 89-102.

<sup>40</sup> Silza Fraga Costa Borba, *Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia, 1870-1930*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1975, pp. 35-54. Ver também Tabela 13 (Fábricas de Charutos e Cigarros - Bahia 1920) no capítulo 2.

fim, a *Fábrica Leite & Alves* operava com 121 operários, 38 homens, 59 mulheres e 24 menores.<sup>41</sup>

**Tabela 5**  
**Estrutura Ocupacional da Classe Trabalhadora Segundo a Nacionalidade**  
**Salvador 1920**

Ramo de Produção/Atividade	Total	Brasileiros		Estrangeiros	
		Números	%	Números	%
Extração de Matérias Minerais	1.538	1.536	99,9	2	0,1
Têxtil	2.487	2.478	99,6	9	0,4
Couro e Peles	70	70	100,0	0	0,0
Madeira	396	389	98,2	7	1,8
Metalurgia	3.081	2.993	97,1	88	2,9
Cerâmica	40	38	95,0	2	5,0
Produtos Químicos e Análogos	131	127	96,9	4	3,1
Alimentação	1.326	1.298	97,9	28	2,1
Vestuário e Tecedor	22.442	22.206	98,9	236	1,1
Mobilário	1.578	1.568	99,4	10	0,6
Edificação	8.753	8.526	97,4	227	2,6
Aparchelos de Transportes	71	69	97,2	2	2,8
Produção e Transmissão de Forças Físicas	742	716	96,5	26	3,5
Ciências, Letras e Artes. Indústria de Luxo	1.442	1.427	99,0	15	1,0
Outras Indústrias	1.555	1.514	97,4	41	2,6
Transportes Marítimos e Fluviais	3.212	3.181	99,0	31	1,0
Transportes Terrestres e Aéreos	5.770	5.668	98,2	102	1,8
<b>Total</b>	<b>54.634</b>	<b>53.804</b>	<b>98,5%</b>	<b>830</b>	<b>1,5%</b>

Fonte: Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920*. Vol. IV (1.ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930, pp. 106-109.

\* Exclui 4 indivíduos de nacionalidade ignorada.

O terceiro aspecto a ser examinado é a nacionalidade da classe operária. De maneira distinta das regiões centrais do capitalismo brasileiro, que tiveram um processo de industrialização com características e dinâmicas diferentes, com uma forte corrente imigratória que lhes assegurou uma composição étnica fundamentalmente estrangeira, a classe operária de Salvador era, essencialmente, brasileira.<sup>42</sup> A imigração estrangeira para a

<sup>41</sup> APEB, Biblioteca, *Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas no Ano de 1921*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922, pp. 89-102.

<sup>42</sup> Segundo Sheldon Leslie Maram, "dos 3.390.000 imigrantes que entraram no Brasil entre 1871 e 1920, os italianos constituíam mais de 1.373.000. Os portugueses, 901.000 e os espanhóis, 500.000. (...) desde 1890 até 1920, no mínimo, os imigrantes e seus filhos brasileiros constituíam a maioria da classe operária urbana em São Paulo e Santos, e uma grande parte do proletariado brasileiro. (...) Segundo o censo de 1893, realizado na capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e um índice ainda maior da força de trabalho. Dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos (os operários da construção civil devem ter sido incluídos nessa categoria) 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%; excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade." Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 13-27. Ver também Maria Tereza Schorer Petrone, *Imigração*. In *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III (O Brasil Republicano), 2.º Volume (Sociedade e Instituições - 1889-1930), 5.ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, pp. 93-133.

Bahia foi insignificante tanto no século XIX quanto no início do XX. Em 1920, os estrangeiros eram apenas 10.600 em todo o estado, ou seja, 0,3% da população total formada por 3.334.465 habitantes. Em Salvador esse percentual aumentava, pois a capital concentrava a maior parte dos imigrantes, mas não o suficiente para alterar significativamente o quadro acima mencionado. Os 7.763 estrangeiros que viviam na capital baiana representavam apenas 2,7% de sua população total. As maiores e mais importantes colônias eram, sem dúvida, as de Portugal, Espanha e Itália, sendo que em sua maioria esses estrangeiros eram caixeiros ou comerciantes.

Na Bahia, em geral, os portugueses ocupavam-se com o grande comércio exportador e importador, ao passo que os espanhóis concentravam-se mais no comércio varejista. Por não estarem diretamente ligados à produção e em função de seus laços de parentesco e dependência em relação aos seus patrícios, com os quais partilhavam ideais de ascensão social, os caixeiros em geral e os de origem ibérica em particular, ficaram conhecidos por sua posição social e política conformista e conservadora não apenas em Salvador, mas no Brasil de modo geral, não tendo tido nenhuma importância ou participação digna de nota em greves e movimentos sindicais na conjuntura em análise. A integração à sociedade brasileira e o enriquecimento eram as prioridades para esses grupos.<sup>43</sup> O cônsul italiano na Bahia, por sinal, não tinha de seus conterrâneos uma opinião muito positiva e reclamava da capacidade que os mesmos tinham de serem assimilados, abdicando dos valores e língua de sua pátria mãe, adotando hábitos e tradições do novo ambiente, ignorando a existência do próprio consulado e construindo relações estáveis com mulheres negras. Os laços de união dessa colônia eram realmente muito frágeis. Em 1908, por exemplo, sua única sociedade mutualista só agrupava 56 sócios, e entre 1880 e 1920, apenas 3 publicações em língua italiana foram editadas na Bahia.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Ver, entre outros estudos, Jefferson Bacelar, *Galegos no Paraíso Racial*, Salvador, Inanamá/CEAO/CED-UFBA, 1994; Célia Maria Leal Braga, *Memórias de Imigrantes Galegos*, Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995; Herbert S Klein, *A Imigração Espanhola no Brasil*, São Paulo, Sumaré/Fapesp, 1994; Elda Evangelina Gonzáles Martínez, *O Brasil como País de Destino Para os Migrantes Espanhóis*. In Boris Fausto (Org.), *Fazer a América*, 2ª edição. São Paulo, Editora da USP, 2000, pp 239-271; Joaquim da Costa Leite, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)*. In Boris Fausto (Org.), *Fazer a América*, 2ª edição. São Paulo, Editora da USP, 2000, pp. 177-200; Lucia Lippi Oliveira, *O Brasil dos Imigrantes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001; Gladys Sabina Ribeiro, *Mata Galegos: Os Portugueses e os Conflitos de Trabalho na República Velha*, São Paulo, Brasiliense, 1990; Mário Augusto da Silva Santos, *Os Caixeiros da Bahia: Seu Papel Conservador na Primeira República*, Salvador, 1974.

<sup>44</sup> Angelo Trento, *Do Outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil*, São Paulo: Nobel/Instituto Italiano di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1989, pp. 106, 173 e 185.

A insignificância da presença estrangeira na Bahia ficou ainda mais evidente quando fizemos o cruzamento e análise das variáveis profissão e nacionalidade. Pela Tabela 5, vê-se claramente que os estrangeiros representavam um percentual desprezível da classe operária tanto em termos globais – eles eram apenas 1,5% contra 98,5% de brasileiros – quanto na análise por ramos, onde mesmo as frações que apresentaram índices percentuais de imigrantes um pouco maiores eram pequenas em termos absolutos.

Como levais significativas de imigrantes nunca chegaram à Bahia, e a escravidão marcou fortemente a estrutura social da cidade, a população trabalhadora era formada, cada vez mais, por negros e mestiços. Esse processo, que vinha dos séculos anteriores, teve continuidade no século XX. No ano de 1808, por exemplo, a população soteropolitana já era composta por 20,4% de brancos, 1,3% de índios e caboclos, 43% de negros e mulatos livres e outros 35,3% de negros e mulatos escravos. O percentual de negros e mestiços livres continuou crescendo segundo os dados do Censo de 1872, onde apareceram 24,0% de brancos, 3,6% de índios e caboclos e o considerável aumento da população negra e mestiça livre para 60,2%, ao passo que os negros e mulatos escravos tiveram seu número diminuído para 12,2%. Naquele ano, os brancos eram 33.672, ou seja, 31,1% da população, ao passo que os não-brancos montavam a 74.466 ou 68,9% do total.<sup>45</sup>

Como o Censo de 1920 não discrimina a cor dos habitantes, é preciso trabalhar com projeções.<sup>46</sup> Supondo o mesmo ritmo e proporção de crescimento, a população de Salvador em 1920 poderia ser estimada da seguinte maneira. Dos seus 283.422 habitantes contabilizados, 31,1%, ou seja, 88.144 seriam brancos e 68,9%, ou seja, 195.277 seriam negros e mestiços. É claro que esta projeção está sendo apresentada com o fito de demonstrar o quanto a presença negra foi marcante na constituição da classe operária, mas é evidente que ela superestimou o número de brancos ao supor que eles constituíssem o mesmo percentual do censo de 1872. Na verdade, o que se viu nos levantamentos do século XIX foi justamente um crescimento dos estratos negros e mestiços e uma diminuição dos

---

<sup>45</sup> Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, pp. 115-126.

<sup>46</sup> Os organizadores do Censo de 1920 justificaram tal omissão da seguinte maneira: "(...) A supressão do quesito relativo a cor explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os estados do Brasil, e, de ordinário, os mais refratários às declarações referentes à cor originária da raça a que pertencem". Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de Setembro de 1920*, Vol. I (Introdução), Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1922, pp. 488-489.

brancos. A miscigenação estava ocorrendo num ritmo frenético, e da fraqueza da imigração estrangeira decorreu que a população trabalhadora negra e mestiça baiana continuou a exercer, sob a República, as mesmas fainas de que se ocupara à época do cativo.

O mercado de trabalho de Salvador se formou a partir da incorporação do grande número de *homens de cor* oriundos da velha ordem, que continuaram a desempenhar as mesmas ocupações de épocas pretéritas. Mas isso não quer dizer que os afros-descendentes da cidade mais negra do Brasil dispusessem de condições vantajosas nas disputas por uma colocação nesse mercado de trabalho, pois os mesmos eram discriminados por costumes e/ou normas tradicionais, fundadas em relações pessoais (não-contratuais), que incluíam ou excluía os indivíduos dos postos de trabalho, facilitavam ou bloqueavam sua ascensão social, a partir de vários critérios, menos o do mérito. Paralelo ao discurso de assimilação e harmonização das raças, as elites dominantes e seus meios de comunicação começaram a difundir, muitas vezes de modo subliminar, uma concepção estigmatizante do negro, visto como inferior e incivilizado, violento e desordeiro, criminoso e desorganizado do ponto de vista da família, imoral e sexualmente degenerado, um bárbaro que cultuava o candomblé e seus rituais de feitiçaria, magia e curandcirismo, verdadeiro espetáculo do atraso aos olhos de uma elite que acreditava estar marchando para a civilização.<sup>47</sup>

Brasileira, em grande parte feminina e acima de tudo negra, mas nem por isso passiva, a classe trabalhadora de Salvador era, então, uma multidão híbrida, saída da escravidão, formada por homens e mulheres que labutavam nas ruas, proletários fabris, totalmente desprovidos dos meios de produção e tendo como único meio de vida a venda de sua força de trabalho a um capitalista em troca de um salário e trabalhadores manuais empregados em obras da construção civil ou em pequenas oficinas e manufaturas pouco mecanizadas, mas às vezes donos dos seus instrumentos de trabalho, o que lhes assegurava uma existência mais digna, graças ao *status* de *artistas*, ou seja, artesãos dotados de reconhecimento e qualificação superior.

---

<sup>47</sup> Jeferson Bacelar, *A Hierarquia das Raças: Negros e Brancos em Salvador*, Rio de Janeiro, Pallas, 2001, especialmente o capítulo 2 (A Hierarquia das Raças – Cor, Trabalho e Riqueza Após a Abolição em Salvador), pp 41-87.

### 1.3 - Trabalhar e Morar em Salvador

Onde trabalhavam e moravam os operários da capital baiana em 1919? Salvador ainda conservava, devido à sua topografia bastante acidentada muitas das características legadas de sua formação. Seu perímetro urbano era dividido entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. A partir da segunda metade do século XIX, além das íngremes ladeiras que deveriam ser subidas a pé, da mesma forma que os escravos fizeram por tanto tempo, e do serviço de bonde que ligava as duas partes, os soteropolitanos passaram a dispor também do *Elevador Lacerda* (1873), *Elevador do Taboão* (1874) e *Plano Inclinado Gonçalves* (1895).<sup>48</sup> Na parte baixa localizava-se a chamada Península de Itapagipe, uma região composta pelo conhecido bairro da Ribeira, com sua Avenida Beira-Mar e sua Enseada dos Tainheiros, habitada por velhos pescadores e freqüentada por uma população flutuante de ricos veranistas.<sup>49</sup> Ali ficava também o bairro do Bonfim, bastante conhecido em função das festas que todo ano traziam multidões à sua igreja. Tinhamos, ainda, o bairro de Monte Serrat e sua Ponta de Humaitá. Mas a Cidade Baixa não era apenas formada de paisagens bucólicas e belas praias freqüentadas por pessoas que buscavam recantos agradáveis para o repouso. A Península de Itapagipe foi o primeiro centro industrial da Bahia, formado a partir de meados do século XIX. No conjunto de bairros da Cidade Baixa, que formavam os Distritos dos Mares, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição da Praia, concentrava-se a maioria das principais fábricas de Salvador.

A partir de critérios relacionados principalmente ao número de operários empregados, foi possível fazermos a Tabela 6. Por ela, podemos verificar que das 27 mais importantes fábricas da Bahia, 21 estavam em Salvador, enquanto as demais se localizavam nas cidades de Valença (2 têxteis), Cachoeira (1 têxtil), Maragogipe (1 de charutos), São Félix (1 de charutos) e Muritiba (1 de charutos). Na capital baiana, das 21 fábricas mais importantes, 17 estavam na Cidade Baixa, enquanto apenas 4 ficavam na Cidade Alta, em geral nas proximidades do Centro Histórico. Se nos concentrarmos ainda mais na Cidade

<sup>48</sup> Consuelo Novais Sampaio, *Fragmentos de História: Como Surgiram os Serviços Urbanos. A Tarde*, Suplemento Especial aos 450 anos de Salvador, 29 de março de 1999.

<sup>49</sup> A Ribeira e o conjunto arquitetônico formado pela antiga fábrica da *Companhia Império Industrial do Norte* e sua *Vila Operária* ainda eram motivo de orgulho, modelo perdido e lembranças saudosistas nos anos 1950 até a década de 1990. No Arquivo Histórico Municipal, ver recortes dos jornais *A Tarde*, 28.12.1956, 21.08.1972, 03.09.1982, 16.05.1987; *Tribuna da Bahia*, 09.06.1975, 30.03.1987, 23.04.1987; *Jornal da Bahia*, 16.10.1986, 05.06.1987; *Correio da Bahia*, 13.01.1987, 26.08.1995, 28.10.1998.

Baixa, veremos que são três os principais ramos de produção ali desenvolvidos. Em primeiro lugar, está a indústria têxtil, com 9 de um total de 12 unidades de Salvador e 15 do estado. Em seguida vem o ramo de vestuário e toucador, com 2 das 3 únicas fábricas de calçados em toda Bahia, uma fábrica relativamente grande de roupas e outras menores de chapéus. Por fim, havia o ramo do fumo, com 4 fábricas de cigarros. Além disso, havia uma fábrica que produzia e comercializava materiais de construção civil e realizava obras desse ramo e de serraria. Ademais, na Cidade Baixa localizava-se também a maior parte dos curtumes, destilarias, alambiques, fundições e pequenas fábricas e manufaturas de alimentos, bebidas, sebo, sabão, velas, vinagre, confecções do vestuário, moinhos, vassouras e piaçava, vidros, gelo etc.<sup>50</sup>

Além das fábricas São Salvador, Modelo e Stella, a Cidade Alta concentrava o grosso das oficinas de sapateiros, costureiras, alfaiates etc. que, como vimos, trabalhavam produzindo em pequena escala e a partir de encomendas prévias. Temos, então, uma geografia da indústria e do trabalho na qual o setor fabril e operário principal do ponto de vista econômico ficava na Península de Itapagipe e suas adjacências, enquanto a maior parte do trabalho artesanal concentrava-se na Cidade Alta, em regiões como a área da chamada Baixa dos Sapateiros, onde tínhamos, por exemplo, 14 de um total de 23 oficinas de sapateiros localizadas no Centro da cidade. Pequenas fábricas também existiam espalhadas na Cidade Alta, como por exemplo a *Grande Fábrica de Massas Alimentícias Progresso*, localizada no Distrito da Sé e da *Fábrica de Cerveja Polarctica*, no Rio Vermelho, mas elas empregavam poucos operários, principalmente se comparadas com o padrão têxtil.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões. Salvador (1890-1930)*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1982, pp. 47-49.

<sup>51</sup> APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório Sobre a Inspeção na Fábrica de Cerveja Situada ao Grão-Mogol, Rio Vermelho, 1915*. Caixa 2385, Maço 175, Doc. 610. Esta unidade empregava apenas 33 operários, sendo 10 mulheres e 23 homens. *Relatório do Diretor da Agricultura, feito pelo perito na vistoria da Grande Fábrica de Massas Alimentícias Progresso, 1926*, Caixa 2387, Maço 182, Doc. 666

**Tabela 6**  
**Geografia das Principais Fábricas - Bahia 1919**

Companhia	Fábrica	Ramo	Local	Número de Operários
Companhia Empório Industrial do Norte	Fábrica de Bon Viagem	Têxtil	Av. Luiz Tarquino (Largo de Bon Viagem) - Distrito dos Mares	1.400
Companhia União Fabril da Bahia	Nossa Senhora da Conceição	Têxtil	Engenho Tanque da Conceição - Distrito dos Mares	731
Companhia União Fabril da Bahia	São Salvador	Têxtil	Largo da Fonte Nova - Bairro de Nazaré	130
Companhia União Fabril da Bahia	Nossa Senhora da Penha	Têxtil	Ribeira de Itajupe - Distrito da Penha	90
Companhia União Fabril da Bahia	Santo Antônio do Queimado	Têxtil	Largo do Queimado - Distrito de Santo Antônio	90
Companhia União Fabril da Bahia	Modelo	Têxtil	Rua Dr. J. J. Seabra - Baixa dos Sapateiros	110
Companhia União Fabril da Bahia	São Carlos do Paraguaçu	Têxtil	Cidade de Cochoeira	125
Companhia Progresso Industrial da Bahia	São Brás	Têxtil	Fazenda Plataforma - Pirajá	1.310
Companhia Progresso Industrial da Bahia	Bonfim	Têxtil	Largo da Mangueira - Bonfim - Distrito do Pilar	535
Companhia Progresso Industrial da Bahia	São João	Têxtil	Porto dos Tainheiros - Distrito da Penha	165
Companhia Progresso Industrial da Bahia	Paraguaçu	Têxtil	Praça Santos Dumont (Largo do Papagaio) - Distrito da Penha	400
Companhia Valença Industrial	Todos os Santos	Têxtil	Cidade de Valença	650
Companhia Valença Industrial	Nossa Senhora do Amparo	Têxtil	Cidade de Valença	650
Companhia Fabril das Fiais	Fábrica dos Fiais	Têxtil	Praça Deodoro, nº 33 ou Cais do Bulcão, nº 1	150
	Fábrica Beira-Mar	Têxtil	Avenida Beira-Mar, Ribeira - Distrito da Penha	
Gama & Gama	Gama & Gama	Calçados	Largo da Mandragas, nº 28 - Bonfim - Distrito do Pilar	100
Stella	Stella	Calçados	Largo do Barbalho	100
Trocadero	Trocadero	Calçados	Av. Luiz Tarquino - Bon Viagem	120
Variedades	Variedades	Vestúrio	Rua do Comércio, 56 - Distrito do Pilar	
Companhia Serraria e Construções	Companhia Serraria e Construções	Construção e Madeira	Rua da Calçada, 70 - Distrito do Pilar	
Martins Fernandes & Cia.	Martins Fernandes & Cia.	Cigarros	Calçada do Bonfim, 132 - Distrito do Pilar	90*
Leite & Alves	Leite & Alves	Cigarros	Calçada do Bonfim, 126-128 - Distrito do Pilar	500
A. Guimarães & Cia.	A. Guimarães & Cia.	Cigarros		170
Cruz & Ruas	Cruz & Ruas	Cigarros		44*
Suerdick	Suerdick	Charutos	Cidade de Maragogipe	2.000
Dunemann	Dunemann	Charutos	Cidade de São Félix	
Costa & Perna	Costa & Perna	Charutos	Cidade de Muritiba	300

Fontes: APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Relatório dos Serviços da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas Durante o Ano de 1920, Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746; Jornais Diversos: Diários Oficiais do Estado da Bahia; Relatórios de Fábricas; Almanaque.

\* Dados de 1921.

Como o Porto também ficava na Cidade Baixa, podemos dizer que a maioria da classe operária ali trabalhava. Mas não apenas isso. Essa também era uma das principais áreas residenciais do operariado de Salvador, embora não fosse a única. Além dos velhos e insalubres casarios transformados em cortiços, nesta parte da cidade localizavam-se as *vilas operárias*, como a da *Bou viagem*, com 258 casas e também outros tipos de moradia mantidos pelos industriais têxteis como forma de atrair, fixar e disciplinar uma mão-de-

obra por eles considerada primitiva e pouco habituada aos rígidos horários e regulamentos das fábricas.<sup>52</sup> Em geral, essas habitações operárias eram edificadas em áreas adjacentes às plantas fabris, resolvendo, com essa medida, os problemas decorrentes da precariedade e do alto custo dos transportes urbanos.<sup>53</sup>

Ligando-se com a Ribeira, na Cidade Baixa, por meio de balsas que transportavam pessoas e mercadorias de um ponto a outro, encontrava-se também a Plataforma, uma antiga fazenda que, na segunda metade do século XIX, deu origem a um núcleo de povoamento formado por fábricas de calçado, têxtil (Fábrica São Brás) e outras de brins, camisas e meias, todas pertencentes à *Companhia Progresso Industrial da Bahia*. O antigo *Burgo Industrial da Plataforma*, como era chamado à época em que pertencia ao Comendador Manoel Francisco de Almeida Brandão, era formado também por uma *vila operária*, composta por 208 casas, 700 tarefas de terras, mananciais de água e depósitos.<sup>54</sup>

Em todo caso, é preciso chamar a atenção para o fato de que o isolamento dos bairros industriais e operários poderia encontrar o seu contraponto no fortalecimento dos laços de solidariedade de classe entre esses mesmos trabalhadores, posto que os mesmos partilhavam as mesmas condições de existência e realizavam, a partir dessa experiência

---

<sup>52</sup> Para o número de casas, ver: Péricles Madureira de Pinho, *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*, Salvador, Imprensa Vitória, 1944, pp. 81-84. O engenheiro José Simas da Costa, ao comentar o *regulamento da Vila Operária da Companhia Empório Industrial do Norte* (Boa Viagem) procurou justificar a sua aplicação argumentando que no mesmo estaria o “segredo de transformar em massa uniformemente obediente e passiva uma classe refratária por índole e por hábito, à ordem e ao asseio” e seguia dizendo que aquele seria o meio de “converter uma massa composta de elementos heterogêneos, oriundos de diversas raças, de cores várias e hábitos diversos, em um só grupo social, homogêneo, entre o qual reina a cordialidade, a urbanidade e o respeito mútuo”, além de “ensinar todos a serem fanáticos pelo asseio, pela estética, pela higiene, pela ordem, pela moralidade e pela camaradagem”. O mesmo testemunho comentou em termos de resultados que disso decorria “não se ouvir ali assovio gaiato, desabafo da indolência, nem serem os ouvidos assaltados pelo rufo atroador de turas, ruído infernal que tanto deleita o inconsciente elemento infantil, quando não é disciplinado ao gozo das delícias que proporcionam brinquedos mais amenos... Dai enfim o estar a vila submersa em absoluto repouso ao soar a última badalada das dez, todas as noites”. Para assegurar que tal regulamento seria cumprido, havia, ainda, dentro do território da vila, um corpo de polícia armado. Além disso, a ocupação de uma casa pertencente à empresa obedecia ao critério de a família ter no mínimo dois membros trabalhando na fábrica. APEB, *Jornal de Notícias*, 2, 11, 22 e 24 de novembro de 1898.

<sup>53</sup> A análise da função desempenhada pelas *vilas operárias* no processo de atração, fixação e disciplinamento da mão-de-obra operária têxtil foi objeto de vários estudos. Ver, entre outros, Rosilene Alvim, *A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e a Fábrica das Lundgren*, Rio de Janeiro, Graphia, 1997; José Sergio Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*, São Paulo, Marco Zero/UnB/CNPq, 1988; Telma Barros Correia, *Pedra: Plano e Cotidiano no Sertão*, Campinas (SP), Papirus, 1998; Palmira Petratti Teixeira, *A Fábrica do Sonho: Trajetória do Industrial Jorge Street*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

<sup>54</sup> BPEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia; Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, pp. 274-276; *Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1896*, Bahia, Reis e Cia., 1896, 237.

comum, trocas sociais e culturais positivas do ponto de vista da consciência social. A proximidade e imbricação entre moradia operária e planta fabril se muitas vezes dificultava a atividade sindical, podia se tornar, por outro lado, perigosa para os patrões em épocas de greve, quando a expansão do movimento ganhava corpo com a maré de adesões maciças e em bloco, justamente o que ocorreu em 1919.

**Tabela 7**  
**Oficinas de Sapateiros - Salvador 1919**

Nº	Firma	Nome da Oficina	Endereço
01	Angeio & Cia	Angeio	Rua do Arsenal, 28 - Cidade Baixa
02	Antônio Romeu	Gilona	Rua Silva Jardim, 41
03	Antônio Moura	Moura	Rua Silva Jardim, 45
04	Arnaldo A. Santos	Confiança	Rua Silva Jardim, 49
05	Alfredo I. & Cia.	Elite	Rua Dr. J. J. Seabra, 159-B dos Sapateiros
06	Angelo de Lugo	Vestívio	Rua Dr. J. J. Seabra, 68 - B. dos Sapateiros
07	Artílio Bonelli & Irmão	Arquimedes	Rua São Bento, 19 - Centro
08	Cuchinin Schkerab	Dois Amigos	Rua da Misericórdia, 18 - Centro
09	Caetano Carmadelli	Roma	Rua do Rosário, 20 - Centro
10	Domingos Longo	Brasil	Rua Dr. J. J. Seabra, 56-B dos Sapateiros
11	Domingos Longo	Oriente	Rua Dr. J. J. Seabra, 122 - B. dos Sapateiros
12	Florentino Pastor	Pastore	Rua Dr. J. J. Seabra, 161 - B. dos Sapateiros
13	Fratelli Harletta	Italo-Brasileira	Rua Dr. J. J. Seabra, 151 - B. dos Sapateiros
14	Francoiso Levita	Francoiso Levita	Rua Dr. J. J. Seabra, 38 - B. dos Sapateiros
15	Felice Demingo & Cia	Popular	Rua Dr. J. J. Seabra, 162 - B. dos Sapateiros
16	Grumann & Edelman	Grumann & Edelman	Rua Dr. J. J. Seabra, 84 - B. dos Sapateiros
17	Geovani Pinella	Geovani Pinella	Forte de São Pedro, 25 - Centro
18	Isabel Doria	Basiana	Rua Lellis Piedade, 192 - Cidade Baixa
19	José Avena	Caprichosa	Rua Silva Jardim, 75
20	José C. dos Santos	José C. dos Santos	Portas do Carmo, 1 - Centro
21	Joaquim Pinto Ferreira	Portuguesa	Rua Silva Jardim, 57
22	João Prataco	Flor da Mocidade	Praça dos Veteranos, s/n - B. dos Sapateiros
23	Jusé & Cia.	Carmadelli	Praça 13 de maio
24	Manoel Jacintho de Almeida	Elegante	Largo da Piedade, 180 - Centro
25	Nicola Maria Melchere	Filal da Moda	Rua da Calçada, 5
26	Orcuso Pereira dos Santos	Natal	Travassos, 3 Banfim - Cidade Baixa
27	Paschani Pataro	Paschani Pataro	Pelourinho, 82 - Centro
28	Pedro da Boa Morte	São Pedro	Rua do Cabeça, 23 - Centro
29	Pseudônio Menezes	Basiana	Rua da Calçada, 54
30	Ramon Esteves	Triunfo	Rua Dr. J. J. Seabra, 149 A - B. dos Sapateiros
31	Raphael Pinella	Brasileira	Rua da Calçada, 64
32	Severo Papa	Papa	Rua da Calçada, 33
33	Vicente Pachizi	Progresso	Rua Silva Jardim, 71
34	Vicente Verbeiro	Itália	Barroquinha, 7 - Baixa dos Sapateiros
35	Vicença Avena	Vicença Avena	Rua Dr. J. J. Seabra, 78 - B. dos Sapateiros
36	Vicente Filardi	Filardi	Rua do Cabeça, 43 - Centro
37	Zacharias José dos Santos	Zacharias José dos Santos	Rua Dr. J. J. Seabra, 8 bis - B. dos Sapateiros

Fonte: BPEB, Seção de Periódicos Raros, **Almanaque Indicador, Comercial e Administrativo do Estado da Bahia, Vol. 10 (1919-1920)** Bahia: Reis & Cia., 1919, pp. 286-287.

Com exceção dessas duas áreas de concentração operária, o restante da classe trabalhadora e as camadas populares de um modo geral de Salvador estavam dispersas pelos vários bairros da cidade, inclusive nos distritos centrais e periféricos da Cidade Alta. Durante toda a República Velha, a maioria das pessoas morava de aluguel, restando a um pequeno número de indivíduos o privilégio de ter residência fixa própria. Em períodos de

maiores dificuldades, como o da 1ª guerra, a única alternativa encontrada pela maioria dos inquilinos para enfrentar os problemas da carestia era mudar-se continuamente em busca de senhorios menos ambiciosos.

É que a propriedade imobiliária tornou-se cada vez mais concentrada e transformou-se, ela mesma, em objeto de negócios de alguns grupos. Comerciantes, ordens religiosas e sociedades filantrópicas e beneficentes, como a Santa Casa de Misericórdia, grandes companhias industriais, especialmente as têxteis, com suas vilas operárias, passaram a exercer um virtual monopólio sobre a moradia da cidade. Paralelamente, as reformas urbanas provocavam a demolição de muitos casarios, sem que houvesse uma reposição dos mesmos, o que agravava o déficit de moradia. Por outro lado, a pressão das atividades comerciais também transformava prédios residenciais em mercantis. Foi o que aconteceu com o Distrito da Conceição, que naquele ano já era um bairro eminentemente comercial, com 56% de seus prédios destinados aos negócios. Apesar disso, a maioria da população pobre e trabalhadora continuava morando nos distritos centrais. Em 1920, os prédios residenciais ainda eram maioria nessas localidades, sendo 74% no distrito do Passo, 76% em São Pedro, 58% na Sé e 59% no Pilar. Em todos os distritos, porém, a maioria dos moradores continuava sendo formada por inquilinos pobres. Naquele ano, eles eram 64% em Brotas, 98% na Conceição, 85% nos Mares e Nazaré, 96% no Passo, 80% na Penha, 92% no Pilar, 88% em Santana, 74% no Santo Antônio, 86% em São Pedro, 94% na Sé e 71% na Vitória.<sup>55</sup> Em geral, pode-se dizer que não havia, em Salvador, uma separação extrema entre moradias das camadas mais pobres e mais ricas.

Os bairros de Santo Antônio e Nazaré constituem casos à parte, pois seus moradores, em geral, não tinham origem proletária. Elementos das classes médias, em particular os profissionais liberais e funcionários públicos, mas também muitos empregados no comércio moravam nessas localidades. Testemunhos chegaram a afirmar mesmo que Nazaré era um bairro povoado por pessoas de status social mais elevado. Porém, comum aos dois bairros era o fato dos mesmos terem como vizinhos, outras localidades pobres da cidade. Assim, Nazaré, vista numa perspectiva mais ampliada, poderia incluir as descidas, ladeiras, avenidas e até mesmo as roças, como a do Jogo do Carneiro (atual Bairro da Saúde), que a

---

<sup>55</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Habitação em Salvador: Fatos e Mitos*. In Maria Stella Bresciani (Org.), *Imagens da Cidade (Séculos XIX e XX)*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1993, pp. 93-110.

cercavam. Incluía também o Tororó, Godinho e o Campo da Pólvora e seus jovens pobres e tidos como violentos. Já o Santo Antônio, limitava-se, de um lado, com o rico bairro de Nazaré e de outro, com localidades pobres do Aquidabã, Baixa dos Sapateiros, Godinho, Saúde. Delimitava-se também com o Subúrbio da Liberdade e com a área comercial do Pilar, com a Joquitáia e Água de Meninos.<sup>36</sup> De todo modo, veremos no capítulo 2 como a moradia se constituiu em um dos muitos problemas que a classe operária enfrentou por ocasião da crise aberta a partir da primeira Guerra Mundial.

Ainda quanto à Cidade Baixa, é preciso lembrar que naquela região localizava-se também o conjunto da infra-estrutura necessária ao bom andamento das atividades produtivas e comerciais da capital baiana. Assim, no Distrito do Pilar, tínhamos o Porto de Salvador, para onde confluíam navios, pessoas e mercadorias vindas de diversas partes do estado, do país e do mundo. Embarcações atracavam com o fito de descarregar mercadorias, carregar a produção de gêneros agrícolas e matérias-primas e abastecer-se com gêneros necessários à continuidade de suas viagens. Essa função de importante entreposto já era exercida pelo Porto de Salvador desde o século XIX, tendo continuidade no século XX. Desempenhava, então, um importante papel na dinamização da economia da cidade e do estado, sobretudo de seu Recôncavo, movimentando o mercado local, nacional e internacional. Esse elemento harmonizava-se e entrelaçava-se com os grandes estabelecimentos comerciais que se concentravam na zona próxima ao porto, não por acaso uma região conhecida como *Bairro Comercial* ou simplesmente *Comércio*. Nos limites dos distritos da Conceição e do Pilar ficavam também os muitos trapiches, armazéns e depósitos das firmas de importação e exportação, além das principais agências de bancos e companhias de seguros da cidade.

A Cidade Baixa era, portanto, o centro das atividades industriais, comerciais – inclusive do comércio ambulante –, portuárias – com seus negócios de importação e exportação –, além de ser o principal local de trabalho também de outros setores operários além dos já referidos, como carregadores, que para lá se dirigiam todos os dias em busca de colocação no mercado de compra e venda de sua força de trabalho. Na Península de Itapagipe, localizava-se também a Estação Ferroviária, com linhas que interligavam o

---

<sup>36</sup> Ubiratan Castro de Araújo (Org.), *Salvador era assim*, Salvador, IGIBA, 1999, pp. 20, 21, 25, 28, 29, 30, 35-51.

Bairro da Boa Viagem ao Porto e a diversas cidades do interior, inclusive do Recôncavo, constituindo-se em imprescindível meio de transporte de mercadorias e pessoas. Finalmente, lá ficava também o centro administrativo e operacional da *Companhia Linha Circular de Carris da Bahia* e sua *Usina Termoelétrica da Preguiça* e o *Gasômetro da Companhia Linha Municipal* (Calçada do Bonfim) que, como já vimos, controlavam os serviços de bondes e de produção e distribuição de energia elétrica e iluminação pública de Salvador.

## II- O Reino da Necessidade

A Primeira República em geral e, mais particularmente, a conjuntura dos anos 1914-1920, foi marcada por crises econômicas e financeiras que afetaram diretamente a vida e influenciaram a própria ação política e social da classe operária e do conjunto dos estratos populares. O período em análise caracterizou-se pela incapacidade da indústria em garantir uma produção suficientemente ampla para suprir as necessidades de alimentação, transportes, moradia etc. da classe trabalhadora em seu conjunto.<sup>57</sup>

Durante a Primeira Guerra Mundial, as atividades industriais no Brasil sofreram um incremento, principalmente a partir do processo de substituição de importações, ao mesmo tempo em que esforços eram envidados para ampliar as exportações de alimentos.<sup>58</sup> Essa política foi a responsável direta pelo desabastecimento interno, a escassez de alimentos e a escalada dos preços, movida não apenas pelas circunstâncias ditadas pelo livre mercado, como também por uma especulação desenfreada, tornando ainda mais insuportáveis as condições materiais de vida da classe operária, que, por sua vez, irrompeu em movimentos reivindicatórios em todo o país. A grande imprensa noticiou nacionalmente o fenômeno da inflação, a corrosão dos salários e a transformação do custo de vida num dos mais altos da história do Brasil e da Bahia.

### 2.1 – Carestia e Especulação

A crise econômica, aguda do segundo semestre de 1918 ao primeiro trimestre de 1919, iniciou-se, na realidade, pouco antes da guerra e se agravou com ela. A carestia dos gêneros de primeira necessidade já havia sido alvo de uma manifestação popular em 19 de outubro de 1911, quando o advogado Cosme de Farias, indivíduo que possuía grande prestígio junto às camadas populares, liderou uma passeata, seguida de um comício e a entrega de uma petição ao Intendente da Capital pedindo providências sobre o assunto. De março a abril de 1913, o movimento assumiu uma feição mais organizada, com manifestações de rua, reuniões e apelos parlamentares. Na pauta das reivindicações constava não apenas a luta contra a carestia dos alimentos de consumo popular, como

<sup>57</sup> Maria Yedda Leite Linhares & Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História Política do Abastecimento, 1918-1974*, Brasília, BINAGRE, 1979, pp.18-20.

<sup>58</sup> Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1993, pp. 257-269.

também contra o aumento dos aluguéis residenciais e dos preços das passagens de bondes. Dessas manifestações, saiu o *Comitê Popular Contra a Carestia da Vida*, presidido por Cosme de Farias e reunindo-se periodicamente na sede do *Centro Operário da Bahia* e da *Sociedade Montepio dos Artistas*.<sup>59</sup> O comitê chegou a apresentar um manifesto ao país, narrando o desenrolar do movimento e denunciando o descumprimento de acordos e promessas por parte das autoridades governamentais. Em seguida, elegeu uma comissão para atuar no Conselho Municipal e interceder junto ao então deputado Mário Hermes da Fonseca, líder da bancada baiana na Câmara Federal, para que esse atuasse em favor de medidas contra a inflação. Em 1914, quando a guerra já era uma realidade e as expectativas de uma maior deterioração das condições de vida cresciam a cada dia, as mobilizações foram retomadas, destacando-se as ações individuais de populares contra comerciantes retalhistas. Em 1917, ao contrário de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados, as greves não eclodiram na Bahia, prevalecendo a luta contra a carestia, particularmente depois que uma *comissão popular* foi formada em julho e incumbida de tratar do preço do pão. Essa comissão chegou a enviar uma petição ao *Conselho Municipal* reclamando contra a venda do produto nas tavernas, visando a eliminar este intermediário entre as padarias e os consumidores. Em agosto, os comícios tomaram as ruas novamente, com críticas e acusações contra autoridades, em particular contra o Intendente Pacheco Mendes, culminando com o desfecho trágico em frente ao Palácio do Governo, quando um dos manifestantes foi morto à bala pela polícia. A ação popular continuou com quebra-quebra de candeeiros e lâmpadas e o apedrejamento da Casa Magalhães & Cia., controladora do comércio de açúcar.<sup>60</sup>

Testemunhos são unânimes em admitir que a virada de 1918 para 1919 configurou uma conjuntura específica de agravamento da carestia e crise econômica geral. As mobilizações contra a alta dos preços, que haviam diminuído depois do confronto acima citado, ganharam novo impulso e culminaram na retomada do movimento popular. Já em agosto de 1918, diversos operários procuraram o advogado Cosme de Farias pedindo-lhe que usasse sua influência e trânsito junto às autoridades no sentido de persuadi-las a agir

---

<sup>59</sup> Surgida em 1852 de uma cisão da *Sociedade Montepio dos Artífices*, esta última fundada em 1832. Sobre o assunto, ver: Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Montepio dos Artistas: Elo dos Trabalhadores em Salvador*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural/EGBA, 1998.

<sup>60</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões. Salvador (1890-1930)*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1982, pp. 407-414.

contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade. Nesse encontro, Cosme de Farias comprometeu-se a convocar, com máxima urgência, uma ampla reunião a realizar-se no *Centro Operário da Bahia*. A intenção era realizar, previamente, uma audiência com o Governador do Estado, o Intendente, diretores de fábricas e de oficinas, o Secretário de Segurança Pública (Álvaro Cova) e os representantes da *Associação Comercial da Bahia*, *Sociedade União dos Varejistas* e do próprio *Centro Operário*.<sup>61</sup> Dessa forma, no dia 5 de setembro ocorreram duas reuniões, uma no Paço Municipal, sob a presidência do Intendente Rocha Leal, reunindo os comerciantes, representados pelas associações acima indicadas, e a outra na sede do Centro Operário, presidida por Cosme de Farias, na qual se deliberou continuar pressionando os poderes públicos para solucionar a questão.<sup>62</sup>

A proposta de tabela de preços organizada pela *Sociedade União dos Varejistas* sofreu, a partir daí, uma intermitente oposição do jornal seabrista *O Tempo*. Assim, no dia 13 de setembro, um articulista denunciava, por exemplo, a desilusão das classes populares, pois “ao contrário das providências que deviam ser tomadas para o barateamento dos artigos de primeira necessidade, deu-se exatamente o aumento de preços desses mesmos gêneros de maneira a tornar a vida impossível justamente para aqueles que mais necessidade têm das medidas aspiradas, (...) aqueles das classes mais pobres, que ganham (...) o pequeno salário do operariado”. Além disso, o jornal denunciou também que além de apresentar preços mais altos do que os que vigoravam antes, a organização da tabela objetivava impedir a adoção, na Bahia, da tabela organizada no Rio de Janeiro pelo *Comissariado da Alimentação Pública*, a seu ver, mais vantajosa para a população pobre e trabalhadora.<sup>63</sup> A campanha de oposição à tabela dos varejistas e atacadistas continuou no dia seguinte, quando a imprensa governista reafirmou, de maneira ainda mais contundente, que os comerciantes tinham o objetivo único de promover “o encarecimento dos gêneros de

---

<sup>61</sup> A PEB, *O Tempo*, 21 de agosto de 1918, p. 2

<sup>62</sup> A PEB, *O Tempo*, 5 de setembro de 1918, p. 2.

<sup>63</sup> A PEB, *O Tempo*, 13 de setembro de 1918, p. 1. O *Comissariado da Alimentação Pública* foi criado a partir do Decreto nº 13.069, de 12 de junho de 1918, em um quadro de emissões desordenadas de papel-moeda, política de incentivo às exportações de gêneros alimentícios para os países beligerantes, monopolização da produção e comercialização dos alimentos, precariedade dos transportes, peso dos impostos e tudo o mais que geravam a escassez e a inflação. O referido órgão foi criado através de legislação provisória e visava, segundo Linhares e Silva, assegurar a eficácia do sistema produtivo e a manutenção do conjunto de relações sociais a ele associados, ao mesmo tempo em que criava uma racionalidade técnica supostamente capaz de amortecer os conflitos de classe. Ver Maria Yedda Leite Linhares & Francisco Carlos Teixeira e Silva, *História Política do Abastecimento, 1918-1974*, Brasília, BINAGRE, 1979, p. 21.

primeira necessidade” e de “proteger os gananciosos exploradores da crise”, apresentando uma tabela comparativa entre os preços propostos pelos comerciantes baianos e os praticados pelos negociantes do Rio de Janeiro, na qual se constata, claramente, a superioridade dos primeiros em relação aos últimos.<sup>64</sup> Ora, se os preços de primeira necessidade eram iguais ou superiores aos praticados no Rio, o mesmo não se pode dizer dos salários da classe operária. O caso dos tecelões é um exemplo claro disso. Enquanto em fins de 1918 um operário têxtil adulto de Salvador ganhava 13\$000 de empreitada semanal, em 1919 o operário da mesma ocupação recebia 8\$000 de diária no Distrito Federal e tinha um rendimento semanal de 48\$000.<sup>65</sup>

Ainda no dia 14 de setembro, Cosme de Farias presidiu uma outra assembléia do *Centro Operário da Bahia* para discutir a carestia. Desse conclave saiu a deliberação de enviar uma mensagem telegráfica ao então Senador J. J. Seabra, pedindo-lhe que intervisse no sentido de conseguir a aplicação, na Bahia, da tabela feita pelo *Comissariado da Alimentação Pública* que vigorava no Rio de Janeiro.<sup>66</sup> O impasse nas negociações com os comerciantes fez com que o Conselho Municipal e o Governo do Estado também se posicionassem em favor de uma intervenção do Comissariado da Alimentação.<sup>67</sup> Por sua vez, respondendo ao telegrama que os membros do Centro Operário lhe haviam enviado, o Senador Seabra avisou que iria agir no sentido de conseguir a extensão da ação do Comissariado da Alimentação à Bahia, conforme o desejo popular.<sup>68</sup> Instalado oficialmente em 8 de outubro de 1918, até dezembro sua ação parece ter sido inócua.

Nos primeiros meses de 1919, a carestia dos gêneros de primeira necessidade ainda não havia sido contida, apresentando mesmo tendências ao agravamento da situação em alguns casos. Em março, o próprio editor do jornal *O Tempo* voltou ao assunto, avisando que não era a primeira e nem seria a última vez a usar sua coluna para defender os

---

<sup>64</sup> APEB, *O Tempo*, 14 de setembro de 1918, p. 1. Dentre os produtos que tiveram seus preços comparados, respectivamente no Rio de Janeiro e em Salvador, destacam-se os seguintes: 1 kg arroz de 1ª, \$900 e 1\$200; 1 kg de arroz inferior, \$600 e \$900; banha (lata de 2 kg), 4\$000 e 4\$800; 1 kg de café moído, 1\$000 e 1\$600; 1 kg de charque, 2\$000 e 2\$700; 1 kg de feijão mulatinho, \$360 e \$500; 1 kg de pão, \$800 e 1\$300.

<sup>65</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Questão Habitacional e Movimento Operário*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1989, p. 119.

<sup>66</sup> APEB, *O Tempo*, 16 de setembro de 1918, p. 2. Além de Cosme de Farias, o telegrama foi assinado por outras lideranças vinculadas ao Centro Operário da Bahia, a exemplo de Felipe Tranquilino de Castro, Arnaldo Pereira, José Maria da Rocha Argolo, Eugênio Cardoso, Manoel Santos Silva e João Afonso

<sup>67</sup> APEB, *O Tempo*, 19 de setembro de 1918, p. 1.

<sup>68</sup> APEB, *O Tempo*, 20 de setembro de 1918, p. 1.

interesses populares hora em jogo, pois a crise estava atingindo indiscriminadamente à classe operária, aos assalariados mais pobres e mesmo à classe média, posto que esta era “obrigada a representações”. As representações as quais o jornalista fez referência eram os gastos com vestuário e calçados, que alcançaram preços dados como fora do poder aquisitivo de muitos setores, a exemplo dos funcionários públicos, que estariam na iminência de freqüentar as repartições apresentando-se como “mendigos, rotos, sujos e esfarrapados, pois os magros vencimentos lhe são insuficientes para o alimento da família”.<sup>69</sup>

A situação dos funcionários públicos era, aliás, das piores, pois além dos constantes atrasos em seus pagamentos, os salários não haviam tido qualquer reajuste desde 1º de Maio de 1896, ou seja, estavam estagnados há 22 anos, tomando 1918 como referência.<sup>70</sup> Foi nesse quadro de descontentamento generalizado que se aprovou, então, em agosto de 1918, a Lei nº 1286, pela qual o governo do estado concedia uma gratificação especial a vigorar durante a fase final da guerra, como forma de compensar a queda do poder de compra dos salários em face da carestia geral. As gratificações variaram entre 8%, 10% e 12% e incidiriam sobre os proventos (salários ou diárias) de todos os funcionários e serventuários do Estado, inclusive os da Câmara dos Deputados e do Senado do Estado, excluídos do gozo de tais vantagens o governador, os deputados e senadores e os comissionados. Já os 1.000 praças da Força Pública, lotados em Salvador, receberiam uma gratificação extraordinária de 300 réis diários.<sup>71</sup> Mas a corrosão dos salários era tanta, que já em agosto de 1919, a *Associação dos Funcionários Públicos*<sup>72</sup> estava reivindicando 30% de aumento, enquanto a Câmara dos Deputados do Estado discutia o projeto nº 111,

---

<sup>69</sup> APEB, *O Tempo*, 17 de março de 1919, p. 2.

<sup>70</sup> APEB, *Ata da 2ª Reunião de Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia de 16 de junho de 1919*. In *Diário Oficial do Estado*, 22 de junho de 1919; IGHBA, *A Tarde*, 19 de junho de 1918, p. 1. Esse reajuste de 1896 ocorreu em função da primeira reforma nos quadros do funcionalismo tendo por base a Lei nº 115, de 16 de agosto de 1895.

<sup>71</sup> APEB, Lei 1286, de 24 de agosto de 1918 in *Coleção de Leis do Estado da Bahia do ano de 1918*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, pp. 30-31; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 27 de agosto de 1918.

<sup>72</sup> Fundada em 20 de agosto e instalada em 8 de setembro de 1918. A propaganda para fundação e a discussão dos projetos de estatutos foram fartamente cobertos pela imprensa em geral, muito especialmente a seabrista e pela imprensa oficial. Ver, entre outros, *Projeto de Estatutos da Associação dos Funcionários Públicos do estado da Bahia*. In *Diário Oficial do Estado*, 31 de julho de 1918; *Projeto de Estatutos da Associação dos Funcionários Públicos do estado da Bahia (Redigido de acordo com as emendas)*. In *Diário Oficial do Estado*, 15 de agosto de 1918; *Jornal O Tempo*, 17 e 19.07.1918; 8, 21 e 27.08.1918; 5, 6 e 9.09.1918.

que previa a incorporação definitiva da gratificação de guerra aos salários dos funcionários públicos baianos.<sup>73</sup>

A carestia e a depreciação salarial são fenômenos relacionados às oportunidades criadas pela guerra para a exportação de gêneros de primeira necessidade, como se pode ver na Tabela 8.<sup>74</sup> Na realidade, a Bahia viveu uma situação paradoxal em que sua participação no conjunto das exportações brasileiras encontrava-se em declínio por anos consecutivos, enquanto seu comércio exterior, analisado separadamente, mostrou uma ascensão nítida durante a guerra. Assim, nos 20 anos compreendidos entre 1890-1910, o crescimento médio anual foi da ordem de 6,9%, ao passo que nos cinco anos que se seguiram (1911-1915) o crescimento do valor das exportações em libras foi de 2%. Mas foi no quinquênio de 1915 a 1919 que a alta foi absolutamente fora do comum e longe de qualquer previsão, tendo o superávit alcançado um avanço de 72% em relação ao mesmo período anterior. O maior e mais significativo pico não apenas dessa conjuntura, mas de toda a Primeira República, foi exatamente o ano de 1919, com exportações que atingiram 12.724.531 libras.<sup>75</sup> Isso ajuda a explicar, em parte, por que em 1919 houve uma exacerbação dos conflitos relacionados à carestia e açambarcamento de alimentos. Ajuda a entender, também, as razões que fizeram da greve geral de junho de 1919 não apenas a maior e mais importante manifestação operária da cidade até 1930, como também um momento de comunhão de todo o povo contra uma situação considerada inadmissível.

Na realidade, a degradação das condições de vida da população trabalhadora e pobre foi o preço que o governo brasileiro aceitou pagar para equilibrar a balança de pagamentos

---

<sup>73</sup> BPEB, *A Hora*, 1º de agosto de 1919, p. 1; 12 de agosto de 1919, p. 2.

<sup>74</sup> Em dois momentos distintos da conjuntura, a farinha de mandioca, elemento central da dieta popular, serviu a esse propósito. A primeira vez foi em setembro de 1918, quando os três principais controladores desse comércio formaram um cartel e resolveram exportar todo o estoque que possuíam para Liverpool, na Inglaterra. O segundo momento foi em setembro de 1919, quando os comerciantes começaram a drenar toda a farinha de mandioca de Salvador para Recife. Segundo alguns jornais, esta operação teria assegurado lucros altíssimos, pois a mercadoria era comprada na praça da Bahia a um preço médio de 155000 por saco e revendida a 355000 em Pernambuco. No varejo também havia grande diferença, com grandes prejuízos para os consumidores, pois enquanto a tabela do Comissariado estabelecia valores entre \$120 e \$180 por litro, o produto já estava sendo vendido a \$240 em Salvador e \$800 em Recife. Os lucros eram tão certos e altos, que apenas em um dia foram vendidos para aquele mercado 4.530 sacos de farinha de mandioca. Mesmo considerando que esses valores possam não representar fielmente a realidade, sendo um expediente usado pela imprensa seabrista para acirrar a animosidade popular contra os comerciantes, é preciso admitir que havia, efetivamente, especulação e aumento de preços e esse é um fato confirmado por todas as fontes, independente dos níveis que os mesmos tenham alcançado. APEB, *O Tempo*, 6 de setembro de 1918, p. 1; 4 de setembro de 1919, p. 1.

<sup>75</sup> *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 2ª Fase (1890-1930)*, Salvador, CPE, 1980, pp. 24-27.

e vencer as dificuldades causadas pela baixa dos preços dos produtos tradicionais de exportação nacionais, a exemplo do café e da borracha. É que a grande crise internacional de 1913 fez com que os preços dos principais produtos de exportação brasileiros sofressem uma queda inédita na história do comércio exterior do Brasil. Além disso, as importações, principalmente das matérias-primas, não diminuíram, causando um grande desequilíbrio na balança de pagamentos. Foi só a partir de 1915 que a situação começou a mudar, pois o país começou a promover exportações de gêneros não tradicionais, mesmo correndo o risco de arruinar o frágil equilíbrio da economia popular e provocar o aumento das tensões, para os países do bloco aliado em sua guerra contra o Império Alemão, como açúcar, arroz, milho, farinha de mandioca, charque etc.

**Tabela 8**  
**Exportações de Gêneros de Primeira Necessidade**  
**Em Toneladas Brasil 1914-1918\***

Produto	Quantidade				
	1914	1915	1916	1917	1918
Arroz	2	2	469	35.828	26.466
Açúcar	29.065	59.074	47.997	121.733	96.670
Batata	-	-	-	3.311	5.064
Carnes em Conserva	285	77	352	2.262	16.098
Carne Congelada	1	6.670	32.395	62.333	58.043
Charque	6	737	2.270	3.928	4.431
Farinha de Mandioca	4.342	3.890	4.534	16.517	57.669
Feijão	4	276	34.884	90.331	65.973
Milho	-	-	3.108	23.314	11.886

Fonte: **Dados da Diretoria de Estatísticas do Ministério da Fazenda**, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 20 de fevereiro de 1919.

\* Dados correspondentes aos 11 primeiros meses de cada ano do quinquênio. Os algarismos referentes ao ano de 1918 estão sujeitos a retificações.

\*\* O valor médio por unidade representa o quociente da divisão do valor posto a bordo, de cada mercadoria, pela sua respectiva quantidade.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a carne e o pão, produtos transformados em objeto de ações mais radicais de setores da população. Em junho de 1919, em meio à greve geral, o comerciante José Presídio Figueiredo, que possuía depósito à rua J. J. Seabra, na Baixa dos Sapateiros, abateu três bois com o objetivo de vendê-los ao Hospital Santa Isabel. Quando seu filho, Joel Presídio e alguns carregadores, foram levar a mercadoria ao hospital, viram-se "atacados por um numeroso grupo de populares, estabelecendo-se por essa ocasião grande e sério conflito, que ia tomando lamentáveis proporções, ai não fosse a

intervenção prudente do delegado Lustosa de Aragão...” Pensando nas consequências políticas do fato, o jornal *O Tempo* procurou desvincular do movimento operário este ataque à propriedade. Em suas palavras “os turbulentos, que não pertenciam ao número dos operários grevistas, derramaram querosene sobre 55 kg de carne, atearam fogo, resultando sair ferido da luta, com uma pedrada na cabeça, o Sr. Joel Presidio, que fora medicado na Assistência Pública”.E sentenciava: “Esperamos que esses fatos não se reproduzam, a fim de que não se diga ser a classe operária a causadora desses excessos”.<sup>76</sup>

## 2.2 – A Crise do Pão

Mas foi, sem sombra de dúvidas, a alta do pão o que despertou de modo mais profundo o rancor que a classe operária e os estratos populares sentiam contra os comerciantes. Há fortes indícios de que os momentos mais críticos da carestia e açambarcamento do pão coincidiram com as fases mais radicalizadas do movimento operário. Em maio de 1919, por exemplo, em meio à greve nacional dos marítimos, entre os quais os da Bahia e Rio de Janeiro, e emendando com a greve geral de junho em Salvador e no Recôncavo, os problemas relativos à escassez e alta do preço do pão voltaram a ocupar o centro das atenções dos trabalhadores e também dos jornais, não importando a sua coloração política. Já em 8 de maio, a *Associação dos Estabelecimentos de Padaria da Bahia* fez publicar um *manifesto* dirigido às autoridades e ao público em geral, no qual informava a paralisação da produção do pão sob o argumento de que a alta de preços da farinha de trigo estava fazendo-os ter um prejuízo diário de 50\$000.<sup>77</sup>

Mas a panificação em Salvador era um empreendimento dominado pelos galegos que, como estrangeiros, eram relativamente mais vulneráveis que os brasileiros às tensões geradas pelo aumento do preço do pão, alimento essencial e secularmente incorporado à dieta popular. A situação se tornava bastante complicada quando os atacadistas promoviam retenções do trigo ou aumentavam o seu preço, fazendo com que tal produto ficasse inacessível às padarias ou deixando-lhes como única saída o impopular repasse de custos para os consumidores diretos. Nesses casos, o sentimento de revolta da população se voltava prioritariamente contra tais estabelecimentos varejistas e seus proprietários estrangeiros, que passavam a ser encarados, tanto pelo povo como pelas autoridades, como

<sup>76</sup> APEB, *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>77</sup> APEB, *O Tempo*, 9 de maio de 1919, p. 2

forasteiros exploradores. Não por acaso, os galegos fundaram, em 1917, a *Associação dos Proprietários de Padarias*. Seu objetivo era criar uma instituição que assegurasse unidade e coesão a esse segmento empresarial a fim de lhe proporcionar maior poder de pressão para lutar pelos seus interesses. Em maio de 1919, 38 donos de padaria, dos quais 25 eram galegos, decidiram, em assembléia, suspender o fabrico do pão. Sentiam-se prejudicados pela alta do preço da farinha de trigo e pelo tabelamento imposto pelo Comissariado da Alimentação<sup>78</sup>

Na verdade, mesmo admitindo que a taxa de lucro das padarias pudesse estar caindo, o que fica claro é que os proprietários de padaria aproveitaram-se do momento para fazer um *lockout* visando pressionar as autoridades a revogar o tabelamento do pão e restabelecer a liberdade de comércio. A imprensa ligada ao Palácio da Aclamação, talvez porque não visse naquele grupo social um ponto de apoio para suas manobras políticas, não gostou e disse que o Comissariado da Alimentação deveria intervir no conflito entre padarias e importadores de trigo e punir os responsáveis pela escassez e alta do pão, deter os “assaltos da ganância, parta de onde partir, venha de onde vier” e impedir que o povo continuasse “escorchado e esmagado pelo choque de interesses subalternos de indivíduos que se preocupam apenas com riquezas rápidas”.<sup>79</sup> O conflito se arrastou até junho, quando além de consumidores insatisfeitos, os proprietários de padaria enfrentaram um conflito aberto com seus trabalhadores e seu sindicato.

Os problemas gerados pelas disputas entre comerciantes atacadistas controladores da importação e comercialização do trigo e os proprietários de padarias continuaram ainda por muito tempo e em agosto de 1919, às vésperas de uma greve que abarcou todo o ramo têxtil e quase virou uma nova greve geral, uma nova paralisação da produção e comercialização do pão ocorreu com a intenção de forçar um aumento nos preços daquele produto. Em nova nota pública divulgada entre os dias 21 e 23 de agosto, a *Associação dos Estabelecimentos de Padaria da Bahia* disse que as constantes altas dos preços da farinha de trigo tornavam inviável o acatamento da tabela do Comissariado da Alimentação, obrigando-os a suspender o fabrico do pão, mantendo apenas a venda dos biscoitos e

---

<sup>78</sup> A *Associação dos Estabelecimentos de Padaria da Bahia* foi fundada em 7 de abril de 1917 e originalmente chamava-se *Associação dos Proprietários de Padarias*. Os espanhóis também estavam firmemente estabelecidos no pequeno comércio, controlando inclusive a *União dos Varejistas da Bahia*. Jefferson Bacelar, *Galegos no Paraíso Racial*, Salvador, Ianamã/CEAO/CED-UFBA, 1994, pp. 144-145.

<sup>79</sup> APEB, *O Tempo*, 9 de maio de 1919, p. 1

bolachas nos dias que se seguiriam.<sup>80</sup> Os comerciantes atacadistas, por sua vez, argumentavam que estavam repassando aumentos sofridos na importação de farinha de trigo oriunda dos EUA e da Argentina e que a tendência continuava sendo de altas ainda maiores. O aumento dos preços da farinha de trigo nesses países, por seu turno, foi justificado em função do aumento da procura por parte dos aliados e também em razão do aumento extraordinário dos fretes do Rio da Prata. Além disso, os atacadistas disseram que a entrada da Alemanha e da Áustria na concorrência pela farinha proveniente daquela região também pressionou os preços desse produto para cima. Os proprietários de padarias procuraram salientar que além dos aumentos da farinha de trigo comprada dos atacadistas, tiveram também que arcar com o aumento de 20% que concederam sobre os salários dos trabalhadores de seus estabelecimentos após a greve geral de junho de 1919, o que fez com que o custo de produção ficasse ainda maior.<sup>81</sup>

Em 25 de agosto, após realizar várias reuniões buscando um acordo com o governador Antônio Moniz e o Comissariado Geral, no Rio de Janeiro, *Associação dos Estabelecimentos de Padaria* resolveu paralisar de novo, temporariamente, a produção do pão. Anunciou, contudo, que se suas reivindicações não fossem atendidas, a paralisação seria por tempo indeterminado, o que acabou fazendo 3 dias depois.<sup>82</sup> O fato teve desdobramentos significativos. No final da tarde do dia 29, numa ação aparentemente espontânea, um popular começou a discursar em frente a uma padaria localizada à rua J. J. Seabra, na Baixa dos Sapateiros, protestando em voz alta contra a falta do pão e clamando por retaliações aos donos de panificação. Sem que precisasse esperar por muito tempo, um grupo de indivíduos qualificados de “desocupados” logo aderiu ao protesto e, aos gritos de “fecha, fecha” forçaram os proprietários daquele estabelecimento e outros da mesma região a cerrarem suas portas. Em seguida, partiram para a Avenida Sete de Setembro, onde fizeram o mesmo com outros estabelecimentos congêneres. O argumento dos manifestantes foi o de que se os proprietários de padaria não queriam vender o pão, também não poderiam comercializar os biscoitos e bolachas, meio pelo qual ampliavam ainda mais a sua margem de lucros. A força pública e o delegado Lustosa de Aragão só chegaram ao local cerca de uma hora depois, momento em que algumas padarias aproveitaram para reabrir os seus

<sup>80</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 21 e 23 de agosto de 1919, p. 2

<sup>81</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 24 de agosto de 1919, p. 1.

<sup>82</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 24 de agosto de 1919, p. 2; *Diário de Notícias*, 27 de agosto de 1919, p. 1.

negócios e passar a vender os mesmos produtos a preços ainda maiores. A tensão atingiu um nível tal que o *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* e o *Centro Operário da Bahia* convocaram comícios para o dia seguinte, a fim de discutir amplamente a questão.<sup>83</sup>

Não se tem notícia do comício promovido pelo Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, mas sabe-se que da reunião convocada pelo *Centro Operário* participaram muitos trabalhadores que, liderados por Cosme de Farias, saíram em passeata pelas ruas do Centro de Salvador carregando flâmulas com inscrições que diziam “o povo quer pão”. Essa mobilização não parece ter surtido resultados práticos palpáveis, pois em 1º de setembro a imprensa noticiava que os proprietários de padaria haviam chegado a um acordo com as autoridades e retomado a produção, mas ao custo de um aumento de \$100 por quilo de pão. O jornal *O Tempo* voltou responsabilizar os atacadistas de farinha de trigo pela alta contínua do produto<sup>84</sup> e o acordo efetivado foi logo descumprido por algumas padarias, tanto no que diz respeito ao peso quanto ao preço do pão.<sup>85</sup>

Os tempos eram realmente difíceis, e a imprensa observou que a falta do pão alterou alguns hábitos e rotinas da população operária e pobre em geral. Uma dessas mudanças foi uma frequência maior às feiras da Ribeira de Itapagipe, Água de Meninos, Porto do Bonfim e Tanque da Conceição, que vendiam alimentos substitutos temporários do pão. O aumento da demanda, porém, fez com que até esses produtos comesçassem a encarecer. A batata doce, por exemplo, que era vendida a 1\$200/lata, passou a custar, em agosto de 1919, 1\$700 e as raízes de inhame e de aipim sofreram aumentos de até 50% no mesmo período.<sup>86</sup>

Além disso, a imprensa observou que o sistema de pesos e medidas de Salvador era totalmente desrespeitado e até alimentos impróprios ao consumo humano eram vendidos à população cotidianamente. Denúncias de carne e bacalhau deteriorados sendo comercializados era uma constante e os produtos falsificados também grassavam pela cidade. Por outro lado, havia fraudes de todo tipo. Não era muito difícil comprar vinagre que causava graves intoxicações e as misturas do café com milho e feijão, leite com água

<sup>83</sup> APEB, *O Tempo*, 30 de agosto de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 30 de agosto de 1919, p. 1; *Diário de Notícias*, 30 de agosto de 1919, p. 7.

<sup>84</sup> APEB, *O Tempo*, 1º de setembro de 1919, p. 1. O preço do pão passou de 1\$000 para 1\$100

<sup>85</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 3, 9 e 14 de setembro de 1919, p. 1; *Diário de Notícias*, 10, 13 e 17 de setembro de 1919, p. 1.

<sup>86</sup> APEB, *O Tempo*, 29 de agosto de 1919, p. 1.

e/ou outras substâncias, azeite doce com óleo de algodão e pimenta do reino e cominho com milho adicionado pareciam ser fatos corriqueiros na Salvador dos anos de guerra e do imediato pós-guerra.<sup>87</sup> Em julho de 1918, a própria *Associação União dos Varejistas* admitiu que os consumidores eram roubados pela utilização dos tradicionais sistemas de medidas, principalmente quando compravam cereais, e chegou mesmo a enviar uma petição à Câmara dos Deputados pedindo que esta aprovasse uma lei convertendo o sistema antigo, em geral o *litro*, ao novo, baseado no peso. Argumentava que já havia feito gestões anteriores junto ao Conselho Municipal para alcançar tal objetivo, mas o projeto havia sido vetado pelo então Intendente Pacheco Mendes.<sup>88</sup>

### 2.3 - A Crise de Moradia

Mas a crise advinda com a Primeira Guerra Mundial não se expressou apenas na carestia e especulação com os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Além das questões relacionadas com a instabilidade do emprego e da compressão salarial, que veremos um pouco mais adiante, o *problema da habitação* também esteve no centro das atenções para as camadas populares em geral e para a classe operária em particular. E a razão muito justa para tal coisa era que os anos que se seguiram a 1914 até o imediato pós-guerra, foram marcados por um processo de encarecimento e mesmo especulação com os preços dos aluguéis como nunca havia sido visto antes. A classe trabalhadora, que já vivia em habitações condenáveis nos velhos casarios, cortiços e casas de cômodos, sujeita às epidemias e enfermidades causadas pela falta de saneamento e higiene, passou a sofrer dos males da carestia de vida também de modo muito intenso na questão habitacional a partir da guerra em função da crescente perda de poder aquisitivo dos seus salários.

Em maio de 1919, por duas vezes, o jornalista João Varella ocupou o espaço de sua coluna *Colaboração Operária* para denunciar, em tom preconceituoso, as péssimas condições de moradia das camadas populares em geral. O articulista argumentou que a moradia havia se tornado inacessível para a maioria da população em virtude da carestia dos aluguéis, causada pelo retraimento dos capitais investidos no setor da construção civil e do crescimento desordenado da população. Como desdobramento desse problema,

---

<sup>87</sup> APEB, *O Tempo*, 13 de julho de 1918 e 10 de janeiro de 1919, p. 1.

<sup>88</sup> APEB, *Seção Legislativa, Câmara dos Deputados da Bahia, Representações (1892-1928), livro 949.*

argumentou o jornalista, outros apareceram. A classe operária viu-se obrigada, pela força das circunstâncias, a retirar-se para bairros cada vez mais distantes, localizados em “povoados lúgubres”, “becos escuros e infectos” e para “cortiços nojentos, verdadeiras antecâmaras ou cemitérios”. Não podendo pagar os altos aluguéis impostos pelo senhorio em virtude dos anos de compressão salarial, os operários tiveram que se mudar para tais bairros, “indo viver em cômodos ou em promiscuidade condenável”.<sup>89</sup> João Varella salientou também que a necessidade de moradia para o operariado havia se transformado em algo ainda mais urgente porquanto além de salários depreciados, a maior parte comprometido com pagamento de aluguel, os trabalhadores estavam tendo que arcar também com os igualmente altos gastos com transportes, posto que seus “cômodos mal arejados e apertados” localizavam-se distantes de seus locais de trabalho, obrigando-os a pagar pelas viagens de bondes.<sup>90</sup>

Quanto à questão da mobilidade operária pela cidade, já se observou para outras regiões que assegurar transporte barato e de qualidade para que os trabalhadores se deslocassem de suas casas para o trabalho nunca foi algo que estivesse entre as principais preocupações dos governos ou patrões nos primeiros momentos da industrialização. Linhas de bondes e trens não foram pensadas tendo esse objetivo em mente e mesmo na Inglaterra, o berço da industrialização, isso só aconteceu a partir de fins do século XIX, o que limitava até mesmo as perspectivas dos trabalhadores em termos de busca de emprego, posto que sua mobilidade estava restrita aos locais para onde poderiam se deslocar a pé.<sup>91</sup> Essa

<sup>89</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 11 de maio de 1919, p. 2.

<sup>90</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 14 de maio de 1919, p. 1. Entretanto, é necessário relativizar as declarações dos jornalistas, autoridades sanitárias e mesmo dos industriais quanto às questões de higiene e salubridade das moradias proletárias. Esse discurso pertencia muito mais ao mundo burguês que ao universo operário. Para estes, o custo dos aluguéis e seu peso sobre o orçamento familiar era algo muito mais premente e revestido de materialidade que os problemas de superpopulação ou degradação das habitações. E isso é tão real, que não encontramos nenhuma fala operária queixando-se do primeiro ponto, ao passo que abundam as que tratam do último. Com isto não se quer dizer que os trabalhadores não aspirassem ao conforto, higiene e salubridade de uma boa moradia, mas é que esses benefícios, quando conseguidos, eram acompanhados de um cerceamento de sua liberdade e profundo controle do seu próprio modo de vida, a exemplo do que ocorria com as vilas operárias. Essas limitações acabavam sendo um preço alto demais a pagar para indivíduos que necessitavam explorar todas as possibilidades de sobrevivência por meio de diversos expedientes utilizados na cidade, ou seja, na rua. Ver Robert Moses Pechman, *Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular*. In Maria Stella Bresciani (Org.), *Imagens da Cidade (Séculos XIX e XX)*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1993, pp. 29-34. O assunto foi tratado de modo específico por Michelle Perrot, *Os Operários, a Moradia e a Cidade no Século XIX*. In *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pp. 101-125.

<sup>91</sup> Eric Hobsbawm, *O Mercado de Trabalho de Londres no Século XIX*. In *Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 191-220.

situação estava claramente colocada em Salvador em maio de 1919 e o editor do jornal *O Tempo* criticou a precariedade dos serviços prestados pelas companhias de transportes urbanos da cidade, chamando a atenção para as péssimas condições de manutenção dos seus bondes, o elevado preço das passagens e a falta de segurança das linhas.<sup>92</sup>

As tensões geradas por essa situação, fizeram com que lideranças de algumas frações da classe operária atuassem junto à imprensa e autoridades estaduais em busca de soluções paliativas para a situação. Ainda no mês de abril de 1919, o deputado Cosme de Farias, velho conhecido dos operários de Salvador pela posição de liderança que assumiu nas manifestações contra a carestia desde o início da guerra, apresentou um projeto na Câmara, pelo qual autorizava ao governador construir “2.000 casas higiênicas e modestas, destinadas à residência de operários”, mas a proposta, que chegou a receber algum apoio no início, logo foi engavetada e finalmente rejeitada em 19 de abril de 1921.<sup>93</sup>

Em fins de maio de 1919, alguns sindicatos, a exemplo da *Sociedade União dos Operários Estivadores*, *Sociedade União dos Carregadores da Bahia*, *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* e o *Centro Operário da Bahia*, passaram a se articular com o advogado Philemon de Souza, o deputado Cosme de Farias, o jornalista João Varella e outras pessoas de influência para conseguir fundar uma *Cooperativa Operária*, que entre outras coisas contemplaria a idéia de construir habitações para a classe operária subvencionadas pelo Estado.<sup>94</sup> A campanha pela fundação da *Cooperativa Operária* teve continuidade nos dias que se seguiram e em princípios de junho a imprensa dava conta de que essa empreitada, se consolidada, seria de interesse muito mais amplo do que se supunha, pois além de assegurar, aos seus associados, o acesso a gêneros de primeira necessidade a preços bem mais baixos numa época de carestia e especulação, garantiria também a qualidade das mercadorias e a exatidão de seus pesos e medidas, “circunstância que são valores para a saúde e para a economia doméstica”. Dessa forma, o cooperativismo interessaria não apenas aos operários, mas também “aos pequenos funcionários e

---

<sup>92</sup> APEB, *O Tempo*, 5 de maio de 1919, p. 1.

<sup>93</sup> APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados do Estado da Bahia, *livro 195*.

<sup>94</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 24, 27 e 29 de maio de 1919, p. 3.

empregados” e “a todos que, para se prover do necessário à vida apenas tem um módico salário”.<sup>95</sup>

Porém, o capital total da sociedade, segundo seu projeto de estatutos, deveria ser formado não apenas a partir das subscrições dos próprios sócios, mas também a partir das contribuições de *sócios beneméritos e subvenções do Estado*, criando uma dependência prévia desses recursos.<sup>96</sup> A idéia foi praticamente enterrada quando o projeto que garantiria uma subvenção estadual de 50:000\$000 para a entidade foi engavetado na Câmara dos Deputados de fins de julho de 1919 até maio de 1925, sendo definitivamente rejeitado nesse ano.<sup>97</sup> E isso aconteceu a despeito das garantias ideológicas dos estatutos da referida sociedade de que a mesma se prestaria tão-somente à propaganda do cooperativismo e de outros “princípios socialistas *não* revolucionários”.

#### 2.4 - Crise de Trabalho e Compressão Salarial

A alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a escassez do pão, os alugueis cada vez mais caros ou a falta de moradia adequada são fatos que afetaram a vida cotidiana dos trabalhadores, mas de forma ainda um tanto lateral. A classe operária incorpora-se como força de trabalho no processo social global de produção. Para se compreender melhor como os operários sentiram e viveram os anos de guerra é preciso, portanto, sair da esfera do consumo e penetrar no mundo do trabalho. Saber qual foi o impacto da guerra sobre as atividades produtivas das quais os trabalhadores retiravam o seu ganha-pão é, assim, fundamental.

A guerra foi, para os autores dos mais diversos matizes teóricos, um momento chave no processo de industrialização brasileira. Os primeiros estudiosos que se debruçaram sobre o tema, a exemplo de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, viram no conflito do início do século um mecanismo propulsor da industrialização por meio do processo de substituição de

---

<sup>95</sup> APEB, *O Tempo*, 4 e 5 de julho de 1919; *Diário de Notícias*, 5 de julho de 1919, p. 2. O Projeto de Estatutos da Cooperativa Operária previa a constituição de quatro seções, que seriam responsáveis, respectivamente, pelo consumo (fabricação, compra e venda de gêneros alimentícios), crédito (depósitos e empréstimos), assistência, instrução e defesa social (serviços médicos, odontológicos, farmacológicos, advocatícios e pensões por moléstia ou invalidez, além de instrução e propaganda do cooperativismo) e produção (construção de casas, agricultura de subsistência, obras públicas e particulares, oficinas de artes e ofícios etc.). Cooperativa Operária. Projeto de Estatutos. *Diário Oficial do Estado*, 6 de julho de 1919.

<sup>96</sup> Cooperativa Operária. Projeto de Estatutos. *Diário Oficial do Estado*, 6 de julho de 1919.

<sup>97</sup> APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados do Estado da Bahia, *livro 193*.

importações. O conflito teria provocado uma suspensão do fornecimento externo de alguns produtos manufaturados, fazendo com que alguns investimentos fossem feitos na fundação de inúmeras fábricas no país.<sup>98</sup>

Essa tese, porém, segundo a qual a Primeira Guerra teria levado a uma aceleração substancial da industrialização do Brasil, foi contestada por estudos de W. Dean e A. Villela e W. Suzigan. Dean questionou a validade dos dados dos Censos de 1907 e 1920 para demonstrar que o maior crescimento industrial ocorreu durante a guerra, pois, além de possuírem graves defeitos, os mesmos se referiam a um intervalo de seis anos anteriores ao conflito e dois anos posteriores ao mesmo. Além disso, o aumento da produção industrial foi conseguido a partir do prolongamento da jornada de trabalho dos operários, da utilização da capacidade ociosa das fábricas e pela produção manual. Não teria havido, portanto, aumento do número de fábricas.<sup>99</sup> Dentro da mesma perspectiva revisionista, Villela e Suzigan argumentaram também que a eclosão da Primeira Guerra Mundial provocou uma interrupção do ciclo de acumulação de capitais iniciado em 1905, resultando numa drástica redução dos investimentos na indústria de transformação, em especial no que diz respeito à aquisição de bens de capital. As exceções a esse quadro de paralisação dos investimentos foram os setores de processamento de carnes, açúcar, óleo de caroço de algodão, papel, couro curtido e outros insumos para a indústria de calçados, produtos químicos e de metais.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, 40ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1993, capítulo 34, pp. 257-269, disse textualmente que "A Grande Guerra de 1914-1918 dará grande impulso à industrialização brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-1919, o que revela claramente a influência da guerra". Ver também Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

<sup>99</sup> Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 91-114.

<sup>100</sup> Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, pp. 135-139; Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*, São Paulo/Campinas (SP), Hucitec/Editora da Unicamp, 2000, 89-90.

Uma tentativa de reavaliação deste debate foi apresentada por Albert Fishlow<sup>101</sup> e Flávio R. Versiani e Maria Teresa R. O. Versiani.<sup>102</sup> Fishlow procurou demonstrar que a substituição de importações vinculadas ao conflito mundial teria sido mais importante pelos impulsos dados à demanda e mesmo não tendo sido acompanhado por grandes aumentos na capacidade produtiva, gerou lucros que foram utilizados como investimentos. Procurando relativizar as críticas de Dean, indicou que o pêndulo fora deslocado para muito longe na outra direção. Em sua avaliação, houve sim um impacto favorável da guerra sobre a indústria nacional, pois a produção têxtil de algodão em 1918 foi 57% superior a 1914, dado que não muda mesmo se comparado com os anos de 1911-1913, de base mais elevada.

Diferentemente desta bibliografia, nossa preocupação central será, porém, analisar o impacto da guerra na vida dos operários da indústria e das outras atividades produtivas, centralizando o foco de atenção nos reflexos desses efeitos nas condições de trabalho, nos níveis de emprego, desemprego e salário etc. Os produtores diretos, portanto, são os nossos personagens centrais e não a indústria, os industriais ou a política econômica do governo.

Na Bahia, o mais importante ramo de produção, do ponto de vista econômico, era, indiscutivelmente, o têxtil. A Tabela 9, apresenta três períodos nitidamente definidos da situação desse setor durante a guerra. Se tomarmos o ano de 1912 como pico de uma fase de relativa estabilidade anterior ao conflito, veremos que, do ponto de vista da evolução dos lucros, essa indústria viveu sua crise mais aguda nos anos 1913-1914, quando houve diminuição drástica das vendas, retração do crédito bancário, agravamento da crise de superprodução e venda dos estoques a preços abaixo dos praticados no mercado em tempos normais, começou a se recuperar entre 1915-1916 e gozou de uma real prosperidade, a despeito das negativas e reclamações de seus diretores, algumas delas reais, outras não, durante o período de 1917-1920. Em meio a esta última fase e imbricando-se com ela, temos uma conjuntura específica de crise profunda no imediato pós-guerra, do segundo semestre de 1918 ao primeiro trimestre de 1919, que não afetou a margem de lucros dos

---

<sup>101</sup> Albert Fishlow, *Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil*. In VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto Mendonça de, *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*, São Paulo, Saraiva, 1977, pp. 7-40

<sup>102</sup> Flávia Rabelo Versiani & Maria Teresa R. O. Versiani, *A Industrialização Brasileira Antes de 1930*. In VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto Mendonça de, *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*, São Paulo, Saraiva, 1977, pp. 121-142

industriais, mas que trouxe um mal-estar social nunca visto para a maioria dos operários têxteis, pois os industriais resolveram seus problemas de superprodução com a destruição de parte das forças produtivas, ou seja, fechando algumas fábricas e/ou diminuindo o número de dias e horas de trabalho. Embora nenhuma dessas conjunturas específicas tenha sido absolutamente fechada e cada uma delas guardasse e trocasse elementos da que lhe antecedeu ou sucedeu, é possível dizer que houve uma crise de superprodução jamais experimentada pela indústria têxtil, mas, como veremos, quem arcou com todo o ônus da *pletora de tecidos* foram os produtores diretos.

**Tabela 9**  
**Indústria Têxtil Bahia Evolução dos Lucros Líquidos 1912-1920**

Ano	Companhia Empório Industrial do Norte	Companhia União Fabril da Bahia	Companhia Progresso Industrial da Bahia	Companhia Valença Industrial	Companhia Fabril dos Fiais*
1912	739.504\$490		770.299\$070	466.963\$136	781.003\$510
1913	408.060\$660	822.432\$550	315.874\$250		
1914	168.818\$970	1.077.942\$100	122.035\$760		
1915	686.893\$640	465.934\$130	478.223\$210	276.235\$730	1.283.831\$370
1916	657.419\$280	-	318.409\$070	426.350\$540	1.039.793\$110
1917	813.308\$980	560.950\$000	843.053\$720	644.783\$910	1.751.868\$490
1918	857.467\$110	819.231\$350	878.089\$360	1.209.494\$790	1.862.865\$250
1919	859.147\$270	763.407\$160	876.946\$620	1.546.655\$630	1.700.038\$620
1920	2.116.441\$450	1.414.731\$390	1.371.360\$980	1.604.950\$530	1.231.581\$050

Fonte: APEB, *Atas das Assembleias de Acionistas, Estatutos e Relatórios das Companhias Têxteis - 1912-1920*.

\* Lucros brutos.

Independentemente da existência concreta de fases mais críticas de crise, recuperação ou mesmo de prosperidade, os industriais têxteis queixaram-se durante todo o período da guerra dos diversos fatores que provocaram um aumento dos custos de produção e diminuíram a margem de lucro das fábricas. Esses fatores desestabilizadores da vida econômica estavam ligados, primeiramente, aos problemas da escalada dos preços dos insumos, tais como carvão, anilinas, óleos combustíveis, lubrificantes e algodão. O algodão em particular tinha seu preço ditado pela situação do mercado internacional, o qual interferia na própria produção interna brasileira. Nos anos de 1916 e 1917, seus preços externos se elevaram bastante, forçando uma alta no plano nacional, especialmente do algodão nordestino, gerando um aumento dos custos de produção para a indústria têxtil em seu conjunto.<sup>103</sup>

<sup>103</sup> Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel, 1977, p. 66.

Assim, os relatórios anuais de 1915, 1916 e 1917 da *Companhia Empório Industrial do Norte* admitiam que aquela fábrica havia tido lucros crescentes, mas recomendavam moderação na distribuição dos dividendos, pois o perigo da alta de matérias-primas centrais ao processo de produção, como algodão, anilinas e carvão, ainda poderia acontecer. Em 1915, só foram distribuídos dividendos de 8%, o menor índice até 1920.<sup>104</sup> Em 1916, devido à conversão das caldeiras que queimavam carvão para o modelo das que usavam combustíveis líquidos (óleo), a diretoria voltou a queixar-se da elevação dos custos de produção, mas o relatório mostra que essa conversão regularizou e ampliou a produção, aumentando a margem de realização dos lucros e a distribuição de dividendos (10%).<sup>105</sup> O ano de 1917, também foi descrito de modo negativo, apesar dos lucros líquidos terem sido ainda maiores e a distribuição de dividendos ter pulado para 12%. O relatório informava que o algodão nordestino, que em 1914 custava à companhia 13\$000/arroba, passara, em 1917, a 60\$000, o carvão pulara de 30\$000/tonelada, a 180\$000 e as anilinas e outros produtos químicos haviam tido aumentos superiores a 500%. Para completar, em 1919, a *pruga da lagarta-rosada* e em 1920, a *lagarta-verde* fizeram grandes estragos na lavoura do algodão, pressionando ainda mais os preços daquele insumo.<sup>106</sup>

A direção das fábricas da *Companhia Progresso Industrial da Bahia* também lamentou a alta das matérias-primas, tendo o algodão subido, em 1915, dos 18\$500/arroba no mês de agosto para 30\$000/arroba em dezembro, alcançando, em janeiro, 37\$000. Apesar deste problema e da escassez das anilinas, suas duas fábricas operaram em plena

---

<sup>104</sup> APEB, Seção de Arquivos Privados, *Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal Apresentado aos Srs. Acionistas na Sessão de Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1916*, Bahia, Reis & Cia., 1916 (Exercício de 1915). No caso do carvão, a escassez e aumento dos preços forçaram a companhia a contratar os serviços da *The Caloric Company* e modificar cinco caldeiras para que pudessem queimar óleos combustíveis. Também se procurou baixar os gastos com o algodão, instalando-se um prédio para beneficiá-lo na cidade de Serrinha, diminuindo a dependência da matéria-prima oriunda de outros estados ou do exterior. APEB, Seção Legislativa, *Petições, livro 1074*.

<sup>105</sup> APEB, Seção de Arquivos Privados, *Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal Apresentado aos Srs. Acionistas na Sessão de Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 1917*, Bahia, Reis & Cia., 1916 (Exercício de 1916).

<sup>106</sup> APEB, Seção de Arquivos Privados, *Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal Apresentado aos Srs. Acionistas na Sessão de Assembleia Geral Ordinária de 2 de abril de 1918*, Bahia, Reis & Cia., 1916 (Exercício de 1917). APEB, Seção Republicana, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, *Relatório dos Serviços da Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920*, Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746.

força.<sup>107</sup> No decorrer de 1916, a tendência foi de alta, e essa companhia chegou a comprar a arroba do algodão por 42\$000.<sup>108</sup>

**Tabela 10**  
**Importações de Carvão\* - Brasil 1913-1918**

Ano	Toneladas	Réis	Lábras
1913	2.518.561	69.188.000	4.613.000
1915	1.276.287	57.255.000	2.956.000
1916	1.091.322	83.020.000	4.012.000
1917	825.940	94.260.000	5.012.000
1918	650.115	74.745.000	4.020.000

Fonte: APEB, *Jornal de Notícias*, 9 de julho de 1919, p. 3.

\* Inclui o carvão nas formas de pedra, briquete e coque.

O carvão foi outro vilão das fábricas têxteis. A Tabela 10 mostra a queda contínua da importação e a elevação astronômica do seu custo, a ponto de em 1918 ter-se comprado cerca de ¼ do carvão do ano de 1913 e se pagar uma quantia ainda maior em moeda nacional do que a que havia sido paga no ano que antecedeu à guerra.<sup>109</sup> Os resultados dessa alta não tardaram a aparecer e em 1917, a *Fábrica Conceição*, pertencente à *Companhia União Fabril da Bahia*, resolveu substituir o minério por lenha, fazendo com que o número de teares em funcionamento caísse para 2/3, pois as caldeiras eram inadequadas para queimar aquele tipo de combustível.<sup>110</sup>

Mesmo a *Companhia Fabril dos Fiéis*, que era a única indústria têxtil baiana de juta e fabricava toda a aniagem usada para ensacar as crescentes exportações baianas, queixou-se da escassez e alta dos insumos, em particular da juta. Em 1917, esses problemas, que já se arrastavam desde o início da guerra, pioraram sensivelmente, ao ponto dessa fábrica ameaçar paralisar a produção em função da suspensão temporária da exportação inglesa. Contudo, a fábrica continuou a produzir e seus lucros chegaram a crescer naquele ano.<sup>111</sup>

<sup>107</sup> APEB, *Relatório da Direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião Ordinária da Assembléa Geral em 14 de março de 1916* (Exercício de 1915). *Diário Oficial do Estado*, 14 de março de 1916.

<sup>108</sup> APEB, *Relatório da Direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião Ordinária da Assembléa Geral em 28 de março de 1917* (Exercício de 1916). *Diário Oficial do Estado*, 25 de março de 1917.

<sup>109</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 9 de julho de 1919, p. 3.

<sup>110</sup> APEB, *Relatório da Companhia União Fabril da Bahia Referente ao Exercício de 1917*. *Diário Oficial do Estado*, 9 de abril de 1918. A companhia estava resolvendo o problema com a compra de outra caldeira.

<sup>111</sup> APEB, *Companhia Fabril dos Fiéis. Relatório que tem de ser Apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, em 21 de fevereiro de 1918* (Exercício de 1917). *Diário Oficial do Estado*, 21 de fevereiro de 1918.

Na verdade o que aconteceu foi que os industriais enfrentaram os problemas criados pela guerra adotando medidas para reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade e valorizar os seus produtos. Uma delas fora paralisação parcial ou total da produção de algumas unidades e a ampliação, ao máximo, da produção de outras, tarefa relativamente fácil, já que quatro das cinco companhias existentes no estado possuíam mais de uma fábrica. Em abril de 1916, por exemplo, a *Companhia Progresso Industrial da Bahia* interrompeu a produção da *Fábrica Bonfim*, que fechou o balanço com um déficit de 8:298\$730.<sup>112</sup> Em 1917, no entanto, os lucros da *Companhia Progresso Industrial* dobraram, permitindo a reabertura da *Fábrica Bonfim* em maio de 1918. Neste ano, a *Progresso Industrial* chegou mesmo a adquirir 85 teares *revólveres*, utilizados na *Fábrica São Brás* para o aproveitamento do excedente de produção do setor de fiação. A *Fábrica Bonfim* também recebeu novos equipamentos, em particular um *locomóvel de 60 HP* visando complementar a deficiente oferta de energia daquela unidade, e 1 máquina para fabrico de cordão tubular.<sup>113</sup> Em 1919, os negócios da *Companhia Progresso Industrial da Bahia* se ampliaram tanto que a empresa comprou as fábricas *São João* e *Paraguaçu*, ambas localizadas no Distrito da Penha, aumentando o seu capital de 2.450:000\$000 para 4.650:000\$000.<sup>114</sup>

As dificuldades na *Companhia União Fabril da Bahia* foram, decerto, maiores. De suas seis fábricas, apenas a *N. S. da Conceição* funcionou de forma regular durante todo o período compreendido entre 1912 e 1920. As demais (*São Salvador*, *N. S. da Penha*, *S. A. do Quelgado*, *Modelo* e *S. C. do Paraguaçu*) funcionaram de modo precário ou permaneceram fechadas. É que além do encarecimento e escassez dos insumos necessários ao desenvolvimento da produção têxtil, a *Companhia União Fabril* tinha que arcar com o serviço de uma enorme dívida junto à Fazenda Pública Federal, oriunda de impostos

---

<sup>112</sup> APEB, *Relatório da Direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião Ordinária da Assembléia Geral em 28 de março de 1917*. (Exercício de 1916). *Diário Oficial do Estado*, 25 de março de 1917.

<sup>113</sup> APEB, *Relatório da Direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléia Geral Ordinária em 30 de março de 1918*. (Exercício de 1917). *Diário Oficial do Estado*, 27 de março de 1918; *Relatório da Direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléia Geral Ordinária em 29 de março de 1919*. (Exercício de 1918). *Diário Oficial do Estado*, 28 de março de 1919.

<sup>114</sup> APEB, *Relatório da Direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléia Geral Ordinária em 29 de abril de 1920*. (Exercício de 1919). *Diário Oficial do Estado*, 28 de abril de 1920.

atrasados e empréstimos constantemente renovados junto à Firma Moraes & Cia., a quem a direção daquela empresa creditava o mérito de não ter entrado em falência. Mesmo assim, e apesar das outras fábricas da companhia também terem tido momentos de altos e baixos os lucros da empresa em seu conjunto tenderam a crescer.<sup>115</sup> Além disso, a guerra não impediu que a mesma iniciasse um processo de modernização de uma de suas fábricas, ampliando sua capacidade instalada a partir da compra, em 1914, de novos teares e outras máquinas.<sup>116</sup>

A Tabela 11 sistematiza essas informações para todas as fábricas, mostrando claramente que os efeitos negativos da crise gerada pela guerra foram sentidos de maneira mais intensa pelos operários têxteis nos anos de 1914 a 1917, quando a taxa de desemprego alcançou um nível muito alto em função da paralisação parcial ou total, temporária ou de longo prazo de pelo menos 8 das fábricas existentes. Das 14 unidades de produção desse setor para as quais temos informações precisas, apenas 6 funcionaram de modo regular e ininterrupto de 1912 a 1920. Para assegurar o lucro, não era raro um industrial fechar uma de suas fábricas, contratar um número menor de indivíduos do que o conjunto de operários despedidos e alocá-los numa segunda unidade, ampliando a jornada de trabalho de todo o grupo, inclusive com serões noturnos e contratação em massa de mulheres e menores a salários depreciados.

Ainda com base na Tabela 11, pode-se ver também que em 1918 e 1919 a oferta de emprego na indústria têxtil cresceu de forma sensível, devido à incorporação de 2 novas fábricas e, fundamentalmente, ao aumento do número de operários contratados por unidade de produção. Fábricas que estavam paralisadas voltaram a funcionar a toda força ou parcialmente, enquanto outras ampliaram o tamanho de suas plantas e aumentaram o número de seus teares e postos de trabalho. Em 1918 e 1919, o número de postos de trabalho na indústria têxtil era maior do que em 1912, ano anterior à grande crise internacional de 1913.

---

<sup>115</sup> APEB, *Relatório da Companhia União Fabril da Bahia* (Exercício de 1915). *Diário Oficial do Estado*, 23 de abril de 1916; *Relatório da Companhia União Fabril da Bahia*. (Exercício de 1917). *Diário Oficial do Estado*, 9 de abril de 1918; *Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia*. (Exercício de 1918). *Diário Oficial do Estado*, 25 de março de 1919; *Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia Para Ser Apresentado à Assembléia Geral dos Srs. Acionistas, no dia 29 de abril de 1920*. (Exercício de 1919). *Diário Oficial do Estado*, 28 de abril de 1920; *Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia Para Ser Apresentado à Assembléia Geral dos Srs. Acionistas, em Sessão de 30 de março de 1921*. (Exercício de 1920). *Diário Oficial do Estado*, 27 de março de 1921.

<sup>116</sup> BPEB, *Relatório da Companhia União Fabril da Bahia*. (Exercício de 1914). *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro de 1915, pp. 7-8.

**Tabela 11**  
**Postos de Trabalho na Indústria Têxtil Bahia 1912-1920**

Companhia	Fábrica	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Companhia Empório Industrial do Norte	Fábrica da Boa Viagem	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400
Companhia União Fabril da Bahia	Nossa Senhora da Conceição	810	800	450	740	670	640	730	731	770
	São Salvador	139	130	Paralisada - 139	Parcial 110	Paralisada - 139	Parcial 110	Parcial 120	130	130
	Nossa Senhora da Penha	180	200	Paralisada - 200	Paralisada - 200	Paralisada - 200	Paralisada - 200	Parcial 100	Parcial 89	Parcial 80
	Santo Antônio do Queimado	Paralisada - 90								
	Modelo	Paralisada - 110								
	São Carlos do Paraguaçu	Paralisada - 125								
Companhia Progresso Industrial da Bahia	São Brás	900	900	900	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300
	Bonfim	400	400	400	Paralisada - 400	Paralisada - 400	Paralisada - 400	535	535	535
	São João	-	-	-	-	-	-	165	165	165
	Paraguaçu	-	-	-	-	-	-	442	442	442
Companhia Valença Industrial	Todos os Santos	650	650	Paralisada - 650	Paralisada - 650	650	Parcial 650	650	650	Parcial 650
	Nossa Senhora do Amparo	650	650	650	Parcial 650	650	Parcial 650	650	650	Parcial 650
Companhia Fabril dos Fiais	Fábrica dos Fiais	150	150	150	150	150	150	150	150	150
Total de Operários Empregados		5.279	5.280	3.950	4.300	4.820	4.900	6.200	6.200	6.230
Provável Total de Operários Desempregados		325	325	1.664	1.755	1.204	1.124	566	566	534

Fontes: Relatórios, Atas e Estatutos das companhias têxteis dos anos 1915-1921; Relatório dos Serviços da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas Durante o Ano de 1920; A Indústria de Tecidos na Bahia In *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Edição Especial do Centenário da Independência da Bahia, 2 de julho de 1923, pp. 157-158 e 274-276; Anuário Estatístico da Bahia do ano de 1923. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.

Mas não nos enganemos. A análise da referida tabela sem uma confrontação com fontes mais qualitativas pode levar a uma impressão equivocada acerca das reais condições de existência dos operários têxteis. Essa não foi uma fase de elevação do nível de vida desses operários. Por detrás da aparente estabilidade no emprego escondia-se uma conjuntura de profunda depressão salarial e deterioração das condições de trabalho dos operários. Por outro lado, é preciso notar que do segundo semestre de 1918 até o primeiro trimestre de 1919, a indústria têxtil viveu um prolongado período de crise de superprodução. O comércio atacadista cancelou encomendas anteriormente feitas e suspendeu todos os pedidos novos alegando já dispor de um estoque não vendido incompatível com a sua capacidade de comercialização. As fábricas têxteis alegaram ter prejuízos imediatos, com a paralisação das entregas, a ampliação dos seus próprios estoques e a conseqüente desvalorização de seus tecidos, justificativa perfeita para manter os salários depreciados.

Em fins de julho de 1918, o jornal *O Tempo*, porta-voz oficial do governo, publicou uma série de matérias e editoriais nos quais advogava a realização de uma *campanha redentora em prol do operariado*. Argumentando que era um órgão de imprensa que pugnava pela defesa dos interesses coletivos, pela justiça e pela razão, respeitando os poderes constituídos e a ordem pública, asseguradora do progresso e prosperidade do povo e lembrando os ideais de liberdade e igualdade inaugurados, segundo ele, pela República fundada em 15 de novembro de 1889, o editor desse jornal procurava justificar e embasar a sua intervenção em defesa dos operários naquele momento.<sup>117</sup>

Em primeiro lugar, o jornal procurou refutar a idéia de que os industriais enfrentaram momentos difíceis. O algodão, por exemplo, que havia passado de 11\$000 ou 12\$000/arroba antes da guerra para 45\$000 ou 50\$000 em 1918, não poderia ser usado como exemplo de dificuldades, pois os industriais haviam repassado o aumento para os consumidores. A *bulgariana*, por exemplo, que antes da guerra custava \$500/metro, em 1918 já custava 1\$200, “não tendo, portanto, a *Companhia Empório Industrial do Norte* nenhum prejuízo com a alta da matéria-prima”. Na visão do jornalista, o número de fábricas e oficinas tinha aumentado de modo significativo, pois os industriais brasileiros estavam lucrando como nunca. Já os operários, receberam salários cada vez mais baixos e seu

---

<sup>117</sup> APEB, *O Tempo*, 23 de julho de 1918, p. 1.

padrão de vida caiu em demasia, passando a viver numa pobreza sem igual e ainda perderam alguns direitos de que dispunham antes do conflito.<sup>118</sup>

Na edição de 29 de julho, o articulista informava que em julho de 1918 a *Companhia Empório Industrial do Norte* empregava cerca de 2 mil operários entre homens, mulheres e crianças, e pagava salários insuficientes à própria reprodução da força de trabalho. Os operários eram contratados sob o regime de empreitada, mas como a remuneração por peça era baixa, os adultos do sexo masculino estavam recebendo entre 12\$000 e 13\$000 por semana e as mulheres a metade ou menos, algo entre 5\$000 e 7\$000 pela mesma empreitada semanal. A situação de compressão salarial pode ser estimada pelas declarações de uma operária da *Fábrica Conceição*. Segundo ela, nos bons tempos (antes da guerra) um operário conseguia fazer até 50\$000 por semana ao invés dos 13\$000 ganhos naquele momento.<sup>119</sup> Já os inúmeros menores de ambos os sexos eram jornaleiros e recebiam ainda menos.<sup>120</sup> Todos os salários sofriam, ainda, reduções semanais referentes a aluguéis na *vila operária* e multas cobradas por defeitos nos panos. Esses fatos eram tão freqüentes que de

---

<sup>118</sup> APEB, *O Tempo*, 29 de julho de 1918, p. 1; APEB, *Diário de Notícias*, 24 e 27 de maio de 1919, p. 3 (Coluna Colaboração Operária)

<sup>119</sup> IGHBA, *A Tarde*, 20 de dezembro de 1918, p. 1.

<sup>120</sup> O já citado jornalista João Varella, que assinava a *Coluna Colaboração Operária* nos jornais *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia* apreciou a questão do trabalho infantil em maio e junho de 1919. Sua opinião se diferenciava da dos reformadores sociais clássicos em função de o mesmo não ser totalmente contrário ao uso de menores na composição da mão-de-obra. O diferencial para o mesmo era a idade e a forma de emprego da mesma. Para ele, os menores não deveriam ser utilizados nas fábricas, pois elas se caracterizavam pelo regime prisional e a disciplina do horário, a rudeza das relações e as influências moralmente condenáveis, o ódio cego e o protesto bruto, responsável pela criação de verdadeiras feras subordinadas aos mestres, contramestres, inspetores e qualquer outra autoridade que se interpusse entre os operários e o capitalista. Por outro lado, o jornalista se colocava favorável ao uso de menores no auxílio de seus pais em casa ou mesmo nas oficinas, posto que nestes locais, segundo ele, ainda vigorava um clima familiar, de carinho, cuidado e atenção necessária ao seu desenvolvimento da infância. Nesses locais também, os menores valorizariam o trabalho como elemento dignificante e positivo para a sociedade, sem passar pelas crueldades e injustiças das fábricas, a exemplo da rigidez do relógio e as multas indevidamente cobradas em favor dos industriais. Concluía dizendo que caso a utilização dos menores em fábricas fosse imprescindível, que pelo menos o fosse em seções especiais, onde os mesmos pudessem desenvolver trabalhos leves, para que seus dias de vida não fossem encurtados, negando-lhes a possibilidade de cumprir seu papel na construção do futuro do país. Para tanto, o labor deveria ser desenvolvido paralelo à educação e instrução para o trabalho. Mas João Varella levantava-se também contra os salários bem inferiores desses menores e argumentava que se os mesmos desempenhavam o mesmo tipo de função que um operário adulto e o fazia com a mesma habilidade, despendendo a mesma energia, envelhecendo, adoecendo e enriquecendo um capitalista, faziam jus a um salário igual, sem que isso significasse uma depreciação do operário adulto. APEB, *Diário da Bahia*, 16 de maio e 5 de junho de 1919, p. 2.

acordo com essa mesma fonte, no segundo semestre de 1918, por várias vezes os ganhos dos operários ficaram reduzidos a zero.<sup>121</sup>

Um elemento catalisador das insatisfações e tomada de consciência da exploração patronal foi a denúncia de que um alto funcionário da *Companhia Empório Industrial do Norte* estava, juntamente com seu filho, praticando agiotagem contra os operários. Vicencio Constantino Figueiredo, “verdadeiro sanguessuga”, estaria aproveitando-se da situação de penúria dos mesmos e, contando com a leniência da empresa, fazia-lhes pequenos adiantamentos de seus próprios salários em troca de juros de 20% por semana, “verdadeiro assalto à bolsa daqueles infelizes”. O jornalista frisava que aquele ato era mais criminoso ainda porque aquela era uma época “de crise e de carestia de vida”. Além disso, a situação de pobreza dos operários contrastava com a vantajosa posição de seu algeu, pois enquanto os trabalhadores recebiam no máximo 13\$000 brutos por empreitada semanal, aquele funcionário ganhava 400\$000 mensais e era dono de várias propriedades. O esquema era lesivo à própria empresa, pois implicava a adulteração das folhas de pagamento, registrando-se as faltas na usada para pagamento dos operários e omitindo-as na que era usada para justificar gastos da companhia, ficando com a diferença para si. Aproveitando-se da situação de defensiva dos industriais, *O Tempo* exigiu que a companhia aumentasse em no mínimo 1\$000 o valor da empreitada de cada peça de 120 metros de pano. Alegava que os operários daquela empresa estavam levando uma vida ignóbil e sem nenhuma garantia para si e suas famílias e ameaçava orquestrar uma campanha que levaria a uma greve caso suas exigências não fossem atendidas.<sup>122</sup>

Uma reunião chegou a ser convocada para domingo, 4 de agosto, objetivando sistematizar as reivindicações dos operários para serem levadas à direção da fábrica. O funcionário agiota também foi alvo de novas críticas, sendo acusado de estar coagindo muitos trabalhadores a subscrever um abaixo-assinado isentando-o de quaisquer crimes. Segundo o editor, os operários estavam assinando o documento por medo de perder seus empregos.<sup>123</sup> No dia 5 de agosto, o jornal *O Tempo* chegou a encaminhar uma representação à diretoria da Companhia Empório Industrial do Norte, pela qual tomava para

---

<sup>121</sup> APEB, *O Tempo*, 29 de julho de 1918, p. 1. O regime de empreitada combinava-se com metas previamente estabelecidas. Cada operário deveria produzir, no mínimo, uma *peça de pano* de 120 metros a cada cinco dias, dentro de uma jornada de trabalho diário de 10 horas, que começava às 6:30 h. e terminava às 17:30 h.

<sup>122</sup> APEB, *O Tempo*, 30 de julho de 1918, p. 1.

<sup>123</sup> APEB, *O Tempo*, 1º de agosto de 1918, p. 1.

si o “louvável intuito de defender os interesses das classes populares, de que é órgão genuíno”, tomando a “iniciativa de pugnar pelos interesses dos infelizes operários das fábricas, no sentido de alcançar dos seus diretores, um aumento relativo nos seus salários”. O documento mencionava a carestia e avisava que ingerências estavam sendo feitas também junto ao Intendente para que o mesmo, por meio de uma reunião com os comerciantes, tomasse medidas que baratassem os produtos de consumo popular.<sup>124</sup>

Mas a situação em vez de melhorar piorou, principalmente a partir de novembro de 1918. Os armazéns estavam com enormes estoques de mercadorias sem saída e as fábricas têxteis com grande quantidade de algodão comprado no período de alta. Quando a guerra acabou, os preços dessa matéria-prima despencaram e as companhias ficaram com um estoque do insumo que puxava seus custos de produção para cima, mas que não encontrava correspondência nos preços de seus produtos colocados no mercado. A *Companhia Empório Industrial do Norte* diminuiu, então, de forma drástica o número de horas e dias de trabalho. A Fábrica da Boa Viagem passou a funcionar apenas quatro dias na semana ao invés dos seis anteriores à crise. Os salários dos operários sofreram uma redução na mesma proporção e estes entraram numa situação de desespero, relatada pelos operários em carta ao editor de *O Tempo*. Segundo eles, depois de realizados os descontos de multas e aluguéis, nada recebiam aos sábados, estando a fome rondando os lares na vila operária da fábrica.<sup>125</sup> Esta situação de subemprego e compressão salarial na *Companhia Empório Industrial do Norte* perdurou até maio de 1919, quando novas encomendas foram feitas e os negócios em geral foram reativados, abrindo um novo ciclo de prosperidade para o setor.<sup>126</sup> Situação semelhante ocorreu nas fábricas *Conceição*, a mais importante da *Companhia União Fabril da Bahia*, e *São João e Paraguauçu*, onde o trabalho seria paralisado por períodos que iriam variar entre 8 e 15 dias após o Natal de 1918.<sup>127</sup>

O ramo de produção de vestuário e toucador também passou por dificuldades provocadas, direta ou indiretamente, pela Primeira Guerra Mundial. Desde pelo menos janeiro de 1917, a imprensa denunciava que um truste norte-americano estava comprando

<sup>124</sup> APEB, *O Tempo*, 5 e 6 de agosto de 1918, p. 1.

<sup>125</sup> APEB, *O Tempo*, 11 e 12 de novembro de 1918, p. 1.

<sup>126</sup> APEB, Seção de Arquivos Privados, *Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal Apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 31 de março de 1920*. Bahia. Reis & Companhia, 1920 (Exercício de 1919).

<sup>127</sup> IGHBA, *A Tarde*, 20 de dezembro de 1918, p. 1.

toda a produção de couros da Bahia e de outros estados, exportando-a para abastecer suas fábricas nos EUA. “A América do Norte levando-nos os couros leva-nos também a pele”, dizia o articulista do jornal *A Tarde*. De fato, os armazéns da Companhia das Docas do Estado da Bahia estavam empanturrados de couros e peles para serem exportados. Mas se antes da guerra, parte dessa matéria-prima era enviada ao exterior para ser curtida e retornava ao Brasil para ser utilizada nas fábricas locais, agora a viagem era só de ida, ocasionando escassez e alta dos insumos para as 3 únicas fábricas de calçados existentes em Salvador.

**Tabela 12**  
**Fábricas de Calçados - Salvador 1920**

Fábrica	Stella	Gama & Gama	Trocadero	Total
Capital	300.000\$000	450.000\$000	1.000.000\$000	1.750.000\$000
Força Motriz	Electricidade	Electricidade	Electricidade	Electricidade
Número de Máquinas	25	110	90	225
Capacidade de Produção	120.000	75.000	105.000	300.000
Produção	75.000	37.235	39.215	151.450
Número de Operários	100	100*	120	320

Fonte: APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Relatório dos Serviços da Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas Durante o Ano de 1920, Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746; Relatórios da Direção da Companhia Calçados Trocadero dos exercícios de 1920 e 1921; Diário da Bahia, 17 de julho de 1914; SAMPAIO, Gastão. Nazaré das Farinhas. Salvador, EGBA, s/d.

\* Número estimado

A *Fábrica Stella*, por exemplo, alegava que a *sola de primeira qualidade*, que em novembro de 1916 custava 3\$000/quilo passara a custar 6\$500/quilo em janeiro de 1917, sendo que a *pelica preta*, que em julho de 1916 custava 17 centavos por *pé quadrado* nos EUA, passara a custar, em janeiro de 1917, 68 centavos, fato que determinou um aumento de 20% nos seus preços.<sup>128</sup> Na *Fábrica Trocadero* a situação não era diferente. Seu diretor chamava a atenção que de janeiro de 1916 a janeiro de 1917, o quilo de *sola* pulara de 2\$800 a 7\$000/quilo. A *Carneira da Bahia*, amarela e preta, que na alta estação já custava 52\$000/dúzia, passou para 110\$000 em janeiro de 1917. Já os *forros*, que custavam de 700 a 800 réis/metro, passaram a custar 1\$200 e 1\$400/metro em janeiro de 1917. O próprio preço dos calçados subiu 100% em relação a janeiro de 1916 e a fábrica estava ameaçando paralisar a sua produção, a começar pelos sapatos mais populares.<sup>129</sup>

<sup>128</sup> IGIBA, *A Tarde*, 19 de janeiro de 1917, p. 1.

<sup>129</sup> IGIBA, *A Tarde*, 20 de janeiro de 1917, pp. 1 e 3.

Em 1918, a situação de crise vivida por essa indústria não parecia ter sido inteiramente superada, principalmente se considerarmos que as exportações brasileiras de matérias-primas necessárias ao processo produtivo das fábricas de calçados longe de terem diminuído, aumentaram sensivelmente. Naquele ano as exportações de couros da Bahia haviam chegado a 42.281 toneladas, ao passo que em 1914 haviam sido de apenas 29.569.<sup>130</sup> De todo modo, de alguma forma, a ameaça de paralisação das fábricas não se concretizou, pois nenhuma delas queixou-se mais da falta de matérias-primas.

Contudo, se os operários sapateiros viviam sobressaltados com a ameaça da perda do emprego, pior aconteceu com os chapeleiros. Demandando um investimento em maquinário relativamente pequeno, mas empregando mão-de-obra de forma extensiva, a indústria de chapéus utilizou, desde o início, matérias-primas importadas. Durante a conjuntura em análise, o setor parecia francamente estagnado e em retrocesso na Bahia. Sua principal fábrica, a *Companhia Chapelaria Norte Industrial*, fugia totalmente aos padrões da época, pois possuía um capital de 1.500:000\$000, capacidade de produção de 2.500 unidades/dia, além de empregar 500 operários. Essa fábrica sumiu em meio às cinzas de um incêndio que a consumiu em abril de 1918. Em 22 de setembro de 1919, uma Comissão Liquidante anunciou que havia conseguido negociar o recebimento de uma indenização no valor de cem contos de réis da Companhia de Seguro Aliança da Bahia e vender as ruínas do prédio da fábrica e o domínio útil dos terrenos de marinha por cento e cinquenta contos.<sup>131</sup> As outras fábricas de chapéus da cidade eram muito pequenas e tudo indica que não puderam assimilar os 500 operários que, em 1918, tiveram seus empregos consumidos pelo fogo.

Como desdobramento direto da guerra, o desemprego perseguiu também os milhares de operários e operárias da indústria fumageira. O conflito provocou o estremecimento e depois a ruptura de relações entre o Brasil e Alemanha. Em 1917, a declaração de guerra àquele país provocou a suspensão do fornecimento de fumos importados de Bremen e Hamburgo, e o fechamento, por ordem direta do governo federal, das fábricas de fumo das cidades do Recôncavo. A situação só foi resolvida em novembro de 1917, quando um arranjo político foi feito e as fábricas foram chamadas a apresentar documentos que atestassem sua nacionalidade brasileira. O acordo firmado com o Ministro da Fazenda

---

<sup>130</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 20 de fevereiro de 1919.

<sup>131</sup> Ata da Sessão de Assembleia Geral Extraordinária dos Srs. Acionistas da Companhia Chapelaria Norte Industrial Realizada em 22 de setembro de 1919. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11 de outubro de 1919.

previa a reabertura das manufaturas e a retomada da produção desde que elas concordassem em efetuar o saque de todo o dinheiro que tivessem depositado no Banco Alemão e o usassem para o pagamento dos salários atrasados de seus operários.<sup>132</sup> Apesar do acordo, os problemas com o fornecimento de insumos continuaram agudos em 1917 e 1918. Na realidade, a crise do setor só parece mesmo ter sido contornada em 1919, quando as fábricas baianas começaram a comprar fumos através de firmas exportadoras norte-americanas.<sup>133</sup>

**Tabela 13**  
**Fábricas de Charutos e Cigarros - Bahia 1920**

Fábrica	Capital	Produção	Número de Operários	Cidade
São Salvador	-	1.122.558 Charutos	-	Cachoeira
Companhia de Charutos da Bahia	300.000\$000	2.473.609 Charutos	-	Cachoeira
Casa Suíça	-	1.800.000 Charutos	-	Cachoeira
Dannemann	1.500.000\$000	2.748.290 Charutos	-	São Félix
Stender	-	5.119.935 Charutos	-	São Félix
Costa Ferreira & Penna	-	10.469.330 Charutos	300	São Félix
Costa Ferreira & Penna	-	520.195 Cigarrilhas	-	São Félix
Suerdick	-	9.358.000 Charutos	2.000	Maragogipe
Francisco Vieira Mello	-	3.601.000 Charutos	-	Maragogipe
A. Vieira Mello	-	5.000.000 Charutos	-	Maragogipe
Wilson	-	750.000 Charutos	-	Salvador
Vieira Correia Machado	-	358.125 Charutos	-	Salvador
Vieira Correia Machado	-	23.600 Cigarrilhas	-	Salvador
Martins Fernandes & Cia	-	56.335,5 Milheiros de Cigarros	-	Salvador
Leite & Alves	500.000\$000	226.045 Milheiros de Cigarros	500	Salvador
A. Guimarães & Cia	-	71.014 Milheiros de Cigarros	170	Salvador
Cruz & Ruas	10.000\$000	20.086 Milheiros de Cigarros	-	Salvador

Fonte: APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Relatório dos Serviços da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viagem e Obras Públicas Durante o Ano de 1920, Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746; Estado da Bahia - Obra de Propaganda Geral, Salvador, Empresa Brasil Editora, 1923; Estatutos e Ata de Assembleia de Constituição da Sociedade Anônima Companhia de Charutos da Bahia, Realizadas em 1º de outubro e 22 de novembro de 1919. Diário Oficial do Estado, 12 de dezembro de 1919; Germinal, ano I, nº 3, 1º de maio de 1920, p. 9.

<sup>132</sup> IGIBA, *A Tarde*, 21 de maio e 17 de novembro de 1917.

<sup>133</sup> Silza Fraga Costa Borba, *Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia, 1870-1930*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1975, pp. 43-44.

Situação semelhante de crise setorial prolongada, também afetou a vida dos trabalhadores da construção civil em função da paralisação das obras de remodelamento e modernização de Salvador. A primeira gestão de J. J. Seabra à frente do governo estadual (1912-1916) fora marcada pelas obras de aterro do Cais do Porto, alargamento de inúmeras ruas da Cidade Baixa, abertura da Avenida Sete de Setembro, principal via da Cidade Alta, e sua interligação com a Orla Marítima através da Avenida Oceânica. Além disso, procedeu-se também a reformas, construções, demolições e reconstruções de edifícios públicos.<sup>134</sup> Tantas obras e edificações trouxeram, para o mercado de trabalho soteropolitano, centenas de operários da construção civil, que vieram de toda parte do estado, de outras regiões do país (SP e RJ) e mesmo do exterior, especialmente de Portugal.<sup>135</sup>

Em 1913, apesar da grande crise internacional e de seus efeitos sobre o país, a “atividade febril de uma cidade que se renova, resgatando, pela ânsia de construir e edificar, a incúria do passado” continuou. Mesmo que em intensidade menor, avenidas foram rasgadas, ruas alargadas, passos levantados, casas, pavilhões e jardins foram surgindo; muitos muros, calçadas, meios-fios e revestimentos foram feitos ou refeitos; fachadas, cúpulas e torres foram erguidas. As obras eram realizadas na Orla, no Centro e na Cidade Baixa, a maioria do Estado, mas também se viam as da União e da Intendência, além das da iniciativa de particulares e de empresas que também não faltavam.<sup>136</sup> Em 1914, os recursos foram se tornando mais escassos e os materiais começaram a faltar, além de estarem cada vez mais caros e só poderem ser pagos à vista. As obras, então, começaram a ficar mais lentas e algumas foram suspensas ou paralisadas. Os pagamentos aos empreiteiros começaram a ser efetuados por meio de apólices e depois por meio do

---

<sup>134</sup> A remodelação e modernização urbanas de Salvador durante o primeiro governo de Seabra foi objeto de estudo específico de Rinaldo Cesar Nascimento Leite, *E a Bahia Civiliza-se... Ideias de Civilização e Cenas de Anti-Civilidade em um Contexto de Modernização Urbana. Salvador, 1912-1916*, Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 1996. Ver também Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões. Salvador (1890-1930)*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1982, pp. 56-68.

<sup>135</sup> BPEB, Seção de Obras Raras, Ezequiel Ubatuba, *O Estado da Bahia: Bahia Urbana - Bahia Rural (Conferência Realizada Pelo Dr. Ezequiel Ubatuba no Salão Nobre do IGHBA em Setembro de 1917)*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1918, pp. 19-20.

<sup>136</sup> APEB, Biblioteca, *Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura Pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado*, Bahia, Seção de Obras da “Revista do Brasil”, 1914, pp. 71-74.

*empréstimo popular* de 1914.<sup>137</sup> Os próprios operários da construção civil fizeram greves em novembro de 1913 e fevereiro de 1914 reivindicando o pagamento de salários atrasados.<sup>138</sup>

Em seu último ano de governo, Seabra reconhecia que muitas das obras que iniciara ainda não haviam sido concluídas, apesar de firmar posição como aquele que empreendeu as maiores transformações urbanas do estado. Seu objetivo de tirar a cidade das “fealdades de sua vetustez colonial”<sup>139</sup> por meio desse modelo de modernização havia sido parcialmente alcançado, mas quando a euforia acabou e os empréstimos dos banqueiros pararam de regar os cofres públicos, as obras sofreram uma paralisação geral. O enorme contingente operário da construção civil, contratado e estabelecido na cidade nos anos anteriores, rapidamente converteu-se num grande exército industrial de reserva e uma vaga de desemprego, subemprego, compressão salarial e fome se abriu para esse setor.

Os efeitos negativos da profunda retração das atividades relacionadas à construção civil ainda se faziam sentir de modo vigoroso no início de 1919. A guerra havia provocado altas tão grandes nos preços dos insumos, que os pequenos empreiteiros e mestres da construção preferiam não construir a correr o risco de uma virtual falência. Esta situação foi vivida até mesmo por uma grande empresa do ramo, a *Companhia Serraria e Construções*, pertencente ao clã dos Martins Catharino, industriais que também investiam em fábricas têxteis e de calçados. Em 1919, o capital da companhia chegava a 500 contos e suas atividades abarcavam indústria e comércio de importação e exportação, além da serraria e

---

<sup>137</sup> APEB, Biblioteca, *Mensagem Apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura Pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado*, Bahia, Seção de Obras da “Revista do Brasil”, 1915, pp. 105-113.

<sup>138</sup> José Raimundo Fontes, *Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista, 1888-1930*, Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 1982.

<sup>139</sup> APEB, Biblioteca, *Exposição Apresentada Pelo Dr. José Joaquim Seabra ao Passar, a 29 de março de 1916, o Governo da Bahia ao Seu Sucessor, o Exmº Sr. Dr. Antonio Ferrão Montez Aragão, Empassado nesse Dia no Cargo de Governador do Estado*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916, pp. 30-38. Já em outubro de 1914, o jornal *A Tarde* lançou um ataque direto contra Seabra, qualificando seu projeto de modernização urbana como produto de uma mente megalomaniaca, que queria fazer na Bahia uma reforma da mesma envergadura e no mesmo ritmo da que foi feita na Capital da República, onde a arrecadação e os investimentos federais eram bem maiores. Quando o sonho virou pesadelo, disse o articulista daquele órgão da imprensa oposicionista, as obras começaram a ser paralisadas e milhares de operários e seus familiares, esfomeados, começaram a marchar para o Palácio do Governo para lhe pedir o pagamento dos salários atrasados. IGHBA, *A Tarde*, 8 de outubro de 1914, p. 1.

construções propriamente ditas. Pois bem, apesar do seu porte, a empresa passou por sérias dificuldades e só saiu do vermelho no segundo semestre de 1919.<sup>140</sup>

O final da guerra, em 1918, pois, assinalou não apenas um curto e doloroso período de agravamento da crise que já vinha se desenrolando desde 1913, seguida de momentos de recuperação e novas depressões. Quando os males da superprodução se foram, a partir de abril de 1919, uma nova etapa se abriu para a história da classe operária da Bahia. As agruras da crise de guerra tinham ficado marcadas na memória, os rancores contra a ampliação da exploração feita pelos industriais, muito particularmente no que tange à jornada de trabalho e à compressão salarial, e os horrores da especulação e carestia dos preços dos gêneros de primeira necessidade haviam se cristalizado. Os industriais agora buscavam mais mão-de-obra, pois estavam abarrotados de encomendas. As máquinas funcionavam a toda força. O ritmo das atividades portuárias e comerciais havia voltado ao normal. Para muitos setores, a exemplo dos têxteis, o risco de desemprego havia se reduzido a um patamar insignificante. Junto com a nova maré de prosperidade vieram as aspirações de um novo mundo. As condições objetivas para a revanche estavam dadas e alguns líderes operários e socialistas perceberam isso. A vez da classe operária tinha chegado...

---

<sup>140</sup> APEB, *Companhia Serraria e Construções. Relatório do Exercício de julho de 1918 a julho de 1919. Diário Oficial do Estado*, 30 de outubro de 1919; *Ata da Assembléia Geral Ordinária dos Actionistas da Companhia Serraria e Construções. Diário Oficial do Estado*, 22 de novembro de 1919.

### III- O Reino da Liberdade

*Tão velha quanto a mitologia, a greve é sempre nova.  
Admira, emociona, amedronta e empolga, não só aos que a ela são  
indiferentes, como aos que ela interessa.*

*É uma manifestação violenta da luta pela vida. É um  
protesto, uma queixa, acompanhada de uma exigência.*

*Mas, é também o surto vigoroso de muitas dores  
acumuladas, de inúmeros sofrimentos desconhecidos, de copiosas  
injustiças e violações de direito, de uma impiedade constante, que  
rompendo as comportas do medo, da tolerância e dessa disciplina  
de empregado a patrão, vem patentear, à luz meridiana, a sua  
hediondez, para que o reino da miséria desapareça da vida do  
trabalhador.*

**Diário de Notícias, 5 de junho de 1919.**

O ano de 1919 foi marcado pelos episódios mais importantes de que se tem notícia na história da classe operária baiana da Primeira República. Eles culminaram na formação de dezenas de sindicatos operários que preencheram um espaço deixado pelo predomínio do mutualismo até a Primeira Guerra Mundial, e seu desdobramento mais importante foi a deflagração e vitória da primeira greve geral baiana, em junho de 1919. Como veremos, o movimento de junho desencadeou uma série de outros eventos, desde a eclosão de novas greves até a formação de outros sindicatos e de uma federação operária, além de ter aberto caminho para uma maior diferenciação entre as ideologias e grupos de tendências socialistas e libertárias no interior do movimento operário baiano.

A greve geral de junho de 1919 foi um fenômeno extraordinário não só por ter sido o primeiro movimento da classe operária capaz de paralisar toda a cidade do Salvador, mas também por ter legado para o operariado (ou para parte dele) um novo padrão de comportamento político frente às suas necessidades imediatas. O movimento operário baiano de 1919 diferenciou-se do de sua fase anterior principalmente por ter superado seu antigo caráter puramente *defensivo*, quando os operários apenas lutavam em condições adversas para manter conquistas pré-existentes, e por ter passado para um movimento *ofensivo*, apresentando reivindicações novas, ligadas, inclusive, ao processo de trabalho, distintas em sua própria *natureza* das que antes eram almejadas. Além disso, o que era antes apenas um *movimento de consumidores* tornou-se mais complexo e, sem abandonar a luta contra a carestia, passou a colocar na ordem do dia problemas mais ligados ao *mundo do trabalho*. As questões relacionadas à jornada de trabalho, mão-de-obra infantil e

feminina nas fábricas e oficinas, salubridade, etc. foram agregadas como elementos centrais numa nova modalidade de movimento, que trouxe para a arena da história um *novo sujeito*, a classe operária, que atuou como um protagonista capaz de alterar a correlação de forças políticas e influenciar uma mudança de comportamento das próprias elites.

O ano de 1919, na realidade, foi o ápice de um movimento de dimensões mais amplas que vinha se desenrolando desde 1917, e é nesse contexto mais global que a greve geral em Salvador e sua expansão para as cidades do Recôncavo baiano deve ser pensada. As duas revoluções que eclodiram na Rússia entre fevereiro e outubro, os acontecimentos da Alemanha e do resto da Europa, e a fundação da Internacional Comunista (I.C.) e da Internacional Sindical Vermelha (I.S.V.) em 1919, formaram o pano de fundo dos movimentos operário e sindical na época. Não é à toa que a conjuntura de 1917-1919 tenha sido marcada por intensas agitações operárias em todo o mundo.<sup>141</sup> No Brasil, as greves assumiram contornos nunca vistos, abarcando diversos ramos e paralisando cidades, regiões e setores econômicos inteiros, pairando no ar uma perspectiva de profundas reformas sociais que melhorassem ou mesmo transformassem radicalmente as condições de vida da classe trabalhadora em geral. Assim, entre os dias 9 e 16 de julho de 1917, os anarquistas de São Paulo conseguiram, em sintonia com os socialistas e após um longo processo de construção do movimento, fazer eclodir aquela que foi a maior greve geral do período.<sup>142</sup> O movimento rapidamente se expandiu para outras cidades do interior daquele estado e para o Rio de Janeiro, onde tomou contornos próprios desde o dia 14 de julho.<sup>143</sup> Ainda em fins de julho de 1917, o conflito seguido de novas greves gerais alastrou-se para áreas distantes do centro industrial do país e atingiu cidades do Rio Grande do Sul como Porto Alegre (1º a 5 de agosto)<sup>144</sup> e Pelotas (9 a 17 de agosto).<sup>145</sup> Em outubro de 1918, uma nova greve geral foi desencadeada na cidade de Rio Grande (RS) e no mês seguinte uma insurreição anarquista

---

<sup>141</sup> Ver tabelas de greves e grevistas em Marc Ferro, *História da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 261-262.

<sup>142</sup> Christina Roquette Lopreato, *O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista*, São Paulo, Annablume/Fapesp, 2000.

<sup>143</sup> Maria Cecília Velasco e Cruz, *Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1981; Cristina Hebling Campos, *O Sonhar Libertário (movimento operário nos anos 1917-1921)*, Campinas (SP), Pontes/Editora da Unicamp, 1998.

<sup>144</sup> Silvia R. Ferraz Petersen, *As Greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In Sérgio Gonzaga (Org.), *RS: Economia e Política*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, pp. 277-327.

<sup>145</sup> Beatriz Ana Loner, *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*, Pelotas, Editora da UFPel., 2001.

foi sufocada e violentamente reprimida no Rio de Janeiro.<sup>146</sup> Em 1919, uma nova onda de greves gerais foi desencadeada em Rio Grande (5 a 21 de maio), Salvador (2 a 13 de junho), Recife (fins de julho)<sup>147</sup> e Porto Alegre (25 de agosto a 11 de setembro). Entretanto, é preciso deixar claro desde já que admitir conexões entre o movimento baiano e os outros estados não implica dizer que as greves de Salvador e das demais cidades do país tenham sido meros *efeitos de demonstração* do movimento original de São Paulo. O movimento operário da Bahia e de cada uma das unidades federativas do Brasil guardava semelhanças, mas também peculiaridades próprias e teve características, dinâmicas e reivindicações que não podem ser reduzidas a um modelo construído a partir da realidade do centro do país.

### 3.1 - O Conflito Interoligárquico e o Sindicalismo Operário

Vimos no capítulo anterior que a Primeira Guerra Mundial marcou uma fase de profunda crise de trabalho e compressão salarial para a classe operária e que essa situação agravou-se ainda mais no pós-guerra, e na virada de 1918 para 1919, quando além das fábricas paralisadas desde o início do conflito, houve a redução das horas e dias de trabalho nas unidades fabris que estavam em funcionamento. Outrossim, a carestia e a especulação com os gêneros de primeira necessidade haviam chegado a níveis nunca vistos, o que atingiu não apenas a classe operária como ao conjunto das camadas populares e à sociedade como um todo. Essa foi uma fase, portanto, adversa para o movimento operário local. Porém, a partir de abril-maio de 1919, uma nova fase de prosperidade se abriu para a indústria e para a economia baiana em seu conjunto. As fábricas voltaram a funcionar em potência máxima e algumas delas queixaram-se mesmo de falta de braços para operar as máquinas. Os lucros dos industriais atingiram o ápice. O mercado de trabalho tornou-se mais favorável aos operários, que viram naquele momento uma oportunidade apropriada para colocar as suas reivindicações na ordem do dia.

Contudo, apenas o início de um novo ciclo de prosperidade econômica não seria suficiente para desencadear um movimento de envergadura e com as características da

---

<sup>146</sup> Carlos Augusto Addor, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora Ltda., 1986.

<sup>147</sup> John W.F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, 2ª edição, São Paulo Nova Fronteira, 1977, pp. 81-82.

greve geral de junho de 1919 em Salvador. As relações de determinação entre o econômico e o político não são mecânicas nem simples. O quadro traçado do período de crise e recuperação econômica é essencial para contextualizar a ação dos trabalhadores, mas pelo menos mais dois outros fatores foram importantes para que o movimento operário tomasse as proporções que acabou ganhando e fosse vitorioso. O primeiro deles é exógeno à classe operária e se refere à crise política aberta pela cisão das elites dominantes baianas em torno das eleições para a presidência da república e o governo do estado em 1919. O segundo elemento é de caráter endógeno e diz respeito à organização sindical.

Na Bahia, como de resto em todo o Brasil, a República não se traduziu na concretização dos anseios de ampliação da cidadania política e social para as classes trabalhadoras e populares de modo geral. O Partido Republicano só foi fundado às vésperas da Proclamação e seus elementos históricos mais ligados aos interesses dos subalternos logo cederam lugar aos velhos políticos profissionais do Império, em geral ex-monarquistas e republicanos de última hora. Os partidos não conseguiram se firmar durante toda a República Velha e as disputas e cisões sempre ocorriam em torno de interesses pessoais, particularistas e localistas e não de idéias e princípios pré-estabelecidos. Ao invés de partidos, tínhamos *cliques personalistas*, conhecidas pelo nome dos seus chefes. Assim, por exemplo, quando Severino Vieira era o governador da Bahia (1900-1904), seus partidários eram chamados e se autodefiniam como *severinistas* e não como membros do *Partido Republicano da Bahia* (PRB), o mesmo ocorrendo com seu sucessor, José Marcelino de Souza (1904-1908), cujos partidários eram conhecidos como *marcelinistas*. Mais tarde, quando J. J. Seabra chegou ao poder (1912), os adeptos do *Partido Republicano Democrata* (PRD) passaram a ser identificados como *seabristas* e não como *democratas*, o mesmo se dando com seus futuros arquiinimigos Ruy Barbosa e os ruistas e com o governador Góes Calmon (1924-1928).

Entre 1901 e 1907, o PRB monopolizou a política e o controle do Estado na Bahia. Porém, esse domínio não tardaria a ser abalado. J. J. Seabra havia passado a integrar o ministério do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), ao final do qual passou a esboçar uma dissidência com o PRB, particularmente quando começou a entrar em conflito com Severino Vieira. Aos poucos, as decisões iam se concentrando nas mãos deste último ao invés de nas do governador José Marcelino e no momento de compor a chapa para as

eleições federais de 30 de janeiro de 1906, esse conflito se tornou mais acirrado, dando lugar à formação da dissidência do Partido Republicano, agrupando os seabristas excluídos. Já em 22 de fevereiro de 1906, às vésperas da eleição, o novo partido estava organizado, visando a combater os severinistas. Estrategicamente, Seabra e seus seguidores se aliaram a Ruy Barbosa como forma de evitar a *degola* durante o processo de *reconhecimento* no Congresso. Em seguida, como forma de evitar a marginalização e o *ostracismo* político, dissolveram o *Partido Republicano Dissidente* e se acomodaram no interior da facção *marcelinista*, passando a defender a candidatura oficial de Araújo Pinho ao governo estadual.

Em 1907, os dois caciques principais do PRB, José Marcelino e Severino Vieira divergiram em torno da indicação do nome do próximo candidato ao governo baiano. Ao contestarem a tradição segundo a qual ao governador cabia a indicação do seu sucessor, os *severinistas* abriram uma crise política sem precedentes. O senador Severino Vieira insistia em indicar o nome de Augusto de Freitas, ao passo que o governador José Marcelino estava em dúvidas entre Leovigildo e Miguel Calmon. O impasse chegou ao ápice em abril de 1907, com a indicação de Araújo Pinho, o que agravou a crise e ampliou o conflito, ao final do qual o candidato governista foi eleito para o quadriênio 1908-1912. Cindido entre as *cliques* que disputavam o poder, o PRB definiu e foi cedendo caminho para Seabra. Em 1910, por ocasião das eleições presidenciais, a política baiana já estava dividida em três facções que rivalizavam em torno do marechal Hermes da Fonseca e do senador Ruy Barbosa. A unidade precária entre José Marcelino e J. J. Seabra se rompeu, pois enquanto os *marcelinistas* se identificaram com a *Campanha Civilista*, o *seabrismo* se associou ao *hermismo* e sua *política de salvções*, amparada nos militares e nas classes médias urbanas. Para completar, receberam apoio também dos *severinistas*, velhos inimigos de Seabra que agora dividiam o mesmo comitê com ele.

A eleição foi feita sob o signo da fraude, do fisiologismo, do nepotismo, do clientelismo e da corrupção de lado a lado em todo o país e o marechal Hermes da Fonseca venceu. Sua vitória abriu caminho para a liquidação final do PRB e para o surgimento do Partido Republicano Democrata (PRD). Apoiando-se no presidente Hermes da Fonseca, em Mário Hermes, filho do presidente, que havia sido eleito deputado federal pela Bahia, e nos numerosos dissidentes do moribundo PRB, J. J. Seabra se preparava para assumir o

governo do estado, e a eleição de 1912 era o momento ideal para isso. As antigas oligarquias ligadas ao PRB tentaram resistir e o governador Araújo Pinho, pressionado, renunciou ao cargo faltando uma semana para o pleito. O conflito acabou levando à dualidade de legislativos; tropas foram mobilizadas e outras foram requeridas pelo juiz federal Paulo Fontes para impedir a transferência da Assembléia Estadual. Finalmente, em 10 de janeiro de 1912, as coisas tomaram contornos nunca vistos, com Salvador sendo bombardeada por forças federais, que intervieram com vistas a submeter os governistas. No dia 27 de março, às vésperas da eleição, Seabra chegou à capital baiana para acompanhar de perto o processo eleitoral, que lhe deu a maioria dos votos. Em seguida, a *Assembléia Geral* foi convocada extraordinariamente para empossar o candidato vitorioso. Erigido ao poder na esteira da *política das salvaçãoes*, J. J. Seabra e o PRD se cristalizaram nele por 12 anos. Ao todo, foram 3 mandatos, sendo 2 do próprio Seabra (1912-1916 e 1920-1924) e o outro de Antônio Moniz (1916-1920).<sup>148</sup>

Nesse quadro de conflitos, o ano de 1919 possuiu, no entanto, características que o tornaram singular, pois as eleições para a presidência da república e para o governo estadual aprofundaram a cisão das elites baianas. Nos dois casos, as antigas oligarquias se re-alinharam em torno da liderança de Ruy Barbosa contra o PRD, Seabra e seus partidários. Em janeiro, o presidente Rodrigues Alves, eleito para o quadriênio de 1918-1922, não resistiu à *gripe espanhola* e faleceu. Pelas regras da *política do café-com-leite*, o mineiro Wenceslau Brás deveria ter sido empossado. Contudo, Delfim Moreira, o vice de Rodrigues Alves acabou assumindo em caráter interino, e realizando, conforme prescrevia a norma constitucional, novas eleições. Da falta de consenso entre as oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais, surgiu o nome de Epitácio Pessoa, da Paraíba, um político tradicional do Nordeste, que passou a contar com o apoio daqueles dois estados principais e do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia.<sup>149</sup> Seu nome foi referendado na *Convenção da Situação*, realizada no Senado da República, Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro. Opondo-se a Ruy Barbosa tanto no plano nacional quanto no estadual, Seabra e outros políticos do PRD lançaram-se na campanha de Epitácio Pessoa e já em princípios de

---

<sup>148</sup> Baseamos essa sucinta exposição sobre os conflitos interoligárquicos baianos na obra de Consuelo Novais Sampaio, *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*, 2ª edição, Salvador, Editora da UFBA, 1999.

<sup>149</sup> Maria do Carmo Campello de Souza, *O Processo Político-Partidário na República Velha*. In Carlos Guilherme Motta (Org.), *Brasil em Perspectiva*, 2ª edição, São Paulo, Difel, 1969.

março, Scabra chegava a Salvador para iniciar os embates contra seu conterrâneo e colega de Senado. Derrotados em sua nova *Campanha Civilista*, os ruistas mantiveram-se inconformados durante todo o ano e lançaram uma enxurrada de denúncias contra o governador Antônio Moniz nas páginas de seus jornais. Por outro lado, aproveitando-se que o presidente Epitácio Pessoa havia relaxado a *política dos governadores*, se re-agruparam para apoiar a candidatura do juiz federal Paulo Fontes ao governo estadual nas eleições de 29 de dezembro.<sup>150</sup>

A quebra radical e definitiva do monolitismo das elites baianas da Primeira República trouxe conseqüências importantes para o movimento operário. A cisão e o conflito interoligárquico em 1919 fizeram com que tanto seabristas quanto ruistas buscassem apoio da classe operária em suas disputas. Durante a greve geral de junho, como veremos, essa política será levada ao limite por meio de uma permissividade extrema em relação ao movimento operário, que não será reprimido em nenhum momento pelas forças do Estado. Os próprios operários procurarão tirar o máximo de proveito da situação, trazendo o governo e os políticos do PRD para o seu lado na luta contra os industriais, empreiteiros, comerciantes e o patronato em geral. Aliás, essa não foi uma tarefa difícil, pois a *Associação Comercial da Bahia* e o *Centro Industrial do Algodão* haviam apoiado Ruy Barbosa em suas disputas contra J. J. Scabra e Antônio Moniz e agora era chegado o momento de pagarem por isso...

Mas se o novo ciclo de prosperidade econômica abriu condições objetivas para o movimento operário e este pôde agir com relativa liberdade em função da crise política interoligárquica, um terceiro elemento ainda se fazia necessário para que a greve geral de 1919 fosse vitoriosa: a organização da classe operária em sindicatos de resistência. Nesse sentido, é importante saber quem estava e quem não estava organizado nos sindicatos operários antes da greve geral, quem se organizou no decorrer dela e quem o fez depois. Por enquanto, abordaremos o primeiro aspecto da questão.

Para a maioria da classe operária baiana, o sindicalismo foi algo que chegou tarde se compararmos a Bahia com outras regiões do país. Até a Primeira Guerra Mundial, boa parte da organização operária de Salvador era de caráter mutualista, beneficente ou cooperativa,

---

<sup>150</sup> Eul-Soo Pang, *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 134-140; Consuelo Novais Sampaio, *op. cit.*, pp. 135-142; 146-157.

fossem essas sociedades produto da iniciativa dos trabalhadores, de seus patrões, da Igreja Católica, de elementos de destaque das elites locais ou mesmo do Estado e de suas autoridades. Elas congregavam operários de um ou mais ofícios, de uma empresa, fábrica ou oficina, de uma cidade ou um bairro ou eram organizações étnicas – de negros e estrangeiros –, nesse caso não havendo separação entre trabalhadores e patrões, ricos e pobres etc. Havia, ainda, as sociedades de ajuda mútua de funcionários públicos das três esferas dos poderes executivo e judiciário, profissionais liberais, empregados do comércio e outros setores de serviços e estudantes. Como se pode ver pela Tabela 14, o socorro mútuo foi uma prática que se desenvolveu desde pelo menos 1832 e se manteve até o pós 1930, convivendo e se desenvolvendo de modo distinto e paralelamente aos sindicatos de resistência surgidos durante a Primeira República, não mantendo com estes sindicatos nenhuma relação de anterioridade. Num levantamento ainda incompleto para o período, identificamos cerca de cem sociedades desse tipo no estado da Bahia, sendo que a maior parte das mesmas (83) se concentrava na capital.<sup>151</sup>

Como passaremos a demonstrar, até a véspera da greve geral de junho de 1919, existiam cerca de 15 sindicatos operários de resistência em Salvador, parte deles fundados ou reorganizados a partir de 1912, enquanto outros haviam sido criados em período anterior e sobrevivido por mais tempo. Do momento imediatamente posterior à greve geral até 1921, pelos menos outras 12 organizações sindicais, 1 federação, 1 partido socialista e 2 jornais operários foram fundados.

---

<sup>151</sup> Durante muito tempo, o mutualismo foi visto como uma simples pré-história do movimento operário, só recentemente sendo superada essa concepção. Por esta razão, os estudos sobre esse fenômeno ainda são muito poucos. Para a Bahia, ver: Maria da Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural/EGBA, 1998 e Aldrin A. S. Castellucci, *Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico*, Comunicação apresentada no XXI Simpósio Nacional de História (ANPUH), Niterói, 2001. Para os casos paulista e carioca, ver: Tania Regina de Luca, *O Sonho do Futuro Assegurado: O Mutualismo em São Paulo, São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq*, 1990 e Claudio H. M. Batalha, *Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro no Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária* *Cadernos AEL*, Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 41-66. Talvez o maior número de estudos se concentre no caso gaúcho. Ver: Adhemar Lourenço da Silva Jr., *Etnia e Classe no Mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)*, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, vol. XXV, nº 2, dezembro de 1999, pp. 147-174 e Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre, Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000, CD-ROM (s9a1.doc), Benito Bisso Schmidt, *A Diretoria dos Espíritos da Classe: a 'Sociedade União Operária' de Rio Grande (1893-1911)*, *Cadernos AEL*, Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 147-170; Alexandre Fortes, *Da Solidariedade à Assistência: Estratégias Organizativas e Mutualidade no Movimento Operário de Porto Alegre na Primeira Metade do Século XX*, *Cadernos AEL*, Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 171-218.

**Tabela 14 - Fundação de Sociedades Mutualistas, Beneficentes e Cooperativas – Bahia, 1832-1930**

Nome	Fundação	Reorganização	P. Notícia	Cidade
Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia	16/12/1832			Salvador
Sociedade Protetora dos Desvalidos	16/09/1832	05/06/1929		Salvador
Sociedade Euterpe	14/03/1848			Salvador
Sociedade Italiana de Mútuos Socorros			??/??/1849	Salvador
Montepio da Bahia	08/10/1851			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas	02/02/1853			Salvador
Associação das Senhoras de Candade	09/07/1854			Salvador
Sociedade Humanitária dos Artistas	13/06/1856			Salvador
Sociedade Montepio dos Caixeiros Nacionais	22/11/1857	??/??/1870		Salvador
Sociedade Portuguesa 16 de Setembro	01/01/1857			Salvador
Sociedade de Beneficência Portuguesa	20/09/1857			Salvador
Société Suisse de Bienfaisance			??/??/1857	Salvador
Montepio Geral da Bahia	22/11/1857			Salvador
Real S. Portuguesa da Beneficência 16 de Setembro	14/08/1859			Salvador
S. B. Protetora dos Artífices Carpinteiros e Calafates	03/03/1860			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos	22/09/1861			Nazaré
Sociedade Beneficência Italiana	20/01/1863			Salvador
Société Française de Bienfaisance	09/02/1868			Salvador
Deutscher Hilfsverein	28/08/1868			Salvador
Companhia de Operários Livres União e Indústria	??/??/1870			Salvador
Associação Tipográfica Baiana	16/04/1871			Salvador
S. Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia	08/05/1872			Salvador
Sociedade Beneficente Acadêmica	15/09/1872			Salvador
Clube Caixeiral	21/05/1876	16/03/1914		Salvador
Liga Operária Baiana	??/??/1881			Salvador
Associação Protetora da Infância Desvalida	03/01/1882			Salvador
S. Beneficente dos Empregados da Tesouraria de Fazenda	??/??/1884			Salvador
Sociedade Espanhola de Beneficência	01/01/1885			Salvador
Sociedade Beneficência Caixeiral	19/04/1885	30/03/1917		Salvador
Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos	09/01/1887			Salvador
Sociedade 13 de Maio	21/05/1888			Salvador
Sociedade Humanitária das Senhoras	10/06/1888			Salvador
Sociedade Beneficente União Filantrópica dos Artistas	07/06/1889			Salvador
Clube dos Maquinistas	11/10/1889			Salvador
Sociedade Beneficente Montepio dos Empregados Municipais da Capital da Bahia	??/05/1890			Salvador
Clube Beneficente dos Mártires	20/01/1891			Salvador
Sociedade Bolsa dos Chapeleiros	12/09/1891			Salvador
Sociedade Beneficente Mútua de Brotas	25/06/1893			Salvador
Centro Operário da Bahia	06/05/1894	09/07/1911		Salvador
Sociedade Beneficente Vitória (Fábrica de Charutos Vitória)	22/08/1894			
Sociedade Bolsa dos Patriotas	01/11/1895			Salvador
Sociedade Beneficente União dos Alfaiates	01/04/1898	03/06/1919		Salvador
Sociedade Beneficência 1º de Maio			??/??/1898	Salvador
Sociedade Beneficente União das Classes	15/11/1895			Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos			??/??/1898	Cachoeira
Sociedade Beneficente 8 de Dezembro			??/??/1898	Salvador
Grémio Beneficente do Professorado Baiano	25/03/1898			Salvador
Sociedade Beneficente Telegráfica	01/01/1898			Salvador
Sociedade Beneficente de Santana	29/06/1899	07/06/1917		Salvador
Associação dos Empregados do Comércio da Bahia	21/01/1900			Salvador
S. de Beneficência dos Empregados de Restaurantes	20/06/1900			Salvador
Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro do	??/??/1900			Salvador

São Francisco			
Sociedade Beneficente Cachoeirana		??/??/1900	Cachoeira
Círculo Católico	22/05/1901		Salvador
Sociedade Montepio União Operária de São Félix		04/06/1901	São Félix
Sociedade Montepio dos Artistas Irateenses	24/07/1903		Irará
Associação B. dos E. no Comércio de Feira de Santana		29/10/1903	F. de Santana
Associação dos Empregados em Restaurantes		??/??/1903	Salvador
Sociedade Beneficente dos Mares		??/??/1903	Salvador
Sociedade Cooperativa dos Operários Canavieiros	09/05/1904		Canavieiras
Clube Caixeiral Amargosense		11/06/1904	Amargosa
Sociedade Fraternal do Corpo de Bombeiros		03/11/1904	Salvador
Sociedade Beneficente do Regimento Policial	14/02/1905		Salvador
Grêmio das Artes Gráficas	24/02/1905		Salvador
Sociedade Beneficente Belo Sexo	09/06/1905		Salvador
Clube Caixeiral de Santo Amaro		27/05/1905	Santo Amaro
Sociedade Cooperativa dos Funcionários Públicos e Procuradores do Estado da Bahia	29/08/1905		Salvador
S. de Beneficência Socorros Mútuos da Cidade de Lençóis		11/10/1905	Lençóis
S. Montepio Liga Operária dos Operários da Cia. Valença Industrial	??/??/1905		Valença
Mutuaría Baiana Pedro II	30/04/1906		Salvador
Socorros Mútuos Rio Branco	02/05/1906		Salvador
União dos Postilhões	16/07/1906		Salvador
Sociedade Beneficente dos Carteiros da Bahia		20/08/1906	Salvador
Sociedade Beneficente União das Artes		18/09/1906	S. A. de Jesus
Clube Beneficente e Defensor dos Operários Mecânicos	01/11/1907		Salvador
Sociedade Beneficente 24 de Julho (Cia. Empório Industrial do Norte)	04/04/1909		Salvador
Sociedade Beneficente União dos Pais	09/06/1912		Salvador
Sociedade Beneficente 1º de Dezembro		04/03/1914	Salvador
Liga dos Funcionários Federais da Bahia	29/08/1914		Salvador
Sociedade Beneficente dos Cabeleiros	31/08/1915		Salvador
Sociedade União dos Empregados do Comércio Varejista	15/11/1915		Salvador
S. B. dos Empregados do Telégrafo Nacional na Bahia	17/09/1916		Salvador
Sociedade Cooperativa e Auxiliadora dos E. da Compagnie Chemins de Fer	15/01/1918		Salvador
Sociedade Beneficente dos Funcionários da Justiça	13/05/1918		Salvador
Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia	20/08/1918		Salvador
S. União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia	26/02/1919		Salvador
União Caixeiral da Bahia	01/06/1919		Salvador
Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas	20/07/1919		Salvador
Beneficência Operária Sanfelixita	17/08/1919		Salvador
S. Montepio dos Empregados da E. de Ferro de Nazaré		29/01/1918	Nazaré
União Caixeiral de Santo Antônio de Jesus	11/06/1920		S. A. de Jesus
Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus	01/08/1920		Ilhéus
Associação dos E. da Cia. Ferroviária Este Brasileiro	28/01/1921		Salvador
Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna	12/09/1921		Itabuna
S. B. dos Artistas e Operários da Cidade de Ilhéus		??/??/1922	Ilhéus
Clube Caixeiral "Afrânio Peixoto"		27/09/1924	Salvador
Caixa Imobiliária da Classe Caixeiral		28/06/1925	Salvador
Associação dos Caixeiros Viajantes da Bahia	17/11/1925	02-04/09/1936	Salvador
S. B. dos Sargentos da Força Policial do Estado da Bahia	02/02/1927		Salvador
Sociedade Defesa e Progresso de Massaranduba	18/08/1929		Salvador

Fontes: APEB, Correspondências das Sociedades Legislativa e Republicana, Presidência de Província, Jornais Diversos, Diários Oficiais do Estado da Bahia, Estatutos, Atas e Relatórios das Associações, Almanaques, Memórias.

Assim, naquele momento, entre os trabalhadores do complexo portuário de Salvador foi possível identificar cerca de 7 organizações operárias atuantes.<sup>152</sup> Dentre as mais antigas e importantes, destaca-se a *Sociedade União dos Operários Estivadores*, fundada no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1903 e criando sua filial em Salvador no dia 1º de maio de 1912, após uma sangrenta luta entre as lideranças dos operários estivadores e os mestres de estiva, que disputavam com o sindicato o controle sobre a gestão do mercado de trabalho.<sup>153</sup> Do mesmo período foi a *Sociedade Civil União Geral dos Carregadores da Bahia*, fundada em 22 de abril de 1912.<sup>154</sup> Gravitando em torno das lideranças dos estivadores tínhamos também a *Sociedade União dos Fogueiros*, aglutinadora de outra importante categoria operária que devia sua organização sindical à liderança carioca. Sua matriz foi fundada no Rio de Janeiro em 26 de setembro de 1903, e embora parem muitas dúvidas sobre a data de sua instalação em Salvador, é certo que entre 1918 e 1919 sua presença já era marcante no movimento operário baiano. Além da sucursal de Salvador, aquela sociedade já possuía filiais também em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.<sup>155</sup> Com uma história ainda menos conhecida, mas também possuindo uma sucursal muito atuante e influente em Salvador entre 1918 e 1919, é a *Associação dos Marinheiros e Remadores*, fundada na Capital Federal em 23 de outubro de 1904. Outra organização de trabalhadores portuários de Salvador que atuou em estreita sintonia com o grupo dos estivadores foi a

---

<sup>152</sup> Uma das primeiras organizações portuárias de que se tem notícia é o *Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar*, fundado em 1º de novembro de 1904 e funcionando, ao que tudo indica, como uma espécie de *federação* dos marítimos e estivadores. Depois de 1907, quando informou o seu terceiro aniversário de existência, desapareceu das fontes pesquisadas. APEB, *Diário de Notícias*, 2 de novembro de 1904, p. 1 e 18 de novembro de 1907, p. 5.

<sup>153</sup> Ver Maria Cecília Velasco e Cruz, *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1998. Para os conflitos que deram origem à *União dos Estivadores* na Bahia, ver: Péricles Madureira de Pinho, *Conflitos Coletivos de Trabalho no Porto da Bahia em 1912. Fórum. Revista do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia*, ano V, vol. XIII, fasc. 4, 1940, pp. 19-27 e *O Problema da Sindicalização Rural*, Rio de Janeiro, s/e, 1939, pp. 85-89.

<sup>154</sup> Estatutos da Sociedade Civil União Geral dos Carregadores da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12 de setembro de 1920. Uma certa *União Operária dos Carregadores* havia sido fundada em 2 de abril de 1905, mas não temos muitas informações a seu respeito ou acerca de eventuais relações entre ela e a sua sucessora. A mesma fonte indicava a existência de um estatuto, mas o mesmo não foi localizado. Certo é que esta sociedade se apresentava enquanto partidária do programa da *Federação Socialista Baiana* e filiada ao *Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar*. Além destas duas organizações, a *União Operária dos Carregadores* se relacionava, também, com a *Liga dos Trabalhadores Socialistas*, com os quais atuou na organização das comemorações do 1º de Maio daquele ano. APEB, *Diário de Notícias*, 19 e 28 de abril de 1905, p. 1; 1º de maio de 1905, p. 1.

<sup>155</sup> Estatutos da Sociedade União dos Fogueiros. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 22 de maio de 1919; *O Tempo*, 21 de novembro de 1918, p. 4. Uma outra fonte remetia sua origem, em Salvador, ao ano de 1900. APEB, *O Imparcial*, 3 de agosto de 1919, p. 3.

*Sociedade União dos Conferentes da Bahia*, fundada em 28 de janeiro de 1918.<sup>156</sup> A sucursal de Salvador do *Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil*, com matriz no Rio de Janeiro, também teve sua participação registrada nos acontecimentos que antecederam a greve geral de 1919, inclusive nas comemorações do 1º de maio.<sup>157</sup> Finalmente, em princípios de março de 1919, os calafates também já se encontravam recém-organizados, convocando uma assembléia a qual todos deviam comparecer, fossem ou não sócios, a fim de discutir e aprovar os estatutos da *Sociedade dos Calafates*.<sup>158</sup> A *União dos Operários Estivadores* tinha uma posição de liderança até mesmo nas organizações por ela considerada como co-irmãs, mas que não funcionavam como filiais de outras sociedades congêneres do Rio de Janeiro. Em 1918 e 1919, por exemplo, Alípio Marciano dos Santos, seu delegado, acumulava também a função de presidente da *Sociedade União dos Carregadores das Docas e Trapiches*.<sup>159</sup>

De modo geral, esses sindicatos operários combinavam os tradicionais métodos de ação coletiva, como as greves, com a negociação de suas demandas através de advogados, políticos e autoridades oficiais, fato já verificado também em outras regiões, a exemplo do Rio de Janeiro, onde o *sindicalismo reformista* fincou raízes profundas.<sup>160</sup> Isso implica dizer que tais entidades não viam a sociedade enquanto algo harmônico e sem conflito de classes, a exemplo de algumas lideranças de sociedades mutualistas, mas também não eram adeptas de uma concepção que visse no Estado e em seus dirigentes apenas os fiéis servidores dos interesses dominantes, caso dos libertários. Dependendo da conjuntura, o Estado era, para o conjunto desses sindicatos, um aliado possível. Apesar dessas relações, a independência de classe de tais entidades não parece ter sido sacrificada, e uma evidência disso é o número de greves de que se tem notícia. Um levantamento (incompleto) do

---

<sup>156</sup> Estatutos da Sociedade União dos Conferentes da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de julho de 1920.

<sup>157</sup> APEB, Seção Legislativa, Câmara dos Deputados do Estado da Bahia, Ofício s/n das Sociedades dos Operários Estivadores e Carregadores, *Avro 1200* (1919-1920); *O Democrata*, 3 de maio de 1919, pp. 1-2; *O Tempo*, 2 de maio de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 3 de maio de 1919, p. 2; IGHBA, *A Tarde*, 2 de maio de 1919, p. 2;

<sup>158</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 7 de março de 1919, p. 2.

<sup>159</sup> APEB, *O Tempo*, 21 de novembro de 1918, p. 4, 2 de maio de 1919, p. 1; 21 de outubro de 1919, p. 1.

<sup>160</sup> Ver Maria Cecília Velasco e Cruz, *Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1981 e *Op. Cit.*; Cláudio H. M. Batalha, *Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República*, *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1990 e *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 31-35.

movimento grevista na Bahia entre 1888 e 1930 constatou que das 117 ocorrências registradas, 33 foram na zona marítima e portuária.<sup>161</sup>

Havia, pois, uma relação de troca, pela qual o Estado e seus governantes apoiavam algumas das demandas dos operários estivadores, carregadores e marítimos, ao passo que estes retribuíam com variadas formas de apoio político que iam desde a modalidade clássica do voto até a simbólica, muitas vezes representada por gestos que indicavam prestígio mútuo das duas partes. Por ocasião das eleições legislativas de janeiro de 1919, por exemplo, um manifesto, assinado por vários comerciantes e caixeiros e por diversos diretores da *União dos Operários Estivadores*, *União dos Carregadores*, *União dos Conferentes* e *União dos Foguistas*, foi dirigido ao comércio e às classes operárias, conclamando-os a sufragarem os candidatos do PRD.<sup>162</sup> Na noite de 9 de março de 1919, uma grande passeata operária, organizada pela *União dos Operários Estivadores*, *União dos Carregadores*, *União dos Foguistas*, *União dos Conferentes* e *Associação dos Marinheiros e Remadores*, percorreu as ruas do Centro de Salvador e em seguida postou-se em frente à residência do senador J. J. Seabra para anunciar seu apoio à candidatura de Epitácio Pessoa à presidência da república, conforme desejo do PRD.<sup>163</sup> Ao final de maio de 1919, uma multidão operária foi conduzida pela *Associação dos Marinheiros e Remadores* até o *Palácio da Aclamação* para prestar homenagem ao governador Antonio Moniz que estava aniversariando e ao mesmo tempo agradecer-lhe o apoio dado durante a greve nacional dos marítimos.<sup>164</sup> Finalmente, em outubro de 1919, a *União dos Operários Estivadores* encabeçou mais uma iniciativa que contou com o apoio da *União dos Carregadores das Docas e Trapiches*, da *União dos Foguistas Marítimos e Terrestres* e da *Associação dos Marinheiros e Remadores* objetivando apoiar a candidatura do próprio Seabra em sua campanha para suceder Antônio Moniz no governo do estado. Em uma assembléia conjunta de seus sócios para deliberar sobre o assunto, esses sindicatos

---

<sup>161</sup> José Raimundo Fontes, *Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista, 1888-1930*, Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 1982.

<sup>162</sup> APEB, *O Tempo*, 9 de janeiro de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 9 de janeiro de 1919, p.2; *O Democrata*, 9 de janeiro de 1919, p.1.

<sup>163</sup> APEB, *O Democrata*, 11 de março de 1919, p. 1.

<sup>164</sup> APEB, *O Tempo*, 31 de maio de 1919, pp. 1-2.

conseguiram a audiência e o apoio de cerca de 5.000 operários.<sup>165</sup> Seja como for, a história do sindicalismo de todos esses grupos ainda está por ser escrita.<sup>166</sup>

Antes da greve geral de junho de 1919, estavam reunidos em sindicatos de resistência, também, os sapateiros, que foram bastante atuantes mas se encontravam divididos entre o *Centro Unificador dos Sapateiros* (já existente em 1907)<sup>167</sup> e a *Sociedade União Defensora dos Sapateiros*<sup>168</sup>, os padeiros, que fundaram a *Sociedade União dos Operários de Padaria* em 6 de abril de 1919<sup>169</sup> e os metalúrgicos, que criaram a *Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia* em 30 de abril de 1919.<sup>170</sup> Já os gráficos baianos, que desde 1870 se organizavam em bases mutualistas em torno da *Associação Tipográfica Baiana*<sup>171</sup>, só fundarão o seu sindicato de resistência durante a greve geral.

No setor de transportes, uma parte dos trabalhadores já estava organizada em sindicatos de resistência antes da greve geral, ao passo que outra se organizará no decorrer do movimento e uma última logo após ele. No primeiro caso temos o *Centro Automobilístico do Estado da Bahia*, criado em 17 de setembro de 1917<sup>172</sup> e os ferroviários, que em abril de 1919 fundaram a *Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia*.<sup>173</sup> Uma entidade chamada *União dos Trabalhadores da Viação Terrestre*

<sup>165</sup> APEB, *O Tempo*, 21 de outubro de 1919, p. 1.

<sup>166</sup> A professora Maria Cecília Velasco e Cruz, que já havia realizado estudos acerca dos trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro, desenvolve, atualmente, uma pesquisa comparativa sobre trabalhadores avulsos no Porto do Rio de Janeiro e de Salvador, ao final da qual certamente se saberá mais sobre os mesmos. Ver Maria Cecília Velasco e Cruz, *A Dialética da Solidariedade e da Rivalidade: Trabalhadores Avulsos no Porto do Rio de Janeiro e Salvador*, projeto parcialmente financiado pelo CADCT/UFBA. Ver também da mesma autora *Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Afro-Ásia*. Salvador, CEAO-UFBA, nº 24, 2000.

<sup>167</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões: Salvador, 1890-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1982, pp. 349-350.

<sup>168</sup> Em princípios de 1920, o *Centro Unificador dos Sapateiros* se dissolveu, transferindo para a *Sociedade União Defensora dos Sapateiros* todos os seus bens e filiados. AEL-UNICAMP, *Germinal*, ano 1, nº 1, 19 de março de 1920, p. 11; *Germinal*, ano 1, nº 2, 3 de abril de 1920, p. 6. Havia ainda, em 1903, uma certa *Liga Socialista Protetora dos Sapateiros*, para a qual não dispomos de nenhuma outra informação. Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*, 2ª edição revista pelos autores, São Paulo, Ática, 1991, p. 234.

<sup>169</sup> Estatutos da Sociedade União dos Operários de Padaria. *Diário Oficial do Estado*, 12 de setembro de 1919.

<sup>170</sup> Estatutos da Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, 14 de outubro de 1919.

<sup>171</sup> BPEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia - Edição Especial do Centenário da Independência*, 2 de julho de 1923, p. 397.

<sup>172</sup> Estatutos do Centro Automobilístico do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, 24 de abril de 1920.

<sup>173</sup> Estatutos da Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia. *Diário Oficial do Estado*, 18 de março de 1920.

havia sido fundada em 21 de outubro de 1907<sup>174</sup>, mas logo desapareceu das fontes. Os trabalhadores das companhias de bondes se organizarão em meio à greve geral, enquanto os condutores de veículos e carroças fundarão seus sindicatos no imediato pós-greve geral.

Os trabalhadores das oficinas, manufaturas e fábricas do setor têxtil, de roupas, chapéus, fumo (cigarros e charutos) e alimentos, constituíam um grupo formado por uma grande massa desorganizada. Antes de 1919, todas as sociedades surgidas nesses setores parecem ter sido mutualistas e/ou beneficentes, a exemplo das dos chapelheiros, alfaiates e costureiras. Os operários têxteis e da indústria fumageira, a despeito de terem feito greves desde o final do século XIX, viviam enquadrados pelos patrões, que os congregavam, compulsoriamente, em sociedades beneficentes de suas fábricas, todas mantidas a partir de descontos nas folhas salariais. Como veremos, os têxteis se organizarão solidamente após a greve geral e os operários das manufaturas e fábricas de cigarros e charutos não terão um sindicato próprio mesmo depois desse movimento. Com os trabalhadores da indústria de alimentação e bebida a situação também era de marasmo, pois os mesmos não possuíam, ao que tudo indica, qualquer tipo de organização, fosse ela mutualista ou de resistência.

Na conjuntura de 1919, foi bastante significativa, também, a influência da *Sociedade União dos Marmoristas* e do *Sindicato dos Trabalhadores em Madeira da Bahia*, este último atuante desde 1908, quando travou uma luta sem trégua contra a introdução, em Salvador, de operários imigrantes estrangeiros em substituição aos brasileiros que trabalhavam no ofício de marcenaria na Bahia, em particular nas obras de reforma da Faculdade de Medicina.<sup>175</sup>

Porém, o grupo operário pesquisado que teve maior importância na greve geral de 1919 foi o da construção civil, com uma tradição organizativa que remontava a 1907, quando estavam agrupados em torno da *Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção*.<sup>176</sup> Mas sua principal entidade foi, sem sombra de dúvidas, o *Sindicato dos*

---

<sup>174</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 19 e 22 de outubro de 1907.

<sup>175</sup> BPEB, Seção de Obras Raras, *Relatório do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo sr. Ismael Ribetto dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felipe Tranquilino de Castro*, Bahia, Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910, pp. 11-14.

<sup>176</sup> Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivência e Tensões: Salvador, 1890-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1982, pp. 349-350.

*Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes*, fundado em 19 de março de 1919.<sup>177</sup> Seus líderes se destacaram na preparação, organização e condução da greve geral de 1919. Foram responsáveis, também, pelo agrupamento e formação de quadros que fundaram outros sindicatos, inclusive em categorias tradicionalmente desorganizadas e que enfrentavam empecilhos estruturais para superar tal situação, a exemplo dos operários têxteis. Sua influência chegou a penetrar em setores operários de outras cidades, como Nazaré das Farinhas, onde em agosto de 1919, fundaram a *União dos Pedreiros Nazarenos*<sup>178</sup>, sucursal daquele sindicato em 1919-1920.<sup>179</sup> Atuaram também como principais articuladores do *Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos*, realizado entre 14 e 20 de julho de 1919, e de seu fruto mais importante, a *Federação dos Trabalhadores Baianos*, instituída, por deliberação daquele evento, em 13 de fevereiro de 1920.<sup>180</sup>

É preciso lembrar que, a exemplo das situações observadas em outras cidades, em Salvador a indústria da construção civil possuía um empresariado relativamente frágil. Predominavam os pequenos empreiteiros de obras, que dispunham de poucos capitais e eram contratados para a realização de determinadas construções, com prazos previamente acertados para a conclusão do serviço, só recebendo o pagamento depois disso. Isso significa que esses patrões eram bastante sensíveis às paralisações do trabalho de seus operários por quaisquer razões, pois os atrasos redundavam, para o empreiteiro, em ter que honrar os compromissos e dívidas contraídas junto aos fornecedores de matérias-primas (cimento, pedras, tijolos, ferragens etc.). Uma greve, pois, poderia gerar um processo de descapitalização acentuada, resultando na perda do contrato por parte do empreiteiro ou na sua virtual falência. Além disso, os trabalhadores da construção civil eram, em grande parte, qualificados e, portanto, difíceis de serem substituídos, principalmente em épocas de prosperidade econômica, quando o ritmo das construções e reformas era retomado e os *artistas* se tornavam mão-de-obra rara e cara. O leitor deve ficar atento para o fato desta ser a situação concreta vivida em Salvador a partir do primeiro trimestre de 1919 e, não por

---

<sup>177</sup> Estatutos do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes. *Diário Oficial do Estado*, 19 de outubro de 1919.

<sup>178</sup> BPEB, *O Conservador*, 31 de agosto de 1919, p. 1.

<sup>179</sup> BPEB, *O Conservador*, 5 de maio de 1920, p. 2.

<sup>180</sup> AEL-UNICAMP, *A Voz do Trabalhador*, ano I, nº 24, 19 de março de 1921, p. 1.

acaso, esse foi o setor de vanguarda do movimento operário baiano a partir de então, assim como já o havia sido também em outras cidades, como Santos.<sup>181</sup>

### 3.2 - As Greves do Início do Ano

As dificuldades e o descontentamento gerados pela crise aberta com a guerra e que prosseguiu no imediato pós-guerra era tão grande que o ano de 1919 já havia se iniciado sob o signo de greves em várias categorias, estivessem elas organizadas ou não em sindicatos. Esses movimentos, entretanto, eram bem fugazes e guardavam diferenças substanciais em relação à greve geral de junho. Os empregados da *Empresa de Asseio da Cidade*, por exemplo, paralisaram o trabalho no dia 13 de janeiro reclamando o pagamento de 9 quinzenas de salários atrasados. O clima parecia tenso, pois além das constantes quebras de promessas de liberação dos recursos retidos, via-se, na manhã do dia 23, corpos de infantaria e cavalaria postados na entrada da empresa prontos para reprimir eventuais protestos. Naquele mesmo dia, o chefe de polícia anunciou que os salários seriam pagos em 48 horas, ao que os trabalhadores acenaram com o retorno temporário aos seus afazeres. A imprensa frisava que a situação se tornava tanto mais revoltante em função de o município nada dever ao empregado Germano de Assis, responsável pelo serviço de coleta do lixo.<sup>182</sup> O compromisso assumido de pagamento dos proventos atrasados dos carroceiros, varredores de rua e fiscais, porém, não foi integralmente cumprido, só sendo pagas 5 das 9 quinzenas devidas. Além disso, os pagamentos sofreram todo tipo de reduções, inclusive os tradicionais descontos com equipamentos de trabalho (roupas, vassouras, pás), feitos de forma desigual, resultando disso uma nova paralisação do trabalho de limpeza da cidade.<sup>183</sup> No dia 18, o lixo ainda se acumulava pelas ruas e os odores se tornavam insuportáveis, sem que qualquer solução surgisse.<sup>184</sup>

No início de abril, uma greve foi feita também pelos operários do *Gasômetro*. Em princípio, os trabalhadores exigiam o pagamento da quarta quinzena vencida de seus

<sup>181</sup> Para uma discussão sobre a indústria e os operários da construção civil, ver: Fernando Teixeira da Silva & Maria Lúcia C. Gitahy, *O Movimento Operário da Construção Civil Santista Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) História Social*, Campinas (SP), n° 3, 1996, pp. 87-124. Ver também: Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 51-52; Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 132

<sup>182</sup> APEB, *O Imparcial*, 14 de janeiro de 1919, p. 1.

<sup>183</sup> APEB, *O Imparcial*, 16 de janeiro de 1919, p. 1.

<sup>184</sup> APEB, *O Imparcial*, 18 de janeiro de 1919, p. 1.

salários, o que efetivamente ocorreu, impedindo a eclosão do movimento. No dia 7, porém, um antigo maquinista chamado Paulo Passos Moreira<sup>185</sup> foi demitido em função de ter liderado os demais operários na ameaça de greve ocorrida dias antes. Em solidariedade ao companheiro, seus colegas paralisaram o trabalho reivindicando a readmissão do líder operário, levando os bondes a parar nas linhas do Comércio a Itapagipe por falta de energia. O movimento terminou vitorioso, com o maquinista sendo readmitido em seu posto e os bondes voltando a funcionar.<sup>186</sup>

Em maio, os operários da *Fábrica de Gelo da Brahma* em Salvador paralisaram o trabalho em solidariedade a seus colegas de empresa do Rio de Janeiro. Acompanhando os operários da Capital Federal, os trabalhadores baianos reivindicavam a jornada de 8 horas e aumento de 1\$000 em seus salários. Os patrões negaram-se a conceder o aumento salarial alegando que já haviam feito isso dias antes e que o inverno era uma fase difícil para atender a tais pleitos, restando aos patrões o fechamento da fábrica.<sup>187</sup> As notícias sobre o movimento desapareceram das fontes sem que soubéssemos do resultado final.

Mas foi a greve nacional dos marítimos, iniciada em 7 de maio de 1919, a mais importante e a que teve, antes de junho, um caráter mais radical. A greve se desenrolou nos marcos de um movimento mais amplo e sua dinâmica estava em estreita relação com os acontecimentos do Rio de Janeiro. Logo no princípio da greve, os tripulantes dos vapores da *Companhia de Navegação Balana*, dos Paquetes da *Companhia Costeira, Lloyd Brasileiro* e da *Companhia Comércio e Navegação* aderiram ao movimento, passando a orientar-se pela sucursal da *Associação dos Marinheiros e Remadores* que, como vimos, tinha sua sede na Capital da República.<sup>188</sup> No dia 8 de maio, o delegado da associação em Salvador, Argemiro Alves da Fonseca, informou que a greve já tinha conseguido a adesão de 800 marítimos no estado, que paralisaram vários paquetes, após o que se concentraram na sede de seu sindicato, localizada na Conceição da Praia (Cidade Baixa). Na raiz da greve estava a luta dos trabalhadores contra o estabelecimento de um novo regulamento baixado pelo Lloyd, pelo qual as companhias tiravam os pagamentos de horas extras, mudavam o

---

<sup>185</sup> Paulo Passos Moreira aparece nos estatutos do sindicato da categoria como um de seus organizadores, em junho de 1919. Ver Estatutos da Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, 1º de fevereiro de 1920.

<sup>186</sup> APEB, *O Imparcial*, 8 de abril de 1919, p. 2.

<sup>187</sup> IGHBA, *A Tarde*, 26 de maio de 1919, p. 1.

<sup>188</sup> IGHBA, *A Tarde*, 8 de maio de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 10 de maio de 1919, p. 1.

horário das refeições – o almoço passava das 10 para as 12 horas e o jantar das 16 para as 19 horas – e criava uma associação atrelada aos patrões cuja finalidade explícita era de destruir a *Associação dos Marinheiros e Remadores*. Para voltar ao trabalho, os operários apresentaram uma pauta propondo alterações no regulamento formulado pelas companhias, reivindicando a jornada de trabalho de 8 horas, o controle do sindicato sobre os embarques, restabelecimento dos antigos horários de refeições e aumentos salariais.<sup>189</sup> Em todas as negociações, o deputado scabrista Lauro Villas-Boas se apresentou como advogado dos grevistas. Um órgão de imprensa ligado à oposição ruista chegou a noticiar que os estivadores e carregadores, outras duas categorias que mantinham relações com esse parlamentar, estariam aderindo ao movimento. A idéia era criar um clima de tensão contra o governo. Contudo, um outro órgão de imprensa, ligado ao grupo de Seabra e o PRD obteve uma entrevista com a representação dos sindicatos desses operários negando a adesão dos mesmos ao movimento.<sup>190</sup>

No dia 10 de maio, momentos de tensão ocorreram em forma de insubordinação e quebra de disciplina. O marinheiro Raymundo Nonato dos Santos, do vapor Cachocira, pertencente à *Companhia de Navegação Baiana*, após receber do Capitão do Porto um exemplar do novo regulamento indispôs-se com o referido oficial e rasgou o documento. Prontamente, um remador e outros seis marinheiros do Couraçado Deodoro prenderam-no e levaram-no à presença do juiz seccional, que, por sua vez, mandou fichá-lo na Secretaria de Polícia.<sup>191</sup> No dia 17 de maio, a imprensa reclamava que o Capitão do Porto mostrava-se insensível e muito pouco propenso a ceder às reivindicações dos trabalhadores, alimentando com essa posição a continuidade da greve, mesmo que “silenciosa” e “pacífica”. Nesse momento, o número de grevistas desembarcados na Bahia já atingira a 900 operários. Além disso, o delegado da *Sucursal da Associação dos Marinheiros e Remadores* na Bahia denunciou que esse mesmo Capitão do Porto estava fazendo com os trabalhadores baianos o mesmo tipo de repressão que Barbosa Lima, diretor do Lloyd, fazia no Rio de Janeiro.

<sup>189</sup> A tabela apresentada pelo sindicato propunha os seguintes aumentos: os contramestres, que ganhavam 170\$000 passariam a ganhar 270\$000; os marinheiros que recebiam vencimentos de 140\$000 deveriam ganhar 220\$000, os moços, sairiam dos 100\$000 anteriores ao movimento para 160\$000; finalmente, os boys teriam seus vencimentos alterados de 50\$000 para 100\$000. Os marítimos reclamavam ainda o acréscimo de 1\$000 para cada hora de trabalho extraordinário. APEB, *O Tempo*, 8 de maio de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 8 de maio de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 9 de maio de 1919, p. 2; *Diário da Bahia*, 10 de maio de 1919, p. 1.

<sup>190</sup> APEB, *O Tempo*, 8 de maio de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 8 de maio de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 9 de maio de 1919, p. 2; *Diário da Bahia*, 10 de maio de 1919, p. 1.

<sup>191</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 10 de maio de 1919, p. 2.

Segundo o sindicalista, a autoridade portuária baiana havia contratado fura-greves em massa e “enchido os navios de pessoal incompetente, desfeito à lide do mar e ignorante, que não tem consciência dos seus direitos”.<sup>192</sup> No dia 30 de maio, a greve nacional dos marítimos terminou com saldo positivo para os trabalhadores. A diretoria da *Associação dos Marinheiros e Remadores*, no Rio, comunicou à sua sucursal de Salvador que as reivindicações dos seus filiados haviam sido aceitas pelos patrões.<sup>193</sup>

O jornal *O Tempo*, porta-voz oficioso do governo estadual, felicitou os “dignos homens do trabalho pela vitória conseguida, como também pela atitude pacífica, ordeira e respeitável que mantiveram durante o período das negociações que acabam de chegar a termo”. Enquanto isso, na Capital da República, era feita uma grande manifestação da qual tomaram parte 20 mil operários comemorando a vitória e aclamando os nomes de Nicanor do Nascimento, Moniz Sodré, Maurício de Lacerda, Lauro Villas-Boas e outros.<sup>194</sup>

Em Salvador também houve manifestações de rua. Após uma assembléia presidida por Argemiro Alves da Fonseca, na qual tomou parte ativa o deputado scabrista Durval Fraga, uma grande passeata puxada pela banda da polícia saiu do Bairro Comercial, na Cidade Baixa, e dirigiu-se até o Centro, na Cidade Alta. O Palácio da Aclamação, residência do governador, era o destino final e o objetivo era “saudar o eminente dr. Antonio Moniz pela passagem de seu aniversário e agradecer-lhe também os relevantes serviços prestados ao operariado.” Ao chegar, o deputado Durval Fraga pronunciou “vibrante e eloqüente discurso de saudação, pondo em destaque os serviços que aos operários em geral tem prestado S. Ex. durante a sua gestão administrativa, de boa vontade

<sup>192</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1919, p. 1.

<sup>193</sup> APEB, *O Imparcial*, 31 de maio de 1919, p. 1; *O Tempo*, 31 de maio de 1919, pp 1-2. O acordo entre *Associação dos Marinheiros e Remadores* e o patronato estabeleceu o seguinte: os contramestres passariam a ganhar 229\$000, os marinheiros fiéis 202\$000, os marinheiros 189\$000, os moços 130\$000 e os boys 58\$500. As horas extras seriam pagas com acréscimo de 1\$000 em todos os casos, ao passo que a jornada de trabalho de 8 horas foi estabelecida. Além disso, o sindicato operário controlaria a contratação da mão-de-obra, organizando o “quadro dos marítimos desembarcados, fazendo a classificação dos mesmos em classificação seguida, segundo a ordem de antiguidade nos desembarques, comprovada pelas cadernetas expedidas pela Capitania dos Portos”. Mas havia uma ressalva que funcionava como garantia dos patrões, pois a associação operária ficava obrigada a “incluir no mesmo quadro os reservistas da Marinha de Guerra, bem como quaisquer outros matriculados pelas capitânicas dos portos, sejam ou não filiados à associação”. Além disso, “do quadro acima referido, que o Lloyd Brasileiro se reserva o direito de fiscalizar na sede da associação por pessoa da sua confiança, será tirado por ordem da antiguidade dos desembarques o pessoal marítimo necessário para prover as vagas que se forem verificando na tripulação dos navios”. Por fim, as alterações feitas nas referidas listas deveriam ser comunicadas ao Lloyd e ao “direito de indicação, garantido à associação, corresponde para o Lloyd o direito de recusar o indicado até haver acordo entre as duas partes, que se empenharão em recebê-lo prontamente, de modo a evitar os prejuízos de delongas injustificáveis”

<sup>194</sup> APEB, *O Tempo*, 30 de maio de 1919, p. 1.

lhe amparando as justas pretensões na reivindicação dos seus direitos até então postergados pelo predomínio asfixiante do capital sobre o trabalho”. Em resposta, o governador Antonio Moniz “disse que muito lhe dignificava o receber os aplausos do operariado, que se sentia cada vez mais encorajado por essa espontânea e valiosa solidariedade, podendo afirmar, sem tergiversações, que está disposto a enfrentar todas as campanhas que o despeito e desorientação dos seus adversários lhe movem ou venham mover na continua faina de enxovalhar a Bahia, desnaturada e impatrioticamente”.<sup>195</sup>

### 3.3 - As Jornadas de Junho

No final de maio de 1919, mal terminava a greve nacional dos marítimos, o recém-fundado *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* desenvolveu uma intensa propaganda na imprensa local convocando todos os trabalhadores, sem distinção de ofício ou categoria profissional, para que os mesmos assistissem, em sua sede social, a uma conferência de propaganda sindical que seria proferida no final da tarde de domingo, dia 1º de junho. Em seu apelo “a todas as classes de trabalhadores terrestres e marítimos, ferroviários, metalúrgicos, fogueiros, marinheiros...”, os líderes operários deixavam antever o caráter da reunião ao avisar que “o mundo trabalhador já não pode suportar a opressão dos sugadores e detentores do bem-estar da humanidade”. Em tom quase profético, concluía, sob vivas à organização operária e ao operariado internacional, chamando os trabalhadores baianos ao sindicato para “conhecer o caminho por onde vos haveis de libertar das misérias que vos traz o jugo patronal”.<sup>196</sup>

O conferencista era nada menos que Agripino Nazareth, um advogado socialista que daí em diante exerceu uma indubitável liderança sobre o movimento operário baiano. Sua biografia ainda não é conhecida em detalhes, mas sabe-se que já em 1915 ele esteve envolvido juntamente com Maurício de Lacerda, Maurício de Medeiros e Alexandre Barbosa Lima numa conspiração que preconizava instaurar uma República Parlamentar em Pernambuco. O movimento deveria conduzir ao poder o General Emílio Dantas Ribeiro, conhecido pela derrota que infringiu à oligarquia Rosa e Silva após 22 anos de domínio desta sobre a política estadual pernambucana. A conspiração, porém, foi descoberta e

---

<sup>195</sup> APEB, *O Tempo*, 31 de maio de 1919, pp. 1-2.

<sup>196</sup> BPEB, *O Imparcial*, 31 de maio de 1919, p. 2; *Diário da Bahia*, 1º de junho de 1919, p. 2.

abortada e seus líderes foram indiciados em inquérito. Agripino Nazareth foi, então, para o Rio de Janeiro e em 1917 apareceu defendendo a Revolução Russa contra as calúnias da grande imprensa, juntamente com Astrojildo Pereira, Fábio Luz, Maurício de Lacerda e o romancista Lima Barreto, nas colunas do jornal *O Debate*.<sup>197</sup>

Mas foi como membro do grupo que dirigiu a malfadada insurreição anarquista de novembro de 1918 que Agripino Nazareth ficou mais conhecido. A condução do movimento foi partilhada por ele, Astrojildo Pereira e seu principal líder, José Oiticica. Tomaram parte também outras figuras conhecidas, a exemplo do anarquista espanhol Manuel Campos, o professor Álvaro Palmeira e o operário gráfico Carlos Dias. Além disso, Manuel Castro e Joaquim Moraes, operários têxteis, assegurariam a participação de sua categoria na greve que desencadearia a revolta. José Elias da Silva, João da Costa Pimenta e o jornalista José Romero completavam o número dos conspiradores. Contudo, graças à ação do tenente Jorge Elias Ajus, que se infiltrou e denunciou os objetivos do conclave, a insurreição foi abortada e uma intensa repressão policial se seguiu. Os tecelões, metalúrgicos e operários da construção civil ainda deflagraram greves em suas categorias, mas elas não se transformaram na sonhada greve geral insurrecional e foram violentamente reprimidos pela polícia de Aurelino Leal. No final de novembro, cerca de 200 pessoas entre militantes – libertários ou não –, operários e outros suspeitos haviam sido presos. Vários sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção, a exemplo da *União dos Operários em Fábricas de Tecidos*, *União Geral dos Metalúrgicos* e *União Geral da Construção Civil*. A *União Geral dos Trabalhadores* (UGT) foi dissolvida. Cerca de 180 presos foram deportados do Rio de Janeiro. A almejada República de Operários e Soldados, inspirada na Rússia, que deveria pôr fim ao Estado e às desigualdades sociais não vingou. Já em março de 1919, 14 lideranças haviam sido *pronunciadas* como incursos no artigo 107 do Código Penal por prática de crime contra a Constituição da República e sua forma de governo. José Oiticica foi acusado na condição de cabeça e Agripino Nazareth e os demais de serem co-autores.<sup>198</sup>

Já na Bahia, explicando os acontecimentos de novembro de 1918, o próprio Agripino Nazareth disse que só não foi preso em função da inabilidade da polícia carioca e

---

<sup>197</sup> John W.F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, 2ª edição, São Paulo, Nova Fronteira, 1977, pp. 63 e 107.

<sup>198</sup> Carlos Augusto Addor, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.

que depois do levante ainda permaneceu na Capital da República até janeiro de 1919. Ao ser *pronunciado*, refugiou-se no estado do Espírito Santo, primeiro em uma cidade do interior e depois na capital, de lá vindo para Salvador, disposto a viajar para a Europa caso as circunstâncias o obrigassem. Reconhecendo que em todos esses portos havia usado nomes falsos, denúncia feita pela oposição baiana ligada aos industriais e comerciantes, defendeu-se argumentando que aquele foi um meio de defesa de suas idéias e princípios, posto que estava sendo injustamente perseguido pelo chefe de polícia Aurelino Leal. Invocou, ainda, que havia feito o mesmo que Ruy Barbosa por ocasião da Revolta da Armada de 1893, quando Floriano Peixoto mandou prendê-lo e o velho conselheiro exilou-se fora do país também com outra identidade. Após a retirada das acusações que foram feitas, por falta de provas, Agripino Nazareth voltou a usar seu verdadeiro nome.<sup>199</sup>

De fato, a preocupação de Agripino Nazareth não era infundada. Já em janeiro de 1919, o Secretário de Polícia e Segurança Pública da Bahia, Álvaro Cova, oficiara a Gambeta Spinola, Inspetor da Polícia do Porto de Salvador, orientando-lhe a exercer uma fiscalização mais rígida sobre as embarcações e passageiros que chegassem ao Porto de Salvador, visando impedir o desembarque de todos quantos fossem considerados “elementos indesejáveis e perniciosos”. Em seu comunicado, a autoridade policial baiana recomendava que os agentes de polícia do porto, sob a direção dos subinspetores, verificassem cuidadosamente os papéis de identidade de todos os passageiros, “procurando colher informações sobre os precedentes dos mesmos” e “levando ao conhecimento do subinspetor que fizer a visita qualquer irregularidade”. Estavam terminantemente proibidos de desembarcar todos que fossem qualificados como mutilados, incapazes para o trabalho, mendigos, loucos sem acompanhantes, cafetões, ladrões, anarquistas, apaches e todos os passageiros de 3ª classe que estivessem em trânsito e fossem procedentes do Rio da Prata. Ademais, todos os indivíduos de 1ª e 2ª classe que tivessem a mesma procedência e destino, deveriam ser rigorosamente vigiados enquanto suas embarcações continuassem atracadas na capital baiana.<sup>200</sup>

O fato, porém, é que da conferência de Agripino Nazareth para a eclosão da greve geral no dia seguinte, foi apenas um passo. No dia 2 de junho, os operários da construção

---

<sup>199</sup> Agripino Nazareth, *Ao Povo Baiano*. *Jornal de Notícias*, 15 de junho de 1919, pp. 3 e 5.

<sup>200</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 23 de janeiro de 1919, p. 2; *O Democrata*, 23 de janeiro de 1919, p. 2.

civil que trabalhavam nas obras da Biblioteca Pública do Estado fizeram uma reunião no horário do almoço, na qual deliberaram paralisar o trabalho, reivindicando a jornada de 8 horas e aumento salarial de 20%. Liderados pelo *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, os operários concentraram-se na Praça Rio Branco, onde conseguiram a adesão de seus colegas que labutavam nas obras do Palácio do Governo, do Tesouro do Estado e outras construções. Depois seguiram em passeata pelas ruas do Centro da cidade até a Ladeira da Barra, carregando estandartes com inscrições que exigiam “respeito aos seus direitos”, proclamavam que “8 horas de trabalho são bastante”, e davam “vivas ao operariado baiano” e conseguindo novas adesões. De volta da Ladeira da Barra, ao passarem pelo Relógio de São Pedro, o número de operários já chegava à cerca de 1.000. Em seguida, rumaram para a Praça Castro Alves, finalizando a passeata na sede do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, na rua do Maciel de Cima, nº 28.<sup>201</sup>

Até então, além dos operários da construção civil, apenas os trabalhadores da *Companhia Linha Circular* e os pedreiros haviam-se mostrado dispostos a aderir ao movimento. Contudo, na noite daquele mesmo dia, numa reunião ocorrida na sede do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, os operários decidiram generalizar o movimento. Tomaram parte no conclave, além dos diretores daquela entidade, a exemplo de Abílio José dos Santos e José dos Santos Gomes, os representantes de outras sociedades, como José de Souza, da *Sociedade União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia*, Antônio dos Santos, da *Sociedade União dos Operários de Padaria* e outras lideranças não nomeadas. Para atingir tal objetivo, Agripino Nazareth sugeriu que se formassem três comissões operárias, uma com atribuição de negociar com os empreiteiros, outra para buscar apoio junto às autoridades e a última para tratar com a imprensa. Além disso, uma nova assembléia geral operária foi convocada para o dia seguinte, à tarde, no mesmo local.<sup>202</sup>

Rememorando depois os fatos ligados à conferência anterior que pronunciara na véspera da eclosão da greve geral e seus desdobramentos posteriores, Agripino Nazareth

<sup>201</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 3 de junho de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 3 de junho de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 3 de junho de 1919, p. 3.

<sup>202</sup> APEB, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias* e *O Imparcial*, 3 de junho de 1919, p. 1. A composição das comissões foi a seguinte: 1- comissão para se entender com os empreiteiros: João Augusto Mendes, Abílio José dos Santos, Alfredo Tolentino do Espírito Santo, Fagundes João da Cruz, João Borges, Anacleto Eugênio dos Santos e Paulo Francisco de Almeida; 2- comissão para se entender com os poderes competentes: Damásio Simões, Philipino Gonzaga, José dos Santos Gomes, Thomaz Firmino da Silva, Firmo Ferreira de Moraes, Napoleão Marinari e Abílio Almeida; 3- comissão de imprensa: Aurino Cavalcante, Anselmo Pereira Alves, Vicente Honório da Silva, Antônio Ferreira das Chagas e Adriano Alves da Silva.

fez questão de pontuar que naquela ocasião “tratara apenas de incentivar o movimento associativo, não insinuando, nem ao menos veladamente, uma greve”. Sua posição era, efetivamente, contrária ao desencadeamento do movimento naquele momento, argumentando que o mesmo era precipitado. A principal organização operária, o *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, tinha apenas três meses de vida e contava com um número pequeno de filiados e fundo de greve ainda em formação, impossibilitado de auxiliar os grevistas em caso de um enfrentamento longo com os patrões. Contudo, ao estourar o movimento, o líder socialista ponderou que “a sorte estava lançada” e “para ver se algo seria possível salvar do naufrágio iminente, um único recurso se impunha: projetar a greve às demais classes proletárias, generalizá-la, para o que na manhã do dia seguinte seria forçoso destinar comissões para todas as casas de trabalho (...) para obterem o maior número de solidariedades”.<sup>203</sup>

De fato, a 3 de junho, a greve se generalizou. O *Diário de Notícias* daquele dia chegou a dizer que “os operários baianos que até hoje se tinham conservado inativos e impassíveis ante o movimento de protesto que se nota em todo o mundo, levantaram-se agora para defender os seus direitos, pugnar por suas reivindicações”. Observando o grande movimento associativo e o crescimento dos laços de solidariedade que se processavam no seio da classe trabalhadora, o articulista anunciava que “enquanto os dignos operários baianos se mantiverem dentro dos limites da lei, da ordem e da harmonia” teriam o apoio daquele e de todos os outros órgãos da “imprensa conscienciosa e justa”.

Na manhã daquele dia, as comissões formadas na véspera começaram a agir para cumprir as tarefas que lhes haviam sido designadas. Um desses grupos rapidamente se transformou numa *linha de piquete*, rumando para o Comércio, na Cidade Baixa, e conseguindo a adesão dos operários de várias construções que ainda se mantinham no trabalho, inclusive das *Obras do Porto* e da *Empresa de Construções Germano de Assis*. De lá, os operários voltaram até o *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, onde receberam novas adesões e partiram, por volta do meio-dia, para a Península de Itapagipe, ponto de encontro dos demais trabalhadores. Já incorporados os novos companheiros de luta, rumaram todos para a área industrial, onde conseguiram a adesão de milhares de operários,

---

<sup>203</sup> O Protesto do Operariado. A Conferência do Dr. Agripino Nazareth no Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros *O Tempo*, edições dos dias 6, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1919.

principalmente dos têxteis. Entre eles estavam os 1.400 operários da *Companhia Empório Industrial do Norte*, “que ali trabalhavam sob um regime de exploração e opressão bruscamente sucedido ao de liberalidade mantido na gestão do industrial Luiz Tarquinio”, disse Agripino Nazareth.<sup>204</sup> Os líderes grevistas convenceram a entrar no movimento também os 730 trabalhadores da *Fábrica Conceição*, onde “foram recebidos com entusiasmo pelos operários e operárias desse estabelecimento, silvando todos seus apitos em testemunho evidente de solidariedade ao movimento, paralisando em seguida o trabalho”. Arrastaram depois para o movimento os 150 operários da *Fábrica Fabril dos Fiais*, na qual “já a massa era colossal, e crescente o entusiasmo”. Os 120 operários da *Fábrica de Calçados Trocadero*, juntamente com outros 500 trabalhadores da *Fábrica Leite & Alves* (cigarros), 170 da *Fábrica A. Guimarães & Cia* (cigarros) e um número não calculado das fábricas *Martins Fernandes & Cia* (cigarros), *Mangueira*, *Beira-Mar* (têxtil), *Palmeira* e outras de vestuário, como a *Variiedades*, *Princesa do Norte* e *Caboclo*, e das *Oficinas Cezar Filho* também aderiram naquele dia. Por volta das 16 horas, os operários das *Docas Wilson e Sons* e os trabalhadores da *Companhia Linha Municipal* também paralisaram seu trabalho e “a chuva intermitente que caía (...), não apagou o brilho dessa jornada de reivindicações”, disse o editor do *Diário da Bahia*.<sup>205</sup>

A multidão operária, então, já havia se dividido em dois grupos, dos quais um foi em direção à Vitória e Barra, na Cidade Alta, onde conseguiu a adesão dos operários da *Fábrica de Xales Vitória*, da *Usina da Graça* e das oficinas da *Companhia Linha Circular*. De volta ao Centro, “sempre com vivas às classes trabalhadoras e ao dia de 8 horas de trabalho”, esses operários pararam em frente à sede da *Empresa de Asseio da Cidade*, no Largo Dois de Julho, quando os empregados em limpeza pública se incorporaram ao movimento. Ainda na Cidade Alta, integraram-se à greve cerca de 130 operários têxteis da *Fábrica São Salvador*, juntamente com outros 100 da *Fábrica de Calçados Stella*. Nesta última, os industriais já tinham concedido aos seus operários a jornada de 8 horas “espontaneamente”. Ainda assim, aqueles trabalhadores resolveram aderir ao movimento em sinal de solidariedade. Por volta das 19 horas, o outro grupo, que chegava a cerca de 5 mil operários, permaneceu na Cidade Baixa e decidiu enviar ao

<sup>204</sup> O Protesto do Operariado. A Conferência do Dr. Agripino Nazareth no Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros. *O Tempo*, edições dos dias 6, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1919.

<sup>205</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919, p. 1.

Palácio da Aclamação uma comissão encarregada de negociar com o governador Antônio Moniz. Acompanhados dos diretores do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, de Agripino Nazareth e de aproximadamente 2 mil operários, os membros da comissão “protestaram contra o indiferentismo do governo, no que é referente aos interesses e ao conforto das classes trabalhadoras”, ao mesmo tempo em que asseguravam que “o movimento era grevista pacífico, dentro da ordem e da lei, respeitando as autoridades constituídas e que, portanto, o operariado esperava que o poder executivo não continuasse quedo, na sua clássica negligência com relação à sorte do elemento mais poderoso do progresso e civilização”. Estas palavras “foram coroadas por longa salva de palmas”, e os operários ouviram do governador o compromisso de “agir em defesa dos reclamantes”.<sup>206</sup>

Os ferroviários, que aderiram ao movimento logo nas primeiras horas, manifestaram-se através da *Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia*. Esta oficiou ao *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* avisando-lhe que estava “coesa e de comum acordo com as demais classes em levante”, tendo a “subida honra de acompanhá-los na situação presente, a fim de fazer desaparecer os abusos que contra os operários existem”. Em seguida, como maior prova de tal apoio, os ferroviários da *Companhia Chemins de Fer* começaram a recolher todas as locomotivas na madrugada do dia 3, levando-as para a cidade de Alagoinhas, estando o tráfego de trens totalmente paralisado na manhã do dia 4 de junho.<sup>207</sup> Na pauta específica dos ferroviários, encontrava-se a reintegração dos companheiros que haviam sido demitidos em 1915, a jornada de 6 horas e o aumento salarial.<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919, p. 1; BPEB, *A Hora*, 4 de junho de 1919, p. 1.

<sup>207</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919, p. 1; BPEB, *A Hora*, 4 de junho de 1919, p. 1.

<sup>208</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919, p. 3. O trabalho na *Chemins de Fer* parecia realmente não trazer boas recordações aos operários demitidos de 1915 e um deles, José de Abreu Farias, pronunciou-se nos seguintes termos nas colunas do jornal *O Tempo*: “Chegando ao meu conhecimento de que os honrados e espoliados empregados da Chemins, ora em movimento muitíssimo justo e retardado, numa de suas cláusulas indicam a readmissão de empregados dispensados sem causa justificada desde 1915 para cá, sendo eu uma dessas vítimas dos bandidos Hypolito Mutazzi e Henri Martin, venho de público agradecer aos meus companheiros a parte em que me toca, oferecendo-lhes os meus préstimos onde quer que eu esteja, ao mesmo tempo em que declaro não aceitar a minha volta para o serviço de tão nefasta empresa, onde infelizmente perdi alguns anos de vida, pedindo a Deus que me livre de trabalhar ainda durante a minha vida em empresas que tenham como mandões canalhas iguais aos acima mencionados”. APEB, *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1.

Os padeiros, que haviam aderido no dia 2 ao movimento, apresentaram, no dia 3, sua pauta de reivindicações por meio da *Sociedade União dos Operários de Padaria*, que além da jornada de 8 horas e aumento salarial “em proporção ao trabalho e à força da padaria”, exigia também o revezamento noturno e o fim do serviço de entrega de pão. Essa entidade também enviou um ofício ao *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, assinado pelos diretores Constâncio Pereira Victório e Antônio F. dos Santos e por 200 outros sócios, no qual dizia-se “solidária com o movimento em prol dos nossos direitos ultrajados por todos aqueles que se julgam nossos donos”. Os padeiros avisavam que paralisariam suas atividades na manhã de 4 de junho e apenas “os hospitais, as casas de saúde e pias terão o fornecimento de pão”. Os empregados dos setores de serviços, a exemplo dos cafés, bares e hotéis e os trabalhadores em açougues, sob a liderança da *União dos Açougueiros* também abandonaram o trabalho. Os trabalhadores do *Cemitério Quinta dos Lázarus*, também paralisaram seu trabalho, reivindicando o pagamento de proventos atrasados e aumento salarial, além da ampliação do pessoal empregado naquela instituição. Segundos os reclamantes, os 5 coveiros e 2 pedreiros que lá estavam lotados eram em número insuficiente para enterrar os cerca de 25 a 30 corpos que chegavam diariamente, disso resultando estar o cemitério descuidado e mau-cheiroso. A entrada desses trabalhadores na greve trouxe como uma das conseqüências imediatas a exposição de “cadáveres insepultos” que entravam em processo de decomposição ao ar livre. Até mesmo os 1.300 operários têxteis da distante *Companhia Valença Industrial* parecem ter se incorporado ao movimento neste dia.<sup>209</sup> Ao todo, o número de operários grevistas foi calculado entre 10 e 12 mil.<sup>210</sup>

Ainda na noite do dia 3, percebendo que a greve tinha-se alastrado por todos os setores da vida econômica da cidade, os líderes operários fizeram uma nova assembléia no

---

<sup>209</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919, p. 1. A participação dos operários da *Companhia Valença Industrial* na greve geral é controvertida, sendo negada pela direção da empresa. Em suas palavras: “As duas greves verificadas nesta capital durante o ano de 1919 entre operários das fábricas de tecidos, felizmente não tiveram repercussão ou acolhimento por parte dos nossos operários, que se mostraram mais uma vez compenetrados dos seus deveres e amigos da nossa Companhia, alcançando vantagens relativas às horas de trabalho independente de qualquer exigência. Consignando esse fato altamente honroso para todos nós visamos enaltecer a conduta dos nossos operários, para louvá-los como eles bem merecem”. *Relatório da Direção da Companhia Valença Industrial Para Ser Apresentado na Assembléia Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, a Realizar-se em 24 de março de 1920, Acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal*. (Exercício de 1919). *Diário Oficial do Estado*, 21 de março de 1920.

<sup>210</sup> IGHBA, *A Tarde*, 4 de junho de 1919, p. 1.

*Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, na qual falou, por mais de 1 hora, Agripino Nazareth, seguido de vários sindicalistas. Fazendo um balanço da situação em que o movimento se encontrava e o que ainda precisava ser feito para assegurar a vitória da parede geral, o advogado socialista diagnosticou que as antigas comissões, formadas praticamente para atender aos interesses dos operários da construção civil, já não serviam aos propósitos mais amplos do momento. Propôs, então, a sua substituição por um *Comitê Central de Greve*, que dirigiria o movimento daquele momento em diante e do qual tomariam parte os diversos representantes das categorias operárias envolvidas, sendo de pronto aprovado. Uma das primeiras tarefas a que esse órgão se colocou foi redigir um *memorial* dirigido às autoridades e aos industriais, empreiteiros e patrões em geral, expondo as razões e reivindicações de todas as categorias em greve. Em seguida, deveria telegrafar aos senadores Ruy Barbosa e J. J. Scabra, solicitando-lhes que voltassem as suas atenções e esforços, no Congresso Nacional, para uma reforma da Constituição, visando incluir naquele texto os direitos conquistados pelos operários no *Tratado de Versalhes* (janeiro de 1919), tais como a proibição do trabalho de menores, a isonomia salarial entre homens e mulheres e a jornada de 8 horas. Telegramas deveriam ser expedidos também ao deputado Maurício de Lacerda, “grande defensor dos operários”, à *União dos Operários em Fábricas de Tecidos* e à *Associação de Imprensa*, ambas do Rio de Janeiro, solicitando apoio e solidariedade.<sup>211</sup>

No dia 4 de junho, os diretores do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, bem como os membros do *Comitê Central de Greve*, amanheceram ocupados em receber as diversas delegações operárias que vinham trazer as reivindicações específicas de suas categorias. Além disso, tinham que fazer paralisar o trabalho nos estabelecimento em que a greve estava sendo furada, a exemplo da *Fábrica Stella*, no Barbalho, da *Serraria*

---

<sup>211</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919, p. 1. A composição do *Comitê Central de Greve* era a seguinte: Constância Pereira Victorio (representando os pedreiros), Odilon Neves da Costa (representante dos pintores), Abílio Faustino de Assis (representando os operários da Usina da Graça), Tibúrcio Luiz Santos (Carpintaria Palmeira), Elcetério Bispo Ferreira e José Lúcio dos Santos (representantes dos operários da Fábrica Fabril dos Fiais, Nossa Senhora da Conceição e Luiz Tarquínio), Teophilo Felix do Nascimento (representante dos operários das obras do porto), Nathalio de Jesus (representante dos ferroviários da Chemins de Fer), Manoel da Costa (representante das Docas Wilson e Sons), Félix Bitencourt (representante das Oficinas Cezar Filho), Aristeu P. dos Santos (representante das obras do Asilo de Mendicância), Joaquim José Ferreira (representante das obras Germano de Assis), João dos Santos (representante da Fábrica Victoria), Guilherme Francisco Nery, Antônio Amaro Sant’Anna e Abílio José dos Santos Gomes (diretores do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros) e Damásio Simões (representante dos estucadores), além de Agripino Nazareth.

*Palmeira*, pertencente a Pedro Gordilho, da *Manufatura Variedades* e das obras da *Santa Casa de Misericórdia*.<sup>212</sup>

Enquanto isso, grupos de operários percorriam as ruas em “vivas delirantes”, um verdadeiro “frêmito de entusiasmo nas classes trabalhadoras”. Às 5 horas da madrugada, um desses grupos já havia chegado à Estação Ferroviária e ao Barracão da Calçada, ambos pertencentes a *Chemins de Fer*. Em frente aos prédios, uma força do Exército estava a postos “garantindo a propriedade federal”. Erguendo “vivas ao Brasil, ao operariado brasileiro e ao Exército Nacional”, os grevistas solicitaram apoio aos empregados que lá se encontravam. Estes, que já tinham, em sua maioria, aderido ao movimento no dia anterior, inclusive com o envio de 8 ou 10 locomotivas para a Estação de Aramary, em Alagoinhas, reafirmaram a sua adesão, juntando-se às linhas de piquetes. Já o Comandante da força, “disse que nada havia a recear, contanto que se mantivessem sempre dentro da ordem, pois o movimento era justo”. Para completar a paralisação de todo o sistema de transportes da cidade, os operários da *Companhia Linha Circular* que ainda estavam vacilantes, do *Gasômetro* e os marítimos da *Companhia de Navegação Baiana*, anunciaram sua entrada na greve, sendo seguidos pelos choferes e carroceiros.<sup>213</sup>

Retornando da Estação Ferroviária, os grevistas iam recebendo novas adesões e confirmação de outras, que haviam sido anunciadas nos dias anteriores. Ao passarem pelo Bairro Comercial, “encontraram-se com outros numerosos grupos, que vinham da Cidade Alta, com eles juntando-se e formando, assim, uma verdadeira multidão de cerca de 3 mil operários em vibrantes aclamações às classes operárias”. Dando continuidade à sua passeata pelo Comércio, a multidão de trabalhadores parou em fábricas e manufaturas de vestuário, incorporando ao movimento as muitas operárias de várias camisas, como a Princesa do Norte, Variedades, Caboclo, Modelo, Tude e Leão de Ouro. Mais adiante, conseguiram a adesão das obreiras da Casa Luiz Lobo e aproveitaram para registrar as reivindicações daquelas operárias, que além da jornada de 8 horas e aumento salarial, pleiteavam a supressão dos gastos com a compra de correias, azeite e linhas para as

---

<sup>212</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919, p. 3; *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 5 de junho de 1919, p. 1.

<sup>213</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 5 de junho de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919, p. 3; *O Tempo*, 5 de junho de 1919, p. 1.

máquinas de costuras e o fim da cobrança das multas.<sup>214</sup> Um operário encarregado de verificar a situação do movimento na Cidade Baixa chegou a exclamar, indignado, que a Camisaria Modelo estava cometendo muitos abusos, inclusive impondo reduções de salário e jornada de trabalho de 10 horas a suas operárias, que entravam às 7:30 e saíam às 17:30 horas, “sendo-lhes privado o direito de aquecer as suas comidas”.<sup>215</sup>

Ainda nesse terceiro dia de greve, a maré de adesões prosseguiu também em outras fábricas, manufaturas e oficinas. Os 535 operários têxteis da *Fábrica Bonfim*, 400 da mesma categoria que trabalhavam na *Fábrica Paraguaçu* e 100 da *Fábrica de Calçados Gama & Gama*, somaram-se a um número não calculado dos que trabalhavam na *Fábrica Marquesinho*, *Fábrica de Cristais Fratelli Vitta*, *Fábrica Manguelira*, *Fábrica Mira-Mar*, *Oficinas Belmonte* e nas dezenas de fabriquetas de chapéus, vassouras, cestos, papel e papelão, de perfumarias e flores, torrefações de café, além das oficinas de sapateiros da cidade, que também aderiram ao movimento naquele momento. Ao final do dia, após o encontro das multidões em passeatas vindas das duas partes da cidade, a greve já tinha atingido 15 mil operários.<sup>216</sup>

A entrada do operariado fabril na greve a partir dos dias 3 e 4 de junho, em particular o da indústria têxtil e de calçados, fez aparecer novas reivindicações. Agora, além da jornada de 8 horas e do aumento de salários, os trabalhadores passaram a exigir outras duas bandeiras gerais da classe operária, a isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções e a abolição do trabalho infantil, problemas centrais do trabalho industrial.<sup>217</sup>

No dia 5 de junho, o movimento atingiu o seu ápice, com a paralisação do trabalho em todos os setores de transportes terrestres urbanos (bondes da Circular, Municipal e Trilhos Centrais, carroças, automóveis), ferroviários (Chemins de Fer) e marítimos (Companhia de Navegação Baiana), fabril (têxtil, calçados, cigarros, alimentos etc.), usinas de geração de energia etc. Salvador já era dos operários.

Os membros do *Comitê Central de Greve*, bastante empolgados com o quadro, distribuíram um *boletim* dirigido aos trabalhadores, aos patrões e à população no qual

---

<sup>214</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2.

<sup>215</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919, p. 3.

<sup>216</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 5 de junho de 1919, p. 1; *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919, p. 3; *O Democrata*, 5 de junho de 1919, p. 1.

<sup>217</sup> APEB, *O Tempo*, 5 de junho de 1919, p. 1.

diziam não ter sido “em vão que o nosso advogado, dr. Agripino Nazareth, ontem nos disse que o sol hoje iluminaria a nossa vitória proletária”. O documento registrava, com satisfação, a paralisação completa da cidade e convocava os industriais e todos os outros patrões a comparecerem a uma reunião com os representantes operários no dia 6, momento em que se formulariam as bases de um acordo. Tomariam parte no evento, também, os representantes do governador, do chefe de polícia e de todos os jornais da cidade, fossem eles da situação ou da oposição. Concluiu explicitando “às autoridades constituídas, às classes conservadoras, aos políticos de todos os matizes e aos operários em geral que nada nos levará a lisonjear os interesses deste ou daquele partido”, posto que “o nosso lema é tudo pelos trabalhadores e só pelos trabalhadores”.<sup>218</sup>

Assim, logo nas primeiras horas da manhã, “extraordinário era o movimento de operários nas ruas, solicitando a adesão de todos os companheiros que ainda não haviam se manifestado”, e dando “vivas às classes trabalhadoras, aos seus defensores e ao seu advogado, dr. Agripino Nazareth, que vem se esforçando pela manutenção da ordem”. Por volta das 6 horas da manhã, grupos de grevistas dirigiram-se para a *Usina da Preguiça*, pertencente à *Companhia Linha Circular*, e convenceram os últimos trabalhadores daquela empresa a aderirem ao movimento de greve geral. Com isso, a cidade ficou completamente sem energia elétrica e sem luz. Ao mesmo tempo, outros grupos de piquetes se colocaram em frente aos portões de entrada dos *Barracões de Sant’Anna* e da *Graça*, garantindo que nenhum bonde saísse.<sup>219</sup>

A paralisação da usina geradora de eletricidade parece ter sido um ato ditado por uma radicalização não programada do movimento e estava mesmo em contradição com uma deliberação tomada na assembléia realizada no *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* no dia anterior, na qual se decidira que a mesma “trabalharia para que os jornais pudessem sair”.<sup>220</sup> A *Usina da Preguiça* e a *Usina da Graça* parecem ter sido encaradas pelos patrões como pontos estratégicos que não deveriam ser contaminados com movimentos reivindicatórios. Prova disso é que os seus operários já haviam tido aumentos salariais e diminuição de jornada de trabalho antes da eclosão da greve geral. No meio da greve, a

---

<sup>218</sup> Aos Trabalhadores! Aos Patrões! À População Baiana. Boletim do Comitê Central de Greve, 5 de junho de 1919. *O Tempo*, 6 de junho de 1919, p. 1 e *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919, p. 1.

<sup>219</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919, p. 1.

<sup>220</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2.

companhia chegou a anunciar outros aumentos para várias categorias, entre as quais a dos motoneiros, condutores, fiscais, subinspetores, inspetores e zeladores. Sabendo desses fatos, o *Diário da Bahia* opinou que essa adesão não tinha sentido e, alegando que a suspensão do fornecimento de energia prejudicaria os serviços hospitalares, da Assistência Pública e do Necrotério, “além do vexame enorme da falta de transportes”, concluiu seu apelo, dizendo que confiava na “prudência e reflexão dos grevistas”.<sup>221</sup> O *Jornal de Notícias* havia feito as mesmas ponderações, frisando que “a própria imprensa desprovida de motores particulares” ficaria impedida de circular “na defesa do mesmo operariado”.<sup>222</sup> As queixas tiveram seguimento no dia 6, quando foi dito que “esta atitude do operariado não foi de acordo com o desejo do Dr Agripino Nazareth, porquanto ficaram os hospitais, as casas de saúde, Maternidade Climério de Oliveira, os jornais etc. privados de energia elétrica”.<sup>223</sup>

Ainda no dia 5, os operários de bonde da *Linha Circular*, os choferes e os carroceiros suspenderam o trabalho e a circulação de veículos foi proibida, exceção feita aos da Assistência Pública e dos agentes de combate à *febre amarela*, que circulavam portando uma bandeira com uma cruz vermelha. Em decorrência disso, Cidade Alta e Baixa ficaram isoladas.<sup>224</sup> Na Ladeira da Montanha, elo entre essas duas áreas de Salvador, piquetes impediam a passagem de carroças e carros conduzidos por motoristas insistentes e “grupos de operários exaltados furam os pneumáticos dos automóveis, impedindo-os de circular”. A confusão gerada por essa atitude foi tanta, “que um chofer puxou do revólver, sendo, porém, impedido de atirar”. Os 33 operários da *Fábrica de Macarrão Progresso*, juntamente com as telefonistas e os alfaiates também aderiram ao movimento nessa ocasião. Estes últimos, inclusive, fundaram, com a presença de 100 companheiros, a *Sociedade dos Oficiais Alfaiates* nesse dia e apresentaram as reivindicações de jornada de 8 horas e aumento de 30% sobre os salários de empreitada e 20% nas diárias.<sup>225</sup>

O dia 5 de junho foi realmente bastante agitado. Por volta das 14 horas, um grande número de operários se concentrou em frente à sede do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* e logo iniciou uma grande passeata pela cidade. Começando pelo Maciel, o

<sup>221</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 5 de junho de 1919, p. 1.

<sup>222</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919, p. 3.

<sup>223</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919, p. 1.

<sup>224</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2; *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919, p. 1.

<sup>225</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919, pp. 1-2; *O Tempo*, 6 de junho de 1919, p. 1.

préstito foi percorrendo as ruas do Centro, Misericórdia, Praça Rio Branco, Rua Chile, Praça Castro Alves, São Bento, São Pedro, Rua do Cabeça, Praça da Piedade, Largo das Mercês, Rua do Rosário até chegar ao Palácio da Aclamação. Lá chegando, uma comissão entregou ao governador Antônio Moniz “uma justa representação do operariado”, ao que este apareceu à janela, “sendo aclamado em entusiasmo pela compacta massa popular (...), reafirmando o seu apoio decidido à causa do proletariado”. Em seguida, alguns membros do *Comitê Central de Greve* se pronunciaram, “aconselhando sempre calma, ordem e respeito à lei”, e depois conduziram a multidão em torno do Campo Grande, retornaram pelo percurso anterior e, incorporando novos membros, foram até a Praça Rio Branco, onde já contava, “sem exagero”, 15 mil pessoas. De volta à sede do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, os numerosos operários passaram a ouvir os discursos de diversos oradores que falavam das sacadas daquela entidade, “concitando as classes trabalhadoras à não esmorecerem”. Nessa ocasião, chegou o “intrépido jornalista Simões Filho”, editor de *A Tarde*, dizendo estar ali para dar “apoio incondicional aos operários”. Às 16 horas, Agripino Nazareth e alguns membros do *Comitê Central de Greve* intermediaram uma reunião com jornalistas e operários da *Usina da Preguiça*, na qual os diretores da *Linha Circular* insistiam no restabelecimento da produção e fornecimento de energia e tráfego de bondes, mas “nada pôde ficar assentado, porque os grevistas de outros ramos de trabalho exigiram que não houvesse acordo parcial”. O último ato daquele dia 5 ocorreu aproximadamente às 21 horas, na Calçada do Bonfim, quando populares chegaram à Estação Ferroviária, impedindo que 3 carros de carne, procedentes de Mata de São João e pertencentes à Amado Bahia, o *rei do bife*, fossem transportadas aos açougues.<sup>226</sup>

Assustados com a dimensão que o movimento estava tomando, os representantes dos interesses capitalistas não tardaram a se manifestar. Assim, o editor do *Diário da Bahia*, possivelmente o porta-voz mais autorizado dos industriais reconhecia, naquele movimentado dia 5 de junho, que as reivindicações operárias eram justas, mas que era necessário que os trabalhadores tivessem a “maior calma e prudência máxima”, pois “a solução do grande problema está justamente no acordo e na harmonia do capital e do trabalho”. Essa conciliação entre tais interesses industriais e operários seria possível porque “os capitalistas, os diretores de fábricas, os que se acham à testa das empresas estão

---

<sup>226</sup> APEB, *O Tempo*, 6 de junho de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919, p. 1

dispostos a atendê-los no que for de justiça”. Dessa lógica decorria que o articulista chamava os operários a ouvirem “a voz da sua consciência e a palavra de seus fiéis amigos” e “voltassem todos à faina quotidiana sem prejuízo das suas justas reclamações”.<sup>227</sup>

Já a *Associação Comercial da Bahia*, reuniu a sua diretoria no dia 5 e entrou em sessão permanente até o dia 9 de junho, intervalo em que, segundo os comerciantes, a greve geral adquiriu o caráter de “grande anarquia e subversão da ordem”. A partir de então, essa entidade e o *Centro Industrial do Algodão*, passaram a discutir o problema com seus associados, com o governador e com a oposição ligada a Ruy Barbosa.<sup>228</sup>

No dia 6, a cidade continuou sem eletricidade, luz, telefones, transportes e com a vida econômica e industrial totalmente paralisada. Mas não parava por aí. Novas adesões dos últimos setores ainda reticentes, passeatas, negociações, reuniões operárias e discussões entre os trabalhadores, seus patrões e o governo compuseram o quadro daquele dia. Assim, “apesar da manhã chuvosa, (...) desde cedo, numerosos grupos grevistas percorriam as principais ruas da Cidade Baixa e Alta, em constantes aclamações às classes trabalhadoras”. Na esteira dessa movimentação, os carregadores das docas, os operários das alvarengas e os sapateiros das muitas oficinas da cidade, declararam-se em greve, “indo engrossar o grupo dos reclamantes que permaneciam sempre em ordem”. O Comércio, que havia cerrado suas portas alegando falta de garantias, continuou fechado. Os próprios homens de sua *Guarda Noturna* também ameaçaram abandonar os seus postos caso não fossem contemplados na reivindicação de diminuição da jornada de trabalho de 13 para 12 horas/dia, remuneradas à razão de 12\$000. Os alfaiates, que no dia anterior haviam fundado seu sindicato e aderido ao movimento, já podiam se gabar, no dia 6, que tinham paralisado o trabalho em 22 alfaiatarias e estariam reunidos em assembléia a partir das 10 horas da manhã.<sup>229</sup>

Ainda pela manhã, “um numeroso grupo de operários se dirigia às pensões da rua Chile e adjacências para intimar os empregados a incorporarem-se ao movimento”. Lá chegando, Mário Leal, um professor da Faculdade de Medicina que possuía consultório naquela localidade, teria “mostrado com isenção de ânimo a improficuidade do movimento

<sup>227</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919, p. 1

<sup>228</sup> ACB, *Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia (1917-1921)*, 2ª Sessão Ordinária e Continuada da Diretoria da ACB, 5 a 9 de junho de 1919, pp. 164-166.

<sup>229</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919, p. 1; *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1. As alfaiatarias paralisadas eram: Ozéas, Silva, Lacerda, Mattos, Bazar 65, Moreira, Villaça, Variedades, Araújo, Luso, Louvre, Madrid, Colonial, Medeiros, Brasil, Tesoura, Baiana, Bloco, Abílio, Sampaio, Pedreira e Chile.

tal qual se estava fazendo, sem diretriz prática”. Em sua opinião, os operários deviam ceder às intenções dos patrões quanto à formação de “comissões pouco numerosas” em substituição ao *Comitê Central de Greve*, pois os mesmos tinham “boa vontade de atender às justas pretensões operárias”. Disse ainda o “talentoso e digno professor”, claramente vinculado à oposição ruista, que “o operário não podia e não devia separar-se dos patrões, porquanto tinham os seus interesses estreita e indissolavelmente ligados” e que “da harmonia das duas forças nasce o progresso, a força e a beleza das nações”. Finalizava apelando para o “espírito ordeiro do povo baiano”, que não devia se deixar “arrastar pelas vozes caçadoras da politicagem”, que queriam “dourar a popularidade do governo entre as classes trabalhadoras”.<sup>230</sup>

Já os bancos estrangeiros, temendo maiores tumultos, solicitaram garantias ao governo do estado para funcionar. Até o Cônsul da Noruega resolveu pedir providências ao general inspetor da região “para que o seu automóvel tivesse livre trânsito pelas ruas da cidade, uma vez que necessitava comparecer diariamente à sede do Consulado, que fica bastante longe da sua residência”.<sup>231</sup> O clima realmente parecia tenso, pois houve boatos de que a fábrica de cigarros e artefatos de fumo *Cruz e Ruas* teria sido “dinamitada” pelos grevistas que, em seguida, “percorreram as ruas da cidade em atitude ameaçadora”.<sup>232</sup>

Mas, junto com a euforia, vigorava uma “ansiedade geral” em função da “anunciada conferência dos trabalhadores com as classes conservadoras”. De fato, por volta das 9 horas da manhã, os diretores da *Associação Comercial* fizeram uma primeira reunião “a fim de discutir a situação de insegurança em que se encontra o comércio”. A sessão teria sido “animadíssima”, com o seu presidente, Rodolpho Martins, relatando o resultado do encontro que tivera com o governador no momento anterior. Os comerciantes resolveram, então, enviar um ofício a Antônio Moniz, invocando os interesses “das figuras mais representativas do comércio e da indústria”, ratificando o “pedido de providências (...) no sentido de ser restaurada a ordem pública, aqui perturbada por elementos exaltados”. Salientavam que a consecução de tal objetivo só seria possível com “as medidas mais enérgicas e decisivas, que suprimam esta situação de insegurança e instabilidade”. Além

---

<sup>230</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>231</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919, p. 1; *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>232</sup> BPEB, *A Ordem*, 7 de junho de 1919, p. 1. Esse é um fato duvidoso, pois nenhum outro jornal da capital, fosse ele vinculado ao governo ou à oposição, confirmou tal informação.

disso, pediam o fim das ações feitas pelas comissões de piquetes, posto que os operários de alguns estabelecimentos estariam sendo “obrigados a co-participar da greve, sem que de modo nenhum a desejassem”, mas eram “instados por elementos estranhos, apoiados por autoridades policiais”. Finalmente, arrogando-se a falar em nome de “toda a sociedade baiana”, os comerciantes e industriais exigiam, entre outros, a “liberdade de trabalho assegurada para todos aqueles que desejem voltar aos seus serviços habituais”, a liberdade de locomoção “sem quaisquer constrangimentos ou coações”, e o restabelecimento de todos os meios de transportes, luz, energia e telefone.<sup>233</sup>

Convidado ao Palácio da Aclamação, o presidente da *Associação Comercial* ouviu do governador Antônio Moniz que, ao contrário do que aquele comerciante havia dito, “na Bahia o que se verifica é um movimento grevista, a exemplo do que se tem observado em vários outros estados da República e no estrangeiro, não tendo havido ainda perturbação da ordem”. Quanto aos “incidentes ocorridos”, dizia o governador, providências estavam sendo tomadas, “evitando o emprego de meios violentos, que os fatos não justificam”. Ainda assim, assegurava que “o governo se sentia habilitado a garantir a ordem”. Finalmente, Antônio Moniz informava que antes de atender ao presidente da Associação Comercial, já havia sido procurado por uma comissão de operários e seu advogado, Agripino Nazareth, que lhe pediram para mediar as negociações com os patrões. O governador teria achado a iniciativa bastante positiva e indagava se era do interesse dos comerciantes e industriais a promoção de uma reunião com as partes interessadas.<sup>234</sup>

Poucas horas depois, os diretores da *Associação Comercial* fizeram uma segunda reunião, na qual seu presidente relatou, aos comerciantes e industriais presentes, a intenção do governador de promover um encontro de negociação entre os patrões e o *Comitê Central de Greve*. Na resposta que enviaram a Antônio Moniz, diziam que os industriais estavam dispostos a receber os operários de suas fábricas, “por meio de pequenas delegações”, no *Centro Industrial do Algodão*, em hora a ser anunciada pela imprensa da manhã do dia 7.<sup>235</sup> Ao receber essa missiva, Antônio Moniz remeteu outra a Rodolpho Martins, na qual dizia haver uma omissão grave em sua carta, chamando a atenção que na

---

<sup>233</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>234</sup> APEB, *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>235</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919, p. 1.

mesma só havia um convite aos operários das fábricas e que a solução do problema com brevidade dependia de uma convocação de todos os patrões e operários.<sup>236</sup>

Aproximadamente às 13 horas, a diretoria da *Associação Comercial* chegou ao Palácio da Aclamação, onde já se encontrava Agripino Nazareth, “a fim de combinar, juntamente com o Poder Executivo, as medidas mais práticas para solucionar o caso”. Desse encontro saiu a deliberação de se fazer uma grande reunião para o dia seguinte, a qual compareceriam os membros do *Comitê Central de Greve*, Agripino Nazareth, a diretoria da *Associação Comercial*, os industriais, diretores de companhias e empresas, empreiteiros, representantes de toda a imprensa, um representante do governo e o chefe de polícia. Ao sair desse encontro, Agripino Nazareth seguiu direto para o *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* e de uma das janelas daquela entidade, comunicou aos operários os últimos encaminhamentos.<sup>237</sup> O governador continuou tratando da greve com Narciso da Boa Morte, representante da *Sociedade dos Maquinistas*, e com João Baptista do Espírito Santo, delegado da *União dos Fogueiros*. Depois esteve no Palácio da Aclamação a diretoria do *Centro Operário da Bahia*, declarando ao governador “os seus intuitos pacíficos e a sua ação de ordem no sentido de se evitar que se ferissem os mais legítimos interesses da população”.<sup>238</sup>

Já o *Comitê Central de Greve*, preocupado em impedir acordos parciais, distribuiu um novo boletim, no qual afirmava que nenhum acordo seria assinado “antes de ser submetido à aprovação geral dos grevistas” e que nenhuma solução para a crise seria aceita caso implicasse na abdicção da jornada de 8 horas, do aumento salarial (variável entre 30 e 50%), na isonomia entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções, no direito de associação ou na garantia contra as demissões motivadas por perseguição política em função da greve.<sup>239</sup>

No sábado, dia 7 de junho, porém, acordos foram feitos permitindo que padarias e açougues fossem reabertos e que os serviços telefônicos, de luz e bondes fossem restabelecidos.<sup>240</sup> A justificativa, naturalmente, passou pelo fato de que tanto a *Associação dos Estabelecimentos de Padaria*, quanto a *Companhia Linha Circular* já haviam cedido

<sup>236</sup> APEB, *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>237</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>238</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 7 de junho de 1919.

<sup>239</sup> Boletim do Comitê Central de Greve (Fragmento). *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1.

<sup>240</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 8 de junho de 1919.

nas reivindicações de seus trabalhadores, inclusive quanto ao aumento salarial (20% no caso dos padeiros) e jornada de trabalho de 8 horas.<sup>241</sup> Mas, independente de terem voltado ao trabalho no dia 7, o dia anterior fora particularmente proveitoso, do ponto de vista organizativo, para os empregados desta última empresa. É que cerca de 50 trabalhadores, entre condutores, motomeiros e fiscais das companhias de bondes e usinas de geração e distribuição de energia elétrica, que até então se encontravam desorganizados, tiveram a iniciativa de fundar o sindicato de resistência de sua categoria, a *Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica*.<sup>242</sup>

Apesar desses acordos parciais, na realidade o dia 7 de junho foi marcado pelas tentativas do grosso do empresariado comercial e industrial de obstruir toda e qualquer possibilidade de acordo com seus operários, num movimento claro de tentar vencê-los pela fome e para desestabilizar o governo de Antônio Moniz e o PRD. Assim, logo nas primeiras horas da manhã daquele sábado, sob o argumento de que “discursos subversivos ainda hoje pronunciados em reuniões populares” se relacionavam com a denúncia de que o comércio seria saqueado, a Associação Comercial da Bahia lançou-se numa campanha marcada pelo envio de telegramas ao juiz federal Paulo Martins Fontes, ao presidente da república Delfin Moreira, à Associação Comercial do Rio de Janeiro e ao *Jornal do Comércio*, também da Capital da República. À autoridade judiciária federal, os comerciantes e industriais se queixavam que a cidade estava mergulhada numa “crise grevista” que assumia, de momento a momento, “proporções assustadoras”, pois estavam sendo pronunciados “discursos incendiários de mandatários dos grevistas” aconselhando o “saque ao comércio”. Ao presidente foi dito que há dias Salvador estava sem “luz, pão, carne, serviço telefônico e tráfego de qualquer espécie”, não se encontrando “um só policial ou guarda civil” nas ruas, do que se aproveitava o “advogado grevista” para aconselhar o saque e a desordem. Finalizava pedindo a adoção de medidas que visassem a garantir a integridade de suas propriedades e a continuidade dos seus negócios, discurso que foi reproduzido para a imprensa e para as demais associações patronais. O próprio presidente do *Superior Tribunal do Estado* telegrafou ao presidente da república reforçando as

---

<sup>241</sup> APEB, *O Tempo, O Imparcial e Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919.

<sup>242</sup> APEB, *O Tempo*, 6 de junho de 1919; Estatutos da Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica. *Diário Oficial do Estado*, 1º de fevereiro de 1920. A primeira fonte indica a fundação dessa sociedade no dia 6, mas os estatutos foram registrados e publicados com a data de 11 de junho de 1919.

acusações da Associação Comercial contra o governador Antônio Moniz e o suposto acordo que o mesmo mantinha com os grevistas para liquidar o comércio e a indústria da Bahia.<sup>243</sup> Seja como for, os planos desestabilizadores do governo Moniz não deram certo, pois o próprio presidente da república disponibilizou as tropas federais para aquela autoridade.<sup>244</sup>

Apesar das provocações, o governador chamou os diretores da Associação Comercial ao Palácio da Aclamação com o intuito de promover as novas negociações, reafirmando sua disposição e capacidade para manter a ordem pública e a liberdade de trabalho. Informou, também, o presidente da república e o ministro do interior acerca dos acontecimentos e negociações, negando a existência de perturbação da ordem na Bahia. O chefe de polícia chegou a mandar montar guarda nos bancos estrangeiros e no comércio, a fim de evitar eventuais problemas causados pela entrada na greve dos 30 membros da *Guarda Noturna do Comércio*. Em resposta, os empresários disseram que desejavam o restabelecimento da normalidade o mais breve possível e que tanto comerciantes quanto industriais, inclusive os têxteis, estavam dispostos a atender às reivindicações dos trabalhadores.<sup>245</sup>

Como forma de quebrar a resistência do patronato, em sua grande maioria umbilicalmente ligado à oposição capitaneada por Ruy Barbosa, Agripino Nazareth teve a idéia de convidar Simões Filho, editor do jornal *A Tarde* e um dos mais raivosos inimigos da situação scabrista, para, de modo insuspeito, intermediar as negociações entre o patronato e o operariado. Por esse meio, o líder socialista desejava demonstrar também a independência da classe operária e de suas organizações sindicais frente ao governo de Antônio Moniz, o senador J. J. Seabra e demais políticos do PRD. Apesar da posição contrária de alguns operários, a proposta foi encaminhada e Simões Filho aceitou a incumbência.<sup>246</sup>

Assim, na manhã de domingo, 8 de junho, o referido jornalista e uma comissão de operários foram até o *Clube Caixeiral*, onde estavam reunidos vários comerciantes e industriais, e solicitou dos mesmos uma reunião entre patrões e trabalhadores. Rodolpho

---

<sup>243</sup> ACB, *Relatório da Diretoria da Associação Comercial da Bahia, Apresentado e Aprovado em Reunião da Assembléia Geral Ordinária de 23 de Março de 1920 (Referente ao Ano de 1919)*, Salvador, Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, pp. 91-109.

<sup>244</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10 e 11 de junho de 1919.

<sup>245</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 8 de junho de 1919.

<sup>246</sup> O Protesto do Operariado. A Conferência do Dr. Agripino Nazareth no Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros. *O Tempo*, edições dos dias 6, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1919.

Martins, o presidente da Associação Comercial, informou que já havia um encontro marcado para o dia 9, quando os industriais estariam atendendo seus operários das 10 da manhã até às 17 horas no *Centro Industrial do Algodão*. Mas Simões Filho invocou a necessidade de antecipar tal reunião para o mesmo dia, à tarde, o que foi aceito. Assim, por volta das 15 horas, chegavam àquele local as delegações operárias da *Companhia Empório Industrial do Norte* e *Companhia Fabril dos Fiais*, fábricas *Conceição*, *Paraguaçu*, *Leite & Alves*, *Martins Fernandes & Cia.*, *Camisaria Caboclo*, ferroviários da *Chemins de Fer* e operários das obras do porto, além do *Comitê Central de Greve* e de Agripino Nazareth. A maior parte dos presentes era formada por mulheres, que fizeram diversas queixas e reivindicações. Uma das operárias chegou mesmo a denunciar que as condições de trabalho nas fábricas têxteis eram tão ruins que já havia perdido o pai e duas tias em função de tuberculose adquirida na fábrica de Luiz Tarquinio. As negociações prosseguiram até às 19 horas, quando foram suspensas sem que nada ficasse acertado. Uma nova rodada de negociações foi, então, marcada para o dia seguinte, na vã expectativa de marginalizar e isolar Agripino Nazareth e o *Comitê Central de Greve*.<sup>247</sup>

Contudo, na segunda-feira, dia 9 de junho, os empresários, principalmente os industriais têxteis, cederam às reivindicações operárias. Naquela data, por volta do meio-dia, o *Centro Industrial do Algodão* divulgou um boletim em nome de suas associadas (Companhia Progresso Industrial da Bahia, Companhia Empório Industrial do Norte, Companhia União Fabril da Bahia, Companhia Fabril dos Fiais, Companhia Valença Industrial e Fábrica Beira-Mar) no qual estabelecia o seguinte: 1) jornada de trabalho de 8 horas; 2) isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções; 3) manutenção dos mesmos valores das diárias dos jornaleiros a despeito da diminuição da jornada; 4) aumento de 20% sobre as empreitadas; 5) estabilidade no emprego para os operários que tomaram parte no movimento (considerados pelas companhias como não grevistas); 6) reversão de todas as multas para as caixas de beneficência das fábricas e companhias; 7) liberdade de organização para patrões e operários “dentro da legislação vigente”. Com o objetivo de desqualificar o papel cumprido pela liderança socialista, os industriais diziam em seu documento que os pleitos dos operários já tinham sido “objeto de estudo atento e dedicado” por parte dos seus patrões muito antes do movimento.

<sup>247</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 11 de junho de 1919, p. 1; *O Tempo*, 9 de junho de 1919, p. 1.

Finalizavam dizendo que os outros pontos de “recíproco interesse” ficariam adiados até a promulgação da Lei Federal do Trabalho, “aguardada na vigente legislatura”.<sup>248</sup>

O mesmo começou a ocorrer em outros ramos. O *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* também conseguiu arrancar as reivindicações de aumento salarial e jornada de 8 horas para os operários da construção civil que trabalhavam nas obras do Estado, tendo cumprido um papel de vanguarda dirigente da greve geral até o fim.<sup>249</sup> A *Sociedade União dos Marmoristas*, que havia aderido naquele mesmo momento, também conseguiu alcançar suas pretensões e assinou um acordo pelo qual seus associados ganharam aumentos variáveis entre 20 e 30%.<sup>250</sup> Agripino Nazareth e o *Comitê Central de Greve* intermediaram, também, as negociações entre os proprietários de 17 oficinas de calçados e seus operários sapateiros, do que resultou um acordo no qual estes últimos conseguiram a jornada de 8 horas e aumentos nos valores das empreitadas e diárias. As obras de primeira seriam remuneradas à razão de 10\$000 para os homens e 9\$000 para as mulheres. As demais obras de empreitada e as diárias seriam pagas com aumentos de 20% para ambos os sexos. Além disso, os operários sapateiros teriam seu direito de organização respeitado e nenhum grevista seria demitido.<sup>251</sup> Agripino Nazareth chegou a dizer aos operários que “os patrões, na sua maioria, procrastinavam a solução da greve, fugindo a encontros previamente combinados, fiando que as torturas da fome vos arrastassem à volta ao trabalho, sem nenhuma vantagem obtida e com a humilhação da derrota”. Segundo esse líder socialista, os proprietários de sapatarias foram exceções a essa “regra vergonhosa”, posto que “breves entendimentos resolviam o conflito de interesses, sem irritações nem atitudes hostis de parte a parte”.<sup>252</sup>

Considerando os acordos já feitos e os últimos entendimentos que se realizavam, o governo emitiu uma nota oficial na qual dizia que o movimento caminhava para o fim e que todas as providências estavam sendo tomadas para que a cidade voltasse ao normal no dia seguinte. Chamava a atenção que o tráfego das linhas de bondes e a geração e distribuição de eletricidade e iluminação só não haviam sido restabelecidos em função de dificuldades

---

<sup>248</sup> Boletim do Centro Industrial do Algodão. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10 de junho de 1919 e *O Tempo*, 10 de junho de 1919, p. 1.

<sup>249</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10 de junho de 1919.

<sup>250</sup> AEL-UNICAMP, *Germinál*, ano I, nº 3, 1º de maio de 1920, p. 11.

<sup>251</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1919.

<sup>252</sup> O Protesto do Operariado. A Conferência do Dr. Agripino Nazareth no Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros. *O Tempo*, edições dos dias 6, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1919.

para acionar as usinas. Já a *Associação Comercial*, de posse dessas declarações, afirmou que no dia 10 de junho o comércio e as fábricas seriam reabertos, o que de fato aconteceu.<sup>253</sup>

Na zona portuária, os operários das *Docas Wilson & Sons* aderiram ao movimento desde o início e foram atendidos em suas reivindicações já no dia 4 de junho, permanecendo na greve até aquele momento em sinal de solidariedade.<sup>254</sup> As informações acerca da adesão das outras categorias portuárias ao movimento não são muito precisas. Tudo indica que os alvarengueiros<sup>255</sup>, carregadores das docas e estivadores entraram em greve no sábado, dia 7 de junho. Também não conhecemos as reivindicações específicas de todas as categorias portuárias envolvidas, mas sabemos que os alvarengueiros estavam exigindo a jornada de 8 horas e diárias de 8\$000 no turno do dia e jornada de 6 horas e diárias de 12\$000 no noturno. Entretanto, a importância das atividades econômicas desenvolvidas pelos operários do porto para a estrutura produtiva do estado merece um destaque especial. Suas reivindicações não se diferiam substancialmente das de outros estratos e frações de classe do operariado. O que realmente chama a atenção é a relativa rapidez e facilidade com que são atendidas as referidas reivindicações, o que está em contradição com a postura geral do empresariado da época, que se mostrou bastante recalcitrante em relação aos pleitos do operariado. Já no dia 11, o superintendente das *Docas de Salvador* e o diretor da *Companhia de Transportes Marítimos* procuraram o governador e convenceram-no a instar o deputado federal Lauro Villas-Boas a buscar uma solução para a crise junto aos sindicatos operários do porto. No dia 12 de junho, esses trabalhadores fecharam o acordo com uma vitória parcial de aumento salarial.<sup>256</sup>

Como já deve ter ficado claro, o porto de Salvador era essencial para o conjunto da economia baiana em função do papel que cumpria nos negócios de exportação e importação. Sua paralisação implicava sempre em perdas econômicas para os empresários e de receita para o Estado. Durante a greve geral de 1919, esse era exatamente um dos

---

<sup>253</sup> APEB, *O Imparcial*, 11 de junho de 1919; *O Tempo*, 9 de junho de 1919, p. 1; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11 de junho de 1919.

<sup>254</sup> APEB, *O Tempo*, 5 de junho de 1919, p. 1.

<sup>255</sup> O termo designava tanto o dono como o tripulante da alvarenga, espécie de embarcação utilizada para carga e descarga de navios. No presente caso, contudo, trata-se da segunda opção, ou seja, diz respeito aos trabalhadores responsáveis pela carga e descarga das mercadorias que aportavam e/ou eram despachadas a partir do Porto de Salvador.

<sup>256</sup> APEB, *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1919, p. 1; *Diário da Bahia*, 12 e 13 de junho de 1919, p. 1

problemas que preocupavam as classes dominantes baianas, pois o Porto de Salvador era a única forma de escoar a produção agrícola e de matérias-primas do estado para os clientes estrangeiros e receber destes os manufaturados aqui inexistentes. As fontes consultadas noticiaram grandes prejuízos no período da greve. A embarcação *Ipanema*, por exemplo, procedente do sul do país, não conseguiu descarregar as 450 toneladas de alimentos que se destinavam ao comércio varejista, sendo obrigado a enviar a referida carga a Pernambuco, o mesmo ocorrendo com as 350 toneladas do *Itatinga* e as 250 do *Itaituba*. As embarcações *Chicago Brilge*, com 3.139 toneladas de máquinas para usinas, estradas de ferro etc., procedente de Nova Iorque, e *Itiabo*, com suas 450 toneladas, vindo da Inglaterra, também foram impedidas de descarregar suas mercadorias e carregar com os gêneros da Bahia. As exportações de 359 toneladas de borracha, fumo e cacau, encomendados pela França, também não ocorreram.<sup>257</sup>

Os trabalhadores da *Imprensa Oficial da Bahia*, que já desfrutavam do regime de trabalho de 8 horas diárias desde 1915<sup>258</sup>, tiveram seus salários aumentados a partir do dia 17 de junho de 1919.<sup>259</sup> Entre os gráficos da grande imprensa diária também houve movimentação para a consecução de aumentos salariais e apesar de não terem entrado em greve, um *Comitê Gráfico de Resistência* foi formado, encaminhando suas reivindicações às redações dos jornais.<sup>260</sup> Porém, a maior conquista dos *artistas gráficos* parece ter sido no campo organizativo. De 1870 até aquele momento, eles haviam se agregado apenas em bases mutualistas na *Associação Tipográfica Baiana*.<sup>261</sup> Em 8 de junho de 1919, entretanto, esse setor operário organizou-se em torno de um sindicato de resistência,

<sup>257</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 12 e 13 de junho de 1919 e *O Tempo*, 6 de junho de 1919.

<sup>258</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de junho de 1919.

<sup>259</sup> APEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de junho de 1919. Fundada em 7 de setembro de 1915, a *Imprensa Oficial do Estado da Bahia* empregava, em 1923, 588 trabalhadores. Destes, apenas 35 eram do quadro efetivo, ao passo que os demais eram operários diaristas distribuídos pela Seção de Obras (190), Seção de Encadernação (185), Seção de Comp<sup>o</sup> Mecânica (15) e Seção Diário Oficial (163). Honestilio Coutinho, *Imprensa Oficial do Estado. Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, pp. 215-218.

<sup>260</sup> APEB, *O Tempo*, 7 de junho de 1919, p. 1. O *Comitê Gráfico de Resistência* era formado pelos seguintes trabalhadores: Theodomiro Baptista, Cetano de Carvalho, Paulino Freitas, Edgard Guedes e Ludgero Ribeiro.

<sup>261</sup> BPEB, *Diário Oficial do Estado da Bahia – Edição Especial do Centenário*, 2 de julho de 1923, p. 397. Ver também os relatórios da *Associação Tipográfica Baiana* dos anos 1904 a 1938 indicados na seção de fontes.

fundando a *União Gráfica Baiana*, que levou uma vida harmoniosa com sua antecessora, inclusive partilhando com ela a mesma sede social.<sup>262</sup>

O final da greve geral assinalou uma mudança radical na avaliação que a imprensa vinculada a Ruy Barbosa fazia do movimento. Até então, aqueles setores não se diferenciavam muito dos jornais ligados ao governo. A greve era tratada por ambos como um movimento justo, legítimo e pacífico, merecedor de apoio de ambas as facções oligárquicas. Porém, não existiam inocentes ou bem-intencionados no jogo político das oligarquias baianas e os dois grupos almejavam atirar a classe operária contra seu opositor, do mesmo modo que a classe operária tirava proveito da cisão entre os mesmos. A maior parte dos sindicatos, porém, principalmente os ligados a Agripino Nazareth, manteve uma posição de relativa neutralidade, ao passo que outros ratificaram sua posição de apoio explícito ao PRD, caso dos portuários. Fracassadas as tentativas de usar a classe operária contra Antônio Moniz e os políticos do PRD, a imprensa ruista passou a atacar violentamente o movimento operário, taxando a greve geral de anarquista, subversiva, perturbadora da ordem pública e subvencionada pelo “maximalismo oficial” do governador.<sup>263</sup>

De fato, no dia 15 de junho, como coroamento da vitória, Agripino Nazareth e o *Comitê Central de Greve* promoveram um ato público de homenagem e reconhecimento da postura positiva assumida pelo governador em face do movimento operário. Concentrados na Praça 15 de Novembro, os operários e suas lideranças saíram em passeata às 18 horas seguindo o tradicional percurso pelo Centro de Salvador. Acompanhados por diversas bandas de música, rumaram em direção ao Palácio da Aclamação, onde encontraram o governador em uma das janelas a ouvir Agripino Nazareth pronunciar “vibrante alocução” agradecendo a Antônio Moniz os “serviços que foram prestados à causa operária”. O governador agradeceu a distinção e disse que “no posto que lhe fora confiado pelo povo baiano, a sua preocupação maior era a consciência do cumprimento do dever, empenho pela grandeza e felicidade da Bahia”.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> Estatutos da União Gráfica Baiana. *Diário Oficial do Estado*, 21 de fevereiro de 1920.

<sup>263</sup> Ver principalmente as edições do *Diário da Bahia*, 11 de junho de 1919, p. 1 (“O Soviete dos Monizes”) e *Diário de Notícias*, 10 de junho de 1919, p. 1 (“Greve, não Anarquia!”).

<sup>264</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 17 de junho de 1919, p. 3.

## Considerações Finais: Desdobramentos

A greve geral da classe operária de Salvador chegou ao final vitoriosa para a maioria dos que cruzaram os braços e foram às ruas lutar por salários mais dignos e melhores condições de vida e de trabalho. Os operários metalúrgicos, das fábricas de cigarros, das manufaturas e oficinas de roupas e das ferrovias desapareceram dos jornais. Podem ter sido derrotados, mas também podem ter obtido acordos parciais favoráveis. Os trabalhadores da construção civil, das companhias de bondes, luz e força, os têxteis, sapateiros, marmoristas, padeiros, carregadores, estivadores e marítimos conseguiram, no entanto, arrancar dos seus patrões acordos que atendiam as suas principais reivindicações. O próprio governo, pressionado pelo crescente politização do movimento operário e tentando estreitar suas relações com alguns de seus setores, lançou mão de um esboço de legislação social a partir de 1919. No mês de maio havia sido aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia o projeto apresentado quase que simultaneamente pelo senador João Martins da Silva e o deputado Cosme de Farias, *fixando em 8 horas o dia de trabalho para todos os estabelecimentos industriais e oficinas pertencentes ao Estado ou por ele subvencionados*. No dia 10 de junho, em meio às negociações do final da greve geral, Antônio Moniz sancionou o projeto, transformando-o na Lei 7.309.<sup>265</sup> Mas, como sempre, estas vitórias não foram o final da história. Seguindo um padrão da época, alguns patrões tentaram fazer a roda da história girar no sentido contrário e cassar as conquistas concedidas no calor da luta.

A *Companhia Linha Circular*, por exemplo, começou a demitir gradativamente os motoneiros e condutores que haviam tomado parte no movimento. As demissões eram em número tão avultado, que em julho já estavam faltando trabalhadores para mover os bondes e os poucos veículos que circulavam chegavam aos terminais com muito atraso. Disso decorria que nos horários de pico a superlotação se tornava insuportável. No dia 4 de julho, após uma longa espera sob forte chuva, cerca de 150 pessoas tiveram que dividir um único bonde na Baixa dos Sapateiros. O aperto e desconforto foram tão grandes, que o condutor ficou impossibilitado de fazer a cobrança das passagens. A multidão então, “numa atitude

<sup>265</sup> APEB, Seção Legislativa, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Projeto nº 3, *livro 908* (1919); Original de Lei, *livro 59* (1919); Parecer nº 19-Projeto nº 3 (1919), *livro 116*; Parecer nº 45-Projeto nº 3, *livro 1102*; Ofício do Senado à Câmara, Projeto nº 3, *livro 1200* (1919-1920); Jornal *O Tempo*, 8 de maio de 1919; 5, 6 e 18 de junho de 1919, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de junho de 1919.

justíssima de revolta”, levantou-se num ato de protesto e quebrou todas as lâmpadas e vidros e rasgou todas as cortinas do veículo.<sup>266</sup> Mas as represálias da *Companhia Linha Circular* contra seus operários não paravam por aí. O acordo de junho estabelecia que os trabalhadores teriam uma jornada de 8 horas e o que excedesse a isso seria remunerado à parte. Porém, em julho os operários da *Usina da Pregulça* estavam tendo uma jornada regular que se iniciava às 7 da manhã e terminava às 17 horas, ou seja, 10 horas diárias, “sem direito a reclamações, sob pena de rezarem em outra freguesia”.<sup>267</sup>

Nem mesmo os operários do Estado escaparam às perseguições do pós-greve. No *Gasômetro* da *Linha Municipal*, localizado à Calçada do Bonfim, houve alterações de horários e condições de trabalho, sendo cortados os passes de bondes para os maquinistas e operadores daquele estabelecimento e para os do Largo de Roma. Além disso, ao contrário do que a empresa dizia, os operários denunciavam que os salários estavam com 2 semanas de atraso.<sup>268</sup> Em represália a tais atitudes, 10 trabalhadores que haviam reclamado o pagamento dos salários atrasados foram demitidos. Indignados, seus colegas do *Gasômetro* se declararam em greve na manhã do dia 30 de julho, ocasionando a paralisação também dos bondes. Imediatamente, 45 praças de infantaria e cavalaria para lá se dirigiram e dispersaram os operários que estavam reunidos na porta da usina. Depois de muitos apelos, o delegado Lustosa de Aragão permitiu que os mesmos se reunissem no outro lado da rua. Enquanto isso, negociações eram feitas no Palácio da Aclamação, onde o advogado Pedro Gordilho teria conseguido convencer o governador a rever tais demissões. Resolvido o impasse, por volta das 14 horas, o tráfego de bondes já estava restabelecido.<sup>269</sup>

Na *Companhia de Navegação Baiana* a situação também não era das melhores e já no dia 14 de julho, uma greve foi feita pelos marítimos reclamando do governo o pagamento de salários atrasados.<sup>270</sup> A situação era tão grave, que os trabalhadores ainda estavam em greve no final de julho reclamando salários com atrasos que variavam de 3 semanas a 3 meses. Os fornecedores de lenha também não recebiam seus pagamentos e não era raro que vapores daquela companhia ficassem à deriva ou tivessem que aportar em cidades próximas para que seus operários e marinheiros fossem cortar lenha para abastecer

<sup>266</sup> APEB, *O Tempo*, 5 de julho de 1919, p. 2.

<sup>267</sup> APEB, *O Tempo*, 15 de julho de 1919, p. 2.

<sup>268</sup> GHIBA, *A Tarde*, 17 de julho de 1919, p. 1.

<sup>269</sup> APEB, *O Imparcial*, 31 de julho de 1919, p. 3; *Diário da Bahia*, 31 de julho de 1919, pp. 1-2.

<sup>270</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 13 de julho de 1919, p. 1.

as caldeiras. Diante desse quadro, o delegado da *Associação dos Marinheiros e Remadores* informou à imprensa que nem pensava em cobrar os aumentos salariais conseguidos com a greve geral enquanto seus filiados não recebessem os proventos retidos.<sup>271</sup> Os problemas de atrasos de salários na *Companhia de Navegação Baiana* ainda perdurariam por algum tempo e nova greve foi feita em agosto tendo esse elemento como motivador.<sup>272</sup> Ainda em julho, comissões foram formadas, também, com o objetivo de interceder junto aos diretores das obras do porto e da *Chemins de Fer* para exigir a readmissão de operários dispensados em função da greve geral.<sup>273</sup>

Entretanto, a conjuntura e a greve geral de 1919 haviam desencadeado forças incontroláveis e muito do que foi conquistado não desapareceria totalmente, apesar do caráter profundamente reacionário das elites políticas e econômicas da Bahia. O que se veria daquele momento em diante seria uma irresistível ascensão do movimento operário até princípio de 1921. Como passaremos agora a relatar, um dos principais desdobramentos da greve foi a imediata expansão dos protestos para as cidades do Recôncavo Baiano, onde os operários também passaram a lutar por salários mais altos e menor jornada de trabalho.

Em Nazaré, por exemplo, paralisaram o trabalho aproximadamente 300 trabalhadores de todas as frações do proletariado local. Os cerca de 100 carregadores, que atuavam no Cais do Porto, pediram remuneração de 80 réis por cada volume carregado ou descarregado dos armazéns e barcos. As casas Tavares e César Orrico se dispuseram a acatar a nova tabela proposta, mas outras, como Scaldaferrri, Fmygdio, Tude, Raphael Schwab só se dispunham a pagar 20 réis a mais sobre o que os operários recebiam. O acordo final, mediado pelo intendente Eurico Matta, estabeleceu que o transporte do barco para o carro ou do carro para o armazém seria remunerado à razão de 40 réis por volume, enquanto do barco para o armazém e vice-versa ou para outro ponto do cais se pagaria 60 réis por volume. Os marítimos conseguiram um acordo com os proprietários de barcos que previa o pagamento de 324\$000 aos marinheiros e 424\$000 aos mestres por viagem. Os ferroviários da *Estrada de Ferro de Nazaré* firmaram seu acordo com a conquista da jornada de 8 horas e 20% de aumento sobre os salários. Os escolhedores e as destaladeiras de fumo aceitaram uma jornada de 9 horas e aumento de 20%. As catadeiras de café, que

---

<sup>271</sup> APEB, *Diário da Bahia*, 26 de julho de 1919, p. 1.

<sup>272</sup> BPEB, *A Hora*, 20 de agosto de 1919, pp. 1-2.

<sup>273</sup> APEB, *O Tempo*, 17 de julho de 1919.

recebiam 800 réis para cada 75 quilos do grão, passaram a receber 20% a mais sobre esse valor. Os alfaiates fizeram uma rápida paralisação, conseguindo, também, um aumento de 20% sobre os salários.<sup>274</sup>

No dia 16 de junho de 1919, cerca de 2 mil operários das fábricas de fumo de São Félix e Muritiba, especialmente os das firmas *Costa Ferreira & Penna* e *Dannemann e Cia*, entraram em greve reivindicando aumento salarial de 20%, jornada de 8 horas, direito de livre organização sindical e indenização por acidentes de trabalho. À frente desse proletariado fundamentalmente feminino estavam o advogado Luiz Soares e a *União Operária de São Félix*. Na manhã do dia seguinte, a multidão operária se dirigiu à vizinha cidade de Cachoeira com o intento de buscar novas adesões. Entretanto, encontrou pela frente a repressão. Com o auxílio de 8 praças da força pública, 15 funcionários públicos e 4 guardas-fiscais, o deputado Ubaldino de Assis interceptou os manifestantes, lançando mão de agressões, dirigidas principalmente contra Luiz Soares, com quem aquele político da oligarquia local possuía uma antiga contenda. A Associação Comercial da Bahia, atendendo ao pedido dos proprietários de fábricas, solicitou ao secretário de polícia e segurança pública que enviasse tropas para reprimir o movimento, mas não parece ter sido atendida. Sem apoio das autoridades estaduais, os patrões tiveram que ceder às reivindicações das operárias, que saíram em passeata comemorativa pelas ruas de São Félix no dia 18, ao mesmo tempo em que arrastavam para o movimento as operárias de Cachoeira.<sup>275</sup>

A maior politização do movimento operário pode ser vista até nas questões raciais. Em agosto de 1919, por exemplo, o *Sindicato dos Produtores de Marcenaria* promoveu, na Praça 15 de novembro, um “comício de protesto contra as chacinas de *homens de cor* ultimamente perpetradas em Chicago” (grifos nossos). Foram convocadas “todas as laboriosas classes, repelindo, assim, incorporadas unânimes, numa vibrante demonstração, todos os preconceitos inconfessáveis de raça, ainda existente na América do Norte”.<sup>276</sup>

Um segundo desdobramento da greve diz respeito à formação de sindicatos operários de resistência no âmbito de frações até então sem direção própria e a

---

<sup>274</sup> BPEB, *O Conservador*, 15 de junho de 1919, pp. 1-2.

<sup>275</sup> IGIIBA, *A Tarde*, 18 e 19 de junho de 1919; APEB, *O Democrata*, 21 de junho de 1919; *Diário de Notícias* 25 de junho de 1919; *Diário da Bahia*, 5 de julho de 1919.

<sup>276</sup> APEB, *Jornal de Notícias*, 17 de agosto de 1919, p. 2.

consolidação das organizações surgidas ao longo daquele ano. São do momento imediatamente posterior à greve, por exemplo, dois sindicatos do setor de transportes, a *União dos Condutores de Veículos e Classes Anexas da Bahia*, de 23 de junho de 1919<sup>277</sup> e a *Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas*, de 23 de julho de 1919.<sup>278</sup> Os empregados de restaurantes, hotéis etc, tradicionalmente desorganizados em Salvador, fundaram a *Sociedade Centro e União Culinária* em 29 de janeiro de 1920.<sup>279</sup> Nas cidades do Recôncavo fumageiro, houve também a penetração das novas idéias e práticas difundidas principalmente pelo *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*. Na vila de Muritiba, por exemplo, foi fundada, em 1º de agosto de 1919, o *Comitê de Defesa Operária*<sup>280</sup>, criada no fluxo do movimento de junho e aglutinando centenas de operários, principalmente das fábricas de charutos daquela região. Não tardou até que os patrões impusessem àquela organização operária sua primeira prova de fogo, espionando, multando, suspendendo e despedindo seus dirigentes. Ao mesmo tempo, os mestres daquelas fábricas articularam a fundação de uma sociedade beneficente, com apoio e financiamento patronal, a ela querendo “atrair todos os operários, acenando-lhes com purgantes, clisteres, vomitórios para quando estiverem doentes, prometendo-lhes um confortável caixão mortuário ao soar para os incautos que se deixarem imbuir, o dia da viagem suprema”.<sup>281</sup> Como os operários não abandonaram o *Comitê de Defesa Operária*, os industriais, principalmente os das fábricas Stender, Dannemann e Costa & Penna, deram “carta branca aos mestres e contramestres, (...) sujeitos de péssimos costumes” que “requintam as injustiças e os vexames infringidos desde muito aos que sob sua direção trabalham”, privando-lhes de água potável e assediando as operárias que, como vimos, eram majoritárias nessa indústria.<sup>282</sup> Mas a pressão dos industriais do Recôncavo parece não ter sido suficiente e em princípios de abril de 1920, os socialistas já informavam a existência também da *Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix e*

<sup>277</sup> Estatutos da União dos Condutores de Veículos e Classes Anexas da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de maio de 1920.

<sup>278</sup> Estatutos da União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas. *Diário Oficial do Estado*, 25 e 27 de setembro de 1920.

<sup>279</sup> Estatutos da Sociedade Centro e União Culinária. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21 de janeiro de 1921.

<sup>280</sup> BPEB, *O Tempo*, 16 de agosto de 1919; *A Ordem*, 20 de agosto de 1919, p. 1.

<sup>281</sup> AEL-UNICAMP, *Germinal*, ano I, nº 2, 3 de abril de 1920, p. 8.

<sup>282</sup> AEL-UNICAMP, *Germinal*, ano I, nº 3, 1º de maio de 1920, p. 9.

*Cachoeira*.<sup>283</sup> Até mesmo na Ilha de Maré, um *Sindicato de Ofícios Vários* foi fundado em agosto de 1920 sob a influência direta de Agripino Nazareth.<sup>284</sup>

Porém, mais relevante foi a fundação da *Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia*, de 21 de agosto de 1919.<sup>285</sup> Durante todo o ano, esse sindicato operário teve que enfrentar os poderosos capitães da indústria têxtil e sua associação, o *Centro Industrial do Algodão*, fundado bem antes, em 21 de agosto de 1916.<sup>286</sup> O auge dessa luta ocorreu em setembro, quando os operários das fábricas de fiação e tecelagem paralisaram novamente o trabalho, reivindicando o cumprimento de cláusulas do acordo que estavam sendo desrespeitadas pelos patrões, em especial os pontos relativos à jornada de trabalho.

O elemento que desencadeou o processo de luta foi a demissão do operário Daniel José do Nascimento, contramestre da *Companhia Empório Industrial do Norte*. A explosão do conflito ocorreu quando este se ausentou da área de produção para ir ao banheiro e demorou-se. Chamado à atenção por um fiscal, retrucou as críticas do mesmo, sendo por isso considerado infrator da disciplina da fábrica. A pena aplicada foi uma multa, contra a qual o operário outra vez emitiu opinião contrária, tentando reverter a situação junto aos diretores. Por ter mostrado sua insatisfação, Daniel foi demitido e comunicou o fato aos seus colegas. De imediato, os operários se declararam solidários e no dia 4 de setembro, a greve começou por aquela fábrica e logo se expandiu para as demais, quase se transformando num novo movimento generalizado e só terminando por volta do dia 25. Não analisaremos essa greve aqui, pois a mesma é merecedora de um estudo à parte. Porém, cabe ressaltar que os fatos relatados constituem apenas o elemento revelador de processos muito mais profundos. Na raiz da greve estava a luta da *Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia* contra os mecanismos utilizados pelos industriais em geral e pelos

<sup>283</sup> AEL-UNICAMP, *Germinal*, ano 1, nº 2, 3 de abril de 1920, p. 6.

<sup>284</sup> Projeto de Estatutos do Sindicato de Ofícios Vários de Maré. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de janeiro de 1921.

<sup>285</sup> Estatutos da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, 11 de setembro de 1920.

<sup>286</sup> APEB, Seção de Arquivos Privados, *Livro de Atas e Estatutos do Centro Industrial do Algodão*. É interessante notar que o *Centro Industrial do Algodão* não nasceu como uma associação patronal exclusiva dos capitães da indústria têxtil. Inicialmente, ele foi criado visando conciliar os interesses destes com os da lavoura do algodão. Daí a relação direta entre uns e outros em relação ao fomento e auxílio à lavoura do algodão, ao mesmo tempo em que representava os interesses das fábricas de fiação e tecelagem, consumidoras diretas daquela matéria-prima. Em certa medida, a mistura de interesses agrários e industriais era o resultado não apenas da coincidência pontual de objetivos dos dois setores, mas também fruto de uma certa fraqueza da própria indústria têxtil baiana, que não conseguia aglutinar forças suficientes para barganhar em torno dos seus interesses de maneira separada, não obstante fosse o mais importante ramo industrial do estado.

têxteis em particular, para fazer retroceder as conquistas da greve geral de junho. Os expedientes eram, concretamente, o prolongamento da jornada de trabalho para além das 8 horas e a cobrança generalizada e abusiva de multas. Por meio deles, os industriais tencionavam recuperar as taxas de lucros vigentes antes daquele movimento. Contra eles o sindicato operário teve que lutar para assegurar as melhorias das condições de trabalho e vida dos seus associados a partir de junho.<sup>287</sup>

Ainda mais radicalizada foi a greve desfechada pelo *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* no início de 1920. O potencial de mobilização de seus filiados e a capacidade de resistir por longo período parecem ter aumentado em função da experiência de 1919, pois o movimento durou 58 dias, uma quebra de braços com os patrões da qual os operários da construção civil saíram vitoriosos. Em 19 de março daquele ano, após quase dois meses de paralisação parcial do ramo, os operários voltaram ao trabalho, com a assinatura de um acordo que estabelecia: 1) imposto de 2% sobre os contratos dos empreiteiros, que a partir daquele momento seriam avaliados e registrados no sindicato; 2) salário (diário) mínimo para os oficiais pedreiros e carpinteiros, que antes ganhavam entre 4\$000 e 5\$500 e passariam a receber 7\$000, e para os serventes e ajudantes, que antes recebiam 2\$500 e passariam a receber 4\$000.<sup>288</sup>

O ano de 1919 assistiu, também, a um processo de crescimento dos laços de solidariedade de classe e uma maior delimitação política e ideológica entre os operários e seus sindicatos na Bahia. A politização ocorrida durante a greve geral foi grande e assumiu novos contornos durante o *Primeiro Congresso dos Trabalhadores Balanos* realizado entre os dias 14 e 20 de julho de 1919. Convocado e fortemente influenciado pelo *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* e seu advogado Agripino Nazareth, o evento foi dominado pelas *correntes sindicais reformistas* que se proclamavam *socialistas coletivistas* e defendiam o internacionalismo proletário, a substituição das *sociedades mutualistas* por *sociedades de resistência*, sem a presença de mestres e contramestres, a abolição do trabalho de menores de 14 anos, a regulamentação do trabalho de mulheres e a instituição do salário mínimo. Contando com a liderança dos pedreiros e carpinteiros, o evento reuniu,

---

<sup>287</sup> Ver os jornais *A Tarde*, *O Tempo*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, 4 a 30 de setembro de 1919.

<sup>288</sup> AEL-UNICAMP, *Germinal*, ano 1, nº 1, 19 de março de 1920, p. 8; IGHBA, *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1920, p. 3; BPEB, *O Tempo*, 19 de março de 1920, p. 2.

desde a sua sessão de abertura, no *Teatro São João*, 10 sindicatos e 26 delegados entre ferroviários, sapateiros, pedreiros e carpinteiros, marmoristas, marceneiros, padeiros, gráficos, operários das linhas de bonde e usinas de energia e carroceiros. Logo na primeira sessão, Agripino Nazareth fez uso da palavra “convidando os operários a comemorar com o mais intenso jubilo o dia 14 de Julho, que foi o primeiro a assinalar a vitória do socialismo”. Um boletim distribuído no dia 2 de julho pelo *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* dizia que cada sindicato ou categoria deveria ser representado por 3 delegados e só na absoluta falta de possibilidades de arcar com as despesas com tal representação deveria enviar 1 único representante. O mesmo documento deixava claro que não reconheceria delegados que não fossem operários. Porém, essa medida não livraria a classe operária de influências políticas ou mesmo ideológicas externas. Já no primeiro dia do encontro, a própria imprensa seabrista esclarecia que “além da grande massa operária que se achava presente”, lá se encontravam também os representantes “de todas as classes da sociedade, inclusive das autoridades civis, militares e do Estado”.<sup>289</sup> Fato importante de se observar é que além das sociedades mutualistas, estiveram ausentes do conclave as organizações portuárias dos estivadores, carregadores, foguistas, maquinistas e marítimos de modo geral, demarcando uma clivagem que reproduz uma separação existente no movimento sindical carioca.

As clivagens do sindicalismo operário baiano ganharam novos contornos depois que, seguindo deliberação do *Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos*, foi fundada a *Federação dos Trabalhadores Baianos* em 13 de fevereiro de 1920. Após 6 meses de criada, em julho de 1920 aquela entidade já aglutinava 16 sindicatos e um total de mais de 25 mil trabalhadores. A partir de 24 de setembro, porém, o *Sindicato dos Pedreiros e*

---

<sup>289</sup> APEB, *O Tempo*, 15, 16, 17 e 19 de julho de 1919; *Jornal de Notícias*, 28 de junho de 1919, 15, 16, 18 e 23 de julho de 1919; *O Democrata*, 16 e 22 de julho de 1919; *O Imparcial*, 15, 16, 17, 19, 20 e 27 de julho de 1919; *Diário da Bahia*, 16 de julho de 1919; *Diário de Notícias*, 2 de julho de 1919; Os delegados presentes foram os seguintes: Nathalio de Jesus, Antonio da Silva e Luis José Soares (Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia); Antonio Portugal de Azevedo, Manuel Maria dos Santos e João Paulo Baptista (Sociedade União Defensora dos Sapateiros); Oscar Francisco Lopes, Constancio P. Victorio e Honorato Gomes Filho (União dos Operários de Padaria); Edgard José Britto, Maximiano José da Silva e José Alves do Nascimento (Sociedade União e Progresso dos Operários da Bahia); João Lessa (União Gráfica Baiana); Alfredo Campos de Oliveira, Aurelio Pereira da Silva e Oscar Correia (Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia); José dos Santos Gomes (Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros); Marciano Pacifico da Paixão e Estephano do Nascimento (Sociedade União dos Marmoristas); Asterio Luiz dos Prazeres, Manoel P. de Oliveira e Petronillo Dantas (Sindicato dos Marceneiros); Martinho Pontes, Antonio Henrique Pimentel, Antonio F. da Silva e Maximiano José da Silva (Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas).

*Carpinteiros* rompeu com a FTB, arrastando atrás de si várias outras entidades e muitos operários. Tratava-se de uma cisão *anarquista*, intimamente relacionada com a participação daquele sindicato no *Terceiro Congresso Operário Brasileiro* (Rio - 25 a 30 de abril de 1920), quando aderiram às teses libertárias contrárias à participação da classe operária na política institucional e partidária.<sup>290</sup>

Essa nova orientação ideológica estava em contradição com a influência cada vez maior dos socialistas sobre a FTB. De fato, em agosto de 1920, um mês antes da cisão libertária, essa influência reformista se traduziu na fundação do *Partido Socialista Baiano*. Possuindo significativo vínculo com a classe operária, sua Comissão Provisória era composta por 4 marceneiros, 1 metalúrgico, 1 pedreiro, 2 estucadores, 1 electricista, 1 sapateiro e 1 entalhador. A sede foi instalada no *Sindicato dos Marceneiros* e em seu programa político, relativamente avançado para a época, constava: socialização do comércio, das grandes indústrias e de todos os meios de transporte; fixação do salário mínimo; equiparação dos operários municipais, estaduais e federais aos funcionários públicos; abolição de todos os impostos indiretos e transformação dos directos num imposto progressivo sobre qualquer renda superior a seis contos de réis anuais; voto da mulher e do soldado; reforma das leis de inquilinato e despejo. Além disso, moções de simpatia pelos trabalhadores de todos os países e de protesto contra o governo da França e sua postura hostil em relação à Rússia foram aprovadas. Naquela primeira sessão foi deliberado, também, o lançamento das candidaturas de Maurício de Lacerda e Agripino Nazareth, que concorreram, respectivamente, ao Senado e à Câmara Federal pela Bahia. Na segunda sessão, feita no dia seguinte, Agripino Nazareth proferiu uma palestra sobre a *questão social e os partidos socialistas*. Após a conferência, a *Sociedade União dos Carregadores das Docas* hipotecou seu apoio e solidariedade ao PSB e a seus candidatos. Finalizando a reunião, foi eleita a *Comissão Administrativa* do partido, que ficou constituída por 1 marceneiro, 1 gráfico, 1 metalúrgico, 1 alfaiate, 1 sapateiro, 1 pedreiro e 1 tecelão.<sup>291</sup>

<sup>290</sup> AEL-UNICAMP, *A Voz do Trabalhador*, ano I, nº 2, 9 de outubro de 1920, p. 4; *A Voz do Trabalhador*, ano I, nº 24, 19 de março de 1921, p. 1; IGHBA, *A Tarde*, 16 de julho de 1920, p. 2. John W. F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 113, 114 e 128. A Bahia esteve presente com delegação representativa de 15 associações, além de Agripino Nazareth, representando o periódico socialista *Germinal*, editado por ele.

<sup>291</sup> IGHBA, *A Tarde*, 24 e 27 de agosto de 1920, p. 3.

A delimitação político-ideológica posterior à greve geral também fica clara pela análise da imprensa operária surgida em 1920. O *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* se destacou por ter publicado dois jornais nesse período. Ambas as publicações refletiram as posições políticas e ideológicas daquela organização em dois momentos muito próximos. A primeira foi *Germinal*, editada pelo advogado socialista Agripino Nazareth, com existência efêmera e tiragem de apenas três números em 19 de março, 3 de abril e 1º de maio de 1920, período em que seu editor trabalhava como advogado do sindicato. As colunas desse jornal estão cheias de alusões às vitórias que a classe operária conseguiu após a fundação do *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros* e a greve geral que teve naquela entidade sua vanguarda. O proletariado baiano aparecia imbuido de uma nova mentalidade e consciência, disposto a lutar pela fundação de novos sindicatos e contra os patrões. Além disso, o jornal recebia colaborações de militantes de outros estados, a exemplo de Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, que davam informações sobre a situação do movimento operário em outras regiões do país. Por fim, *Germinal* procurava dar conta de analisar as lutas da classe operária baiana naquele momento.

O segundo periódico baiano dessa conjuntura, publicado pelo *Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros*, foi *A Voz do Trabalhador*, não por um acaso homônimo ao da *Confederação Operária Brasileira*. De maior longevidade, seu primeiro número saiu em 22 de outubro de 1920, e o último de que temos conhecimento em 14 de outubro de 1922. De fato, a substituição de um jornal pelo outro não foi apenas no nome e no tempo cronológico, tampouco se deveu aos tradicionais problemas financeiros que inviabilizaram tantos outros órgãos operários da época. O que estava por detrás da questão era a cisão político-ideológica libertária. Esse fato se refletia diretamente no caráter de suas matérias, muito mais doutrinárias, de combate ao alcoolismo, ao carnaval, ao futebol, à religião, ao Estado e suas autoridades, e fortalecimento dos laços de identidade de classe e ofício, colocados em oposição aos interesses dos mestres e contramestres, afirmação de uma tradição negra de luta e do internacionalismo operário como valor supremo. A profusão de influências distintas e, muitas vezes, opostas entre si, iam desde Bakunin e Kropotkin, Platão, Sócrates e Aristóteles até Spencer, Lombroso, Comte, Darwin e Marx.<sup>292</sup>

---

<sup>292</sup> Todos os números de *Germinal* e *A Voz do Trabalhador* se encontram no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas.

As dissensões no interior do movimento operário e o início de seu declínio ocorreram num momento em que se processava também uma reaproximação do governador J. J. Seabra com as classes dominantes de Salvador. Começou a ocorrer mesmo uma reconciliação do PRD com os industriais e com o grande comércio. Já em abril de 1920, Agripino Nazareth questionava a razão de Seabra, numa entrevista à imprensa local, ter feito muitas promessas e falado de muitos pontos de seu novo programa de governo, mas ter deixado omissa o tema da questão social.<sup>293</sup>

A mudança no jogo oligárquico e em seu espectro de alianças continuou influenciando o movimento operário. A guinada seabrista em relação ao tratamento dispensado à classe operária ficou bastante evidente por ocasião da greve dos carregadores das docas e dos operários de uma das fábricas têxteis da *Companhia Progresso Industrial da Bahia* no final de janeiro de 1921, quando várias lideranças operárias foram presas e Agripino Nazareth foi deportado. Aparentemente, os dois movimentos haviam começado de modo isolado. Os carregadores entraram em greve no dia 26 de janeiro, quando a superintendência da *Companhia das Docas* negou-se a remunerar os fiscais criados pela *Sociedade dos Carregadores*. A empresa alegava que não poderia pagar os salários de operários que não trabalhavam e que para o serviço de fiscalização ela já dispunha dos seus próprios prepostos. Paralelamente, rebentou uma greve também entre os operários têxteis da *Fábrica Paraguaçu*, pertencente à *Companhia Progresso Industrial da Bahia*. É que no dia 24 de janeiro, os trabalhadores daquela unidade e os da *Fábrica São João* haviam faltado ao trabalho para ir à festa do Bonfim. Segundo os diretores da empresa, até aí a situação teria sido tolerável. Porém, o lado profano da festa parece ter se sobreposto de modo extraordinário ao aspecto sagrado e no dia seguinte, 3ª feira, os operários faltaram outra vez às suas fainas no turno da manhã, só comparecendo a partir do meio-dia. Irritados, os industriais aplicaram multas sobre todos os trabalhadores das 2 unidades de produção. Os da *Fábrica São João* apelaram para seus patrões e conseguiram o cancelamento da punição, mas na *Fábrica Paraguaçu* os operários preferiram o caminho da greve.<sup>294</sup>

---

<sup>293</sup> AEL-UNICAMP, *Germinal*, ano 1, nº 2, 3 de abril de 1920, p. 1.

<sup>294</sup> IGHBA, *Diário de Notícias*, 27 de janeiro de 1921, p. 1.

No dia seguinte, 27 de janeiro, sob o argumento de que várias bombas de dinamite haviam sido descobertas espalhadas pela cidade e que tentativas de incendiar bondes foram frustradas, a polícia desencadeou uma onda de repressão contra o movimento operário. As notícias da greve dos têxteis desapareceram dos jornais e o líder socialista Agripino Nazareth foi preso sob a acusação de desacato à autoridade do delegado Pedro Gordilho, que o encaminhou à Casa de Correção em regime de incomunicabilidade. O Secretário Geral da *Federação dos Trabalhadores Balanos*, José Domiense da Silva, tentou uma audiência com o governador para tentar convencê-lo a mandar soltar Agripino Nazareth, mas Seabra mandou prendê-lo também.<sup>295</sup> Ao mesmo tempo, a luta entre o sindicato dos carregadores e a *Companhia das Docas* teve continuidade, momento em que esta última começou a anunciar que contrataria fura-greves para substituir os operários que haviam aderido ao movimento.<sup>296</sup>

No dia 28 de janeiro de 1921, de modo clandestino e em perfeita sintonia com o momento de refluxo do movimento operário e ampliação da escalada repressiva do Estado em nível nacional, Agripino Nazareth foi deportado pela polícia baiana. Embarcado no Pacote Manaus pela polícia do porto, deveria seguir para o Amazonas ou Mato Grosso, tendo sido avisadas as autoridades policiais de vários estados para não permitir o seu desembarque em qualquer outro porto. Ao mesmo tempo, usando os carregadores dos trapiches como fura-greves, os patrões conseguiram enfraquecer e derrotar os carregadores das docas, levando a greve ao fracasso.<sup>297</sup> É possível que esse conflito se relacione com a existência, desde 1920, de 3 organizações distintas dos carregadores. Além da *Sociedade Civil União Geral dos Carregadores da Bahia*, fundada em 22 de abril de 1912<sup>298</sup>, outras duas entidades haviam sido fundadas, já indicando em seus nomes as referidas diferenças. Eram elas o *Sindicato dos Carregadores da Bahia*, de 30 de maio de 1920<sup>299</sup>, e a

---

<sup>295</sup> IGHBA, *Diário de Notícias*, 28 de janeiro de 1921, p. 1.

<sup>296</sup> IGHBA, *Diário de Notícias*, 28 de janeiro de 1921, p. 2.

<sup>297</sup> IGHBA, *Diário de Notícias*, 29 de janeiro de 1921, p. 1

<sup>298</sup> Estatutos da Sociedade Civil União Geral dos Carregadores da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12 de setembro de 1920

<sup>299</sup> Estatutos do Sindicato dos Carregadores da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 5 de agosto de 1920.

*Sociedade União de Resistência dos Trabalhadores das Docas da Bahia*.<sup>300</sup> Esta última, inclusive, vinculava-se, como vimos, ao *Partido Socialista* de Agripino Nazareth.

De todo modo, a rota de Agripino Nazareth foi alterada e ele desembarcou no Rio de Janeiro. De lá, denunciou que os recursos do Estado da Bahia estavam sendo “tragados pelos negociantes insaciáveis e pelos jornalistas venais” e que Seabra se humilhou aos pés dos industriais de tecidos para conseguir dinheiro emprestado e depois entregou a *Companhia de Navegação Baiana* aos “monopolizadores do açúcar e da carne seca”. Finalizava dizendo que voltaria à Bahia para pleitear sua eleição à cadeira de deputado federal pelo *Partido Socialista Baiano*. Mais importante, porém, foi o esclarecimento dado pela imprensa ruista acerca da mudança de postura do PRD em relação à classe operária no caso específico da greve portuária de 1921: “o sr. Seabra, tomando conta do governo, mandou às favas a política baixa e mesquinha do sr. Moniz e tratou de se aproximar dos comerciantes e industriais”.<sup>301</sup> Encerrava-se, assim, uma fase heróica do movimento operário baiano. Dali em diante, seria outra história...

Com base na narrativa feita ao longo destas páginas, e em descobertas realizadas durante o processo de pesquisa, é possível formular algumas conclusões finais, apontando três temas merecedores de investigações mais profundas, e com eles terminamos este trabalho.

O primeiro tema diz respeito às relações entre a classe operária e as elites políticas na Bahia. Os fatos que envolveram a atuação de Antônio Moniz, J. J. Seabra, o PRD e o movimento operário não são uma novidade por nós anunciada. Já se chegou mesmo a falar em um certo *pré-populismo* para qualificar a ação destas facções políticas. Porém, tais relações transcendem os períodos de governo do PRD, ou mesmo a conjuntura de 1919. As sociedades mutualistas existentes na Bahia, por exemplo, recebiam de longa data subvenções do poder estadual, e parecem ter se envolvido fortemente no jogo eleitoral local desde os primeiros anos da República. Até que ponto este fato explica dimensões importantes da política baiana e esclarece aspectos relevantes do comportamento operário é, contudo, algo que ainda está para ser analisado.

---

<sup>300</sup> Estatutos da Sociedade União de Resistência dos Trabalhadores das Docas da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de novembro de 1920.

<sup>301</sup> IGHBA, *Diário de Notícias*, 2 de fevereiro de 1921, p. 1

Um segundo importante tema de pesquisa está relacionado com a necessidade de se romper com a perspectiva estritamente regional e integrar os estudos sobre o sindicalismo portuário e marítimo baiano numa dimensão mais nacional. Ao longo da pesquisa, constatamos que quase todas as organizações desses setores em Salvador eram filiais de sindicatos com sede no Rio de Janeiro, devendo à liderança operária carioca o seu processo de organização e levando uma vida em estreita sintonia com ela. No porto de Salvador o movimento operário se entrelaça, portanto, com o do Rio de Janeiro de uma forma e com uma intensidade que também nunca foram seriamente examinadas.

A greve têxtil de 1921, motivada pela cobrança de multas aos operários faltosos do trabalho em função do cansaço provocado pela folia na festa do Bonfim, nos traz ao último tema, cuja importância queremos ressaltar. Tradições e hábitos culturais dos afro-descendentes explicam os motivos e as dimensões simbólicas de inúmeros conflitos operários no Brasil, e na Bahia em particular. Na história da classe operária, entrelaçar “raça” e “classe” sem reducionismo, mecanicismo ou preconceito é também um caminho que mal começamos a trilhar.

## Fontes Primárias

### Arquivos

- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - UNICAMP)
- Arquivo Histórico de Salvador (AHS)
- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)
- Associação Baiana de Imprensa (ABI)
- Associação Comercial da Bahia (ACB)
- Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro (BN)
- Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA)

### Jornais da Grande Imprensa

*A Tarde* (Salvador - Ba - janeiro a março de 1913; janeiro a abril de 1914; outubro a dezembro de 1914; janeiro a abril de 1915; junho a dezembro de 1917; janeiro a dezembro de 1918; janeiro a dezembro de 1919; janeiro a dezembro de 1920; janeiro a março de 1921).

*O Tempo* (Salvador - Ba - maio a agosto de 1901; julho de 1918 a abril de 1920)

*Diário de Notícias* (Salvador - Ba - janeiro a março de 1900; março a junho de 1903; abril a outubro de 1903; outubro a dezembro de 1903; janeiro a março de 1904; abril a junho de 1904; julho a setembro de 1904; outubro a dezembro de 1904; janeiro a março de 1905; abril a junho de 1905; agosto a setembro de 1905; outubro a dezembro de 1905; abril a junho de 1906; julho a setembro de 1906; julho a setembro de 1907; outubro de 1907; outubro de 1908; outubro a novembro de 1912; janeiro a março de 1913; abril a junho de 1913; janeiro a março de 1914; fevereiro a maio de 1915; janeiro a novembro de 1919; janeiro a março de 1920; janeiro a março de 1921).

*O Democrata* (Salvador - Ba - janeiro a novembro de 1919).

*Diário da Bahia* (Salvador - Ba - maio de 1888; janeiro a abril de 1913; janeiro a junho de 1914; janeiro a abril de 1915; janeiro a março de 1917; janeiro a dezembro de 1919).

*Jornal de Notícias* (Salvador - Ba - dezembro de 1890; outubro a dezembro de 1898; janeiro a abril de 1901; maio a setembro de 1901; janeiro a junho de 1902; maio a agosto de 1902; setembro a dezembro de 1902; setembro de 1903; abril a setembro de 1912; janeiro a março de 1913; abril a junho de 1913; janeiro a abril de 1915; janeiro a dezembro de 1919).

*O Imparcial* (Salvador - Ba - novembro a dezembro de 1918; janeiro a novembro de 1919).

*Gazeta do Povo* (Salvador - Ba - janeiro a março de 1914).

*A Hora* (Salvador - Ba - janeiro a dezembro de 1919).

*A Ordem* (Cachoeira - Ba - janeiro a dezembro de 1919).

*O Conservador* (Nazaré - Ba - janeiro de 1918 a dezembro de 1920).

*Diário Oficial do Estado da Bahia* (Salvador - Ba - outubro de 1915 a junho de 1922; Edição Especial do Centenário, 2 de julho de 1923).

### Imprensa Operária

*O Socialista* (Salvador - BA - 1882).

*Imprensa Social* (Salvador BA, Federação Socialista Baiana, 23/05/1903 (nº 03) a 1904).

*A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro - RJ - COB, 1908, 1909, 1913, 1914, 1915).

*Germinal* (Salvador - BA - Agripino Nazareth - 19/03/1920 (nº 01), 03/04/1920 (nº 02), e 01/05/1920 (nº 03)).

*A Voz do Trabalhador* (Salvador - BA) - Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros - 02/10/1920 a 14/10/1922.).

*A Voz do Operário* (Salvador - BA - Centro Operário da Bahia, 19 de setembro de 1891 (nº 03), 2 de janeiro de 1894 (nº 1 Especial), 6 de maio de 1894 (nº Especial) e 2 de janeiro de 1896 (nº 18).

*O Trabalho* (Salvador - BA - Manuel R. Querino - 1894).

### Almanaques

**Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1896.** Bahia: Rcis e Cia., 1896.

**Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1899.** Organizado por Antônio Alexandre Borges dos Reis. Bahia: Wilcke, Picard e Cia., 1899.

**Almanaque Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia Para o ano de 1903.** Bahia: Rcis e Cia., 1903.

**Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1913 (Almanaque Laemmert).** Rio de Janeiro: Oficinas Tipográficas do Almanaque Laemmert, 1913.

**Almanaque Indicador, Comercial e Administrativo do Estado da Bahia, vol. 10 (1919-1920).** Bahia: Rcis e Cia., 1919.

### APEB - Falas, Relatórios e Mensagens dos Governadores

**Fala com que abriu a 56ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia o Exmº Sr. Des. Henrique Pereira de Lucena, Presidente da Província, no dia 1º de março de 1877.** Bahia: Tipografia do Jornal da Bahia, 1877.

**Relatório com que o Exmº Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas, 2º Vice-Presidente, passou a administração da Província ao Exmº Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, em 29 de março de 1882.** Bahia: Tipografia do diário da Bahia, 1882.

**Fala com que o Exmº Sr. Des. Aurelio Ferreira Espinheira, 1º Vice-Presidente da Província, abriu a 2ª Sessão da 27ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de abril de 1889.** Bahia: Tipografia da Gazeta da Bahia, 1889.

**Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura, pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado da Bahia.** Bahia: Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1913.

**Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura, pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado.** Bahia: Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1914.

**Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado.** Bahia: Seção de Obras da "Revista do Brasil", 1915.

**Exposição apresentada pelo Dr. Joaquim José Seabra ao passar, a 29 de março de 1916, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmº Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado.** Bahia: Imprensa Oficial, 1916.

**Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Governador do Estado.** Bahia: Imprensa Oficial, 1917.

**Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Governador do Estado.** Bahia: Imprensa Oficial, 1918.

**Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial, 1919.**

**Exposição apresentada pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão ao passar, a 29 de março de 1920, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmº. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado no quadriênio de 1920 a 1924. Bahia, Imprensa Oficial, 1920, 260 p.**

### **Legislação Estadual e Federal**

**Leis e Resoluções da Assembléia do Estado da Bahia do ano de 1895. Bahia: Lito-Tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1896.**

**Atos do Governo do Estado da Bahia do ano de 1896.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1897. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1898.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1898. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1899.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia no ano de 1899. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1899.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1900. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1901.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1901 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1903.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1902 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1904.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1903 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1905.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1904 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1906.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1905 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1906.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1906 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1907.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1907 e Decretos do Poder Executivo no mesmo ano. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1910.**

**Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia no ano de 1908. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1910.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1909 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1911.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1910 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Oficinas da Empresa A Bahia, 1911.**

**Leis e Resoluções do Estado da Bahia do ano de 1911 e Decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia: Seção de Obras da Revista do Brasil, 1915.**

**Leis do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 1912. Bahia: Tipografia Baiana, 1913.**

**Leis do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 1913. Bahia: Tipografia Baiana, 1914.**

**Leis do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do ano de 1914. Bahia: Tipografia Baiana, 1915.**

**Leis do Estado da Bahia do ano de 1915. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.**

**Leis do Estado da Bahia do ano de 1916. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917.**

Leis do Estado da Bahia do ano de 1917. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.  
Leis do Estado da Bahia do ano de 1918. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.  
Leis do Estado da Bahia do ano de 1919. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.  
Leis do Estado da Bahia do ano de 1920. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.  
Leis do Estado da Bahia do ano de 1921. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.  
Leis do Estado da Bahia do ano de 1922. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.  
Leis do Estado da Bahia do ano de 1923. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.  
Leis do Estado da Bahia dos anos de 1924 e 1925. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.  
Lei nº 173, de 10 de setembro de 1893, dispondo sobre a organização das associações que se fundem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, inciso 3º da Constituição. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893*, Partes I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, pp. 45-47.  
Lei 1.637, de 5 de janeiro de 1907, dispondo sobre a criação de sindicatos profissionais e cooperativas. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1907*, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d, pp. 17-22.

### **APEB - Secretaria de Governo**

*Correspondências*, Caixa 1821 (Maço 1935), Caixa 2294 (Maços 2898, 2899)

### **APEB - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio**

*Relatório dos Serviços da Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920*. Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746.

*Relatório Apresentado ao Exmº Sr. Dr. Governador do Estado Pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas no Ano de 1921*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922

*Relatório dos Serviços da Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas (1926)*. Caixa 2387, Maço 182, Doc. 661.

*Relatório Sobre a Inspeção na Fábrica de Cerveja Situada ao Grão-Mogol, Rio Vermelho, 1915*. Caixa 2385, Maço 175, Doc. 610.

*Relatório do Diretor da Agricultura Pelo Perito na Vistoria da Grande Fábrica de Massas Alimentícias Progresso (1926)*. Caixa 2387, Maço 182, Doc. 666.

### **APEB - Seção Colonial e Provincial (Guia do Império - 3ª Parte)**

*Presidência da Província*, série agricultura, indústria e comércio, maços 4602 e 4603 (Fábricas) e 1575 (Sociedades Operárias)

### **APEB - Seção Legislativa - Câmara dos Deputados do Estado da Bahia**

*Projetos de Leis e Resoluções*, livros 173 (1913-1919), 174 (1917-1923); *Projetos*, livro 928 (1900-1921); *Atas das Sessões*, livros 320 (1919), 321 (1920), 322 (1921) e 323 (1922); *Representações*, livro 949 (1892-1928); *Requerimentos*, livro 956 (1900-1930); *Correspondências Recebidas e Expedidas*, livro 964 (1837-1937); *Correspondências Recebidas*, livro 450 (1901-1905); *Ofícios Recebidos e Expedidos*, livros 1186 (1891-1892), 1187 (1891-1894), 1188 (1893-1895), 1189 (1895-1896), 1190 (1896-1899), 1191 (1897-1899), 1192 (1900), 1193 (1900-1902), 1194 (1902-1904), 1195 (1903-1909), 1196 (1905-1908), 1197 (1912-1913), 1198 (1914-1915), 1199 (1916-1917), 1200 (1919-1920); *Ofícios Recebidos e Petições*, livros 455 (1891), 456 (1891), 457 (1891-1901); *Abaixo-Assinados*, livro 992 (1901-1935); *Petições*, livro 1075 (1857-1919); *Relatórios*, livro 195 (1919-1925); *Registros Diversos*, livro 527, 528 e 531

## APEB - Seção Legislativa - Senado do Estado da Bahia

*Originais de Leis*, livro 59 (1919); *Atas de Sessões*, livros 365 (1919), 366 (1920), 367 (1920), 368 (1921) e 369 (1922); *Abaixo-Assinados*, livro 990 (1896-1930); *Representações e Requerimentos*, livro 954 (1891-1930); *Correspondências Recebidas*, livro 967 (1917-1927); *Petições*, livro 1078 (1912-1931); *Ofícios Recebidos e Expedidos*, livro 1210 (1895-1921); *Pareceres*, livros 116 (1919), 117 (1920), 118 (1921) e 119 (1922); *Registros Diversos*, livro 517, 519, 520, 521 e 522; *Trabalhos*, livro 537 (1912-1933); *Minutas*, livros 486 (1919), 487 (1919-1920)

## APEB - Seção Legislativa - Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia

*Projetos*, livros 905 (1912-1915), 906 (1913-1917), 907 (1918), 908 (1919), 909 (1920), 910 (1921); *Abaixo-Assinados*, livro 989 (1903-1937); *Ofícios Recebidos e Expedidos*, livros 1180 (1888-1894), 1181 (1891-1935), 1182 (1909-1935); *Petições*, livro 1072 (1900-1940), 1074 (1891-1939); *Representações*, livro 951 (1897-1925); *Pareceres das Comissões*, livro 1102 (1917-1919); *Mensagens*, livro 969 (1912-1923); *Minutas*, livro 1119 (1916-1919)

## IBGE - Estatísticas Oficiais

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de Setembro de 1920*. Vol. I (Introdução). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1922.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Volume IV (1ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Volume IV (2ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1928

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Volume IV (5ª Parte - População). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Volume V (1ª Parte - Indústria). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatísticas. *Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912*. Rio de Janeiro, 1917.

*Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

República dos Estados Unidos do Brasil. Estado da Bahia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse Estatística do Estado da Bahia (vol. 3)*. Salvador: Oficinas Gráficas Era Nova, 1939.

## Documentos e Relatórios das Companhias e Associações Empresariais

**Livro de Atas e Estatutos do Centro Industrial do Algodão (1917-1921).**

**Relatórios Anuais da ACB (volumes de 1913 a 1920)**

**Boletins Mensais da ACB (janeiro a dezembro de 1919)**

**Atas da ACB (livro de 1917 a 1921)**

**Centro Industrial do Algodão.** Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléia Geral Ordinária, realizada a 16 de agosto de 1917, relativo à administração de 18 de setembro de 1916 a 30 de junho de 1917. Bahia: Tipografia Baiana, 1917.

**Centro Industrial do Algodão.** Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléia Geral Ordinária, realizada a 29 de agosto de 1918, relativo à administração do ano social de 1º de julho de 1917 a 30 de junho de 1918. Bahia: Tipografia Baiana, 1918.

**Estatutos da Companhia Empório Industrial do Norte** aprovados em Assembléia Geral Extraordinária de 11 de julho de 1921. Bahia: Reis & Companhia, 1921.

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 31 de março de 1916. Bahia: Reis & Companhia, 1916. (Exercício de 1915).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 30 de março de 1917. Bahia: Reis & Companhia, 1917. (Exercício de 1916).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 2 de abril de 1918. Bahia: Reis & Companhia, 1918. (Exercício de 1917).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 31 de março de 1920. Bahia: Reis & Companhia, 1920. (Exercício de 1919).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 20 de fevereiro de 1923. Bahia: Dois Mundos, 1923. (Exercício de 1922).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 21 de fevereiro de 1925. Bahia: Dois Mundos, 1925. (Exercício de 1924).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 15 de março de 1926. Bahia: Dois Mundos, 1926. (Exercício de 1925).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 7 de março de 1927. Bahia: Dois Mundos, 1927. (Exercício de 1926).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 27 de fevereiro de 1928. Bahia: Dois Mundos, 1928. (Exercício de 1927).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 30 de março de 1929. Bahia: Dois Mundos, 1929. (Exercício de 1928).

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 31 de março de 1930. Bahia: Porta São Miguel, 1930. (Exercício de 1929).

Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte. *A Tarde*, 29 de março de 1913 (Exercício de 1912).

Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer da Comissão Fiscal Apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 30 de março de 1914. *Diário da Bahia*, 21 de junho de 1914. (Exercício de 1913).

**Companhia Empório Industrial do Norte.** Relatório a Ser Apresentado em Assembléia Geral dos Acionistas no Dia 5 de abril de 1915. *Jornal de Notícias*, 3 de abril de 1915 (Exercício de 1914).

Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal Apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 31 de março de 1916. Referente ao Exercício de 1915. *Diário Oficial do Estado*, 31 de março de 1916.

Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 2 de abril de 1918. Referente ao Exercício de 1917. *Diário Oficial do Estado*, 2 de abril de 1918.

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal a serem apresentados à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas em Sessão de 29 de março de 1919. Referente ao Exercício de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 29 de março de 1919.**

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal Para Serem Apresentados à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas em Sessão de 31 de março de 1920. Referente ao Exercício de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 31 de março de 1920.**

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal a Serem Apresentados à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas em Sessão de 21 de março de 1921. Referente ao Exercício de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 16 de março de 1921.**

**Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte e Parecer do Conselho Fiscal a Serem Apresentados à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas em Sessão de 20 de fevereiro de 1922. Referente ao Exercício de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 18 e 19 de fevereiro de 1922.**

**Ata da Sessão da Assembléa Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia Empório Industrial do Norte, Realizada em 29 de março de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 29 de abril de 1919.**

**Ata da Sessão da Assembléa Geral Ordinária da Companhia Empório Industrial do Norte, Realizada em 31 de março de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 27 de abril de 1920.**

**Ata da Sessão da Assembléa Geral Ordinária da Companhia Empório Industrial do Norte, Realizada em 21 de março de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 1 de abril de 1921.**

**Relatório da Companhia União Fabril da Bahia. Referente ao Exercício de 1914. *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro de 1915.**

**Relatório da Companhia União Fabril da Bahia. Referente ao Exercício de 1915. *Diário Oficial do Estado*, 23 de abril de 1916.**

**Relatório da Companhia União Fabril da Bahia. Referente ao Exercício de 1917. *Diário Oficial do Estado*, 9 de abril de 1918.**

**Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia. Referente ao Exercício de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 25 de março de 1919.**

**Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia Para Ser Apresentado à Assembléa Geral dos Srs. Acionistas, no dia 29 de abril de 1920. Referente ao Exercício de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 28 de abril de 1920.**

**Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia Para Ser Apresentado à Assembléa Geral dos Srs. Acionistas, em Sessão de 30 de março de 1921. Referente ao Exercício de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 27 de março de 1921.**

**Relatório da Direção da Companhia União Fabril da Bahia Referente ao ano de 1921, a ser apresentado à Assembléa Geral dos Srs. Acionistas em Sessão de 30 de março de 1922. *Diário Oficial do Estado*, 28 de março de 1922.**

**Ata da Sessão de Assembléa Geral Ordinária da Companhia União Fabril da Bahia, Realizada em 31 de março de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 26 de abril de 1919.**

**Ata da Sessão de Assembléa Geral Ordinária da Companhia União Fabril da Bahia, Realizada em 29 de abril de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 22 de maio de 1920.**

**Companhia Fabril dos Fiais. Relatório Referente ao Exercício de 1912. *Diário da Bahia*, 25 de fevereiro de 1913.**

**Companhia Fabril dos Fiais. Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Acionistas, em 25 de fevereiro de 1916. Referente ao Exercício de 1915. *Diário Oficial do Estado*, 24 de fevereiro de 1916.**

**Companhia Fabril dos Fiais. Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Acionistas, em 26 de fevereiro de 1917. Referente ao Exercício de 1916. *Diário Oficial do Estado*, 24 de fevereiro de 1917.**

**Companhia Fabril dos Fiais. Relatório que tem de ser apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, em 21 de fevereiro de 1918. Referente ao Exercício de 1917. *Diário Oficial do Estado*, 21 de fevereiro de 1918.**

**Companhia Fabril dos Fiais.** Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, em 20 de fevereiro de 1919. Referente ao Exercício de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 20 de fevereiro de 1919.

**Companhia Fabril dos Fiais.** Relatório apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, em 23 de fevereiro de 1920. Referente ao Exercício de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 22 de fevereiro de 1920.

**Companhia Fabril dos Fiais.** Relatório para ser apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, em 21 de fevereiro de 1921. Referente ao Exercício de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 19 de fevereiro de 1921.

**Companhia Fabril dos Fiais.** Relatório para ser apresentado pela Diretoria à Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, em 23 de fevereiro de 1922. Referente ao Exercício de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 22 de fevereiro de 1922.

**Companhia Fabril dos Fiais.** Ata da Sessão Extraordinária da Assembléa Geral de 26 de novembro de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 12 de dezembro de 1918.

Ata da Sessão da Assembléa Geral Ordinária da **Companhia Fabril dos Fiais** de 23 de fevereiro de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 10 de março de 1920.

Ata da Sessão da Assembléa Geral Ordinária da **Companhia Fabril dos Fiais** de 21 de fevereiro de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 8 de março de 1921.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião Ordinária da Assembléa Geral em 30 de março de 1914. Referente ao Exercício de 1913. *Gazeta do Povo*, 29 de março de 1914.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião Ordinária da Assembléa Geral em 14 de março de 1916. Referente ao Exercício de 1915. *Diário Oficial do Estado*, 14 de março de 1916.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião Ordinária da Assembléa Geral em 28 de março de 1917. Referente ao Exercício de 1916. *Diário Oficial do Estado*, 25 de março de 1917.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléa Geral Ordinária em 30 de março de 1918. Referente ao Exercício de 1917. *Diário Oficial do Estado*, 27 de março de 1918.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléa Geral Ordinária em 29 de março de 1919. Referente ao Exercício de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 28 de março de 1919.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléa Geral Ordinária em 29 de abril de 1920. Referente ao Exercício de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 28 de abril de 1920.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléa Geral Ordinária em 30 de março de 1921. Referente ao Exercício de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 29 de março de 1921.

Relatório da Direção da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** Para ser apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião da Assembléa Geral Ordinária em 30 de março de 1922. Referente ao Exercício de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 26 de março de 1922.

Ata da Reunião Ordinária da Assembléa Geral da **Companhia Progresso Industrial da Bahia** em 18 de março de 1916. *Diário Oficial do Estado*, 14 de abril de 1916.

Ata da Reunião Ordinária da Assembléa Geral dos Srs. Acionistas da **Companhia Progresso Industrial da Bahia**, em 30 de março de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 7 de abril de 1918.

Ata da Assembléa Geral Extraordinária dos Srs. Acionistas da **Companhia Progresso Industrial da Bahia**, em 15 de junho de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 29 de agosto de 1918.

Ata da Reunião Ordinária da Assembléa Geral dos Srs. Acionistas da **Companhia Progresso Industrial da Bahia**, em 29 de março de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 13 de abril de 1919.

Ata da Assembléa Geral Extraordinária dos Acionistas da **Companhia Progresso Industrial da Bahia**, em 29 de março de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 20 de abril de 1919.

Ata da Reunião Ordinária da Assembléa Geral dos Srs. Acionistas da **Companhia Progresso Industrial da Bahia**, em 30 de março de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 9 de abril de 1921.

**Companhia Valença Industrial**. Constituída Por Assembléa Geral de 1º de agosto de 1899. Relatório da Diretoria Apresentado à Assembléa Geral dos Srs. Acionistas em 30 de abril de 1913. Referente ao Exercício de 1912. *Jornal de Notícias*, 29 de abril de 1913.

Relatório da **Companhia Valença Industrial** a Ser Apresentado à Assembléa Geral dos Srs. Acionistas em 30 de abril de 1915. Referente ao Exercício de 1914. *Jornal de Notícias*, 27 de abril de 1915.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião de Assembléa Geral Ordinária, a realizar-se em 30 de março de 1916. Referente ao Exercício de 1915. *Diário Oficial do Estado*, 26 de março de 1916.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Reunião de Assembléa Geral Ordinária, a realizar-se em 31 de março de 1917. Referente ao Exercício de 1916. *Diário Oficial do Estado*, 28 de março de 1917.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** Para Ser Apresentado aos Srs. Acionistas em Assembléa Geral Ordinária, a realizar-se em 30 de março de 1918. Referente ao Exercício de 1917. *Diário Oficial do Estado*, 27 de março de 1918.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** Para Ser Apresentado na Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, a realizar-se em 18 de março de 1919. Referente ao Exercício de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 14 de março de 1919.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** Para Ser Apresentado na Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, a realizar-se em 24 de março de 1920 Acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal. Referente ao Exercício de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 21 de março de 1920.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** Para Ser Apresentado na Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, a realizar-se em 31 de março de 1921 Acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal. Referente ao Exercício de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 20 de março de 1921.

Relatório da Direção da **Companhia Valença Industrial** para ser apresentado na Assembléa Geral Ordinária dos Srs. Acionistas, a realizar-se em 31 de março de 1922 acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal. Referente ao Exercício de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 8 de março de 1922.

Ata da Assembléa Geral Extraordinária da **Companhia Valença Industrial** em 12 de dezembro de 1918. *Diário Oficial do Estado*, 22 de dezembro de 1918.

Ata da Reunião da Assembléa Geral Ordinária da **Companhia Valença Industrial**. Realizada em 24 de março de 1920. *Diário Oficial do Estado*, 11 de abril de 1920.

Ata da Reunião da Assembléa Geral Ordinária da **Companhia Valença Industrial**. Realizada em 31 de março de 1921. *Diário Oficial do Estado*, 26 de abril de 1920.

**Companhia Serraria e Construções**. Relatório do Exercício de julho de 1918 a julho de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 30 de outubro de 1919.

Ata da Assembléa Geral Ordinária dos Acionistas da **Companhia Serraria e Construções**. *Diário Oficial do Estado*, 22 de novembro de 1919.

Ata da Sessão de Assembléa Geral Extraordinária dos Srs. Acionistas da **Companhia Chapelaria Norte Industrial** Realizada em 22 de setembro de 1919. *Diário Oficial do Estado*, 11 de outubro de 1919.

## Estatutos e Documentos dos Congressos e Sindicatos Operários

**Constituição do Centro Operário da Bahia.** *Diário da Bahia*, 30 de maio (p. 1), 8 e 9 de junho de 1894 (p. 2).

**Estatutos do Centro Operário da Capital do Estado da Bahia.** Bahia: Tipografia do Salvador - Catedral, 1911.36 p. reformado e passando a chamar-se *Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia*.

**Conclusões do Quarto Congresso Operário Brasileiro.** realizado de 7 a 15 de novembro de 1912, no Palácio Monroe, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913, 252 p.

**Estatutos do Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e demais classes.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 19 de outubro de 1919.

**Estatutos da União Geral dos Tecelões da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11 de fevereiro de 1920.

**Estatutos da Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 1 de fevereiro de 1920.

**Estatutos da União dos Metalúrgicos da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 14 de outubro de 1919.

**Estatutos da União Gráfica Baiana.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21 de fevereiro de 1920.

**Estatutos da União dos Foguistas.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 22 de maio de 1919.

**Estatutos da União dos Foguistas Terrestres da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de fevereiro de 1920.

**Estatutos da Sociedade Civil União Geral dos Carregadores da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12 de setembro de 1920.

**Estatutos da União dos Conferentes da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de julho de 1920.

**Estatutos da Sociedade União de Resistência dos Trabalhadores das Docas da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de novembro de 1920.

**Estatutos do Sindicato dos Carregadores da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 5 de agosto de 1920.

**Estatutos da Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de março de 1920.

**Estatutos da Sociedade União dos Operários de Padaria.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12 de setembro de 1919.

**Estatutos da União dos Condutores de Veículos e Classes Anexas da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de maio de 1920.

**Estatutos da Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25 de setembro de 1920.

**Estatutos da Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 14 de fevereiro de 1920.

**Estatutos da Sociedade União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10 de agosto de 1919.

**Estatutos (extratos) da Sociedade Beneficente dos Empregados do Telégrafo Nacional na Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de agosto de 1919.

**Estatutos do Centro Automobilístico do Estado da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24 de abril de 1920.

**Projeto de Estatutos do Sindicato de Ofícios Vários de Maré (Ilha de Maré).** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4 de janeiro de 1921.

**Estatutos da Sociedade Centro e União Culinária.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21 de janeiro de 1921.

**Estatutos da Associação Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24 de janeiro de 1919.

**Projeto de Estatutos da Cooperativa Operária.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 6 de julho de 1919.

**Ata e Estatutos da Sociedade Cooperativa e Auxiliadora dos Empregados da Compagnie Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 30 de janeiro de 1918.

**Projeto de Reforma dos Estatutos da Sociedade Beneficência Caixeiral.** *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de janeiro de 1918.

**Relatório do Centro Operário da Bahia.** Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 3 de maio de 1903. Bahia: Imprensa Moderna, 1903.

**Relatório do Centro Operário da Bahia.** Exercício Social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro dos Santos, Presidente do Conselho Executivo à Assembléia Geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felipe Tranquilino de Castro. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910.

**Relatório apresentado à Assembléia Geral da Associação Tipográfica Baiana pelo Conselho Diretorio de 1904 a 1905, em sessão de 30 de abril de 1905 e na mesma aprovado.** Bahia: Imprensa Moderna, 1905.

**Relatório apresentado à Assembléia Geral da Associação Tipográfica Baiana pelo Conselho Diretorio de 1905 a 1906, em sessão de 22 de abril de 1906 e na mesma aprovado.** Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1906.

**Relatório apresentado à Assembléia Geral da Associação Tipográfica Baiana pelo Conselho Diretorio de 1906 a 1907, em sessão de Assembléia Geral de 21 de abril de 1907 e unanimemente aprovado.** Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1907.

**Relatório apresentado à Assembléia Geral da Associação Tipográfica Baiana pelo Conselho Diretorio de 1907 a 1908, em Assembléia Geral de 19 de abril de 1908 e unanimemente aprovado.** Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1908.

**Associação Tipográfica Baiana.** Relatório apresentado pelo Conselho Diretorio em sessão da Assembléia Geral de 25 de abril de 1909, exercício de 1908 a 1909. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1909.

**Associação Tipográfica Baiana.** Relatório do exercício de 1909 a 1910, apresentado pelo Conselho Diretorio em sessão da Assembléia Geral de 24 de abril de 1910. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910.

**Associação Tipográfica Baiana.** Relatório do exercício de 1910 a 1911, apresentado pelo Conselho Diretorio em sessão da Assembléia Geral de 16 de abril de 1911. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1911.

**Associação Tipográfica Baiana.** Relatório apresentado pelo Conselho Diretorio em Assembléia Geral de 28 de abril de 1912 e na mesma unanimemente aprovado, exercício de 1911 a 1912. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1911.

**Relatório do exercício de 1924 da Associação Tipográfica Baiana, apresentado pelo presidente do Conselho Diretorio, Theodomiro Baptista, aprovado em sessão de Assembléia Geral do dia 8 de fevereiro de 1925.** Bahia: Tipografia América, 1925.

**Associação Tipográfica Baiana.** Relatório do exercício de 1928, apresentado pelo Conselho Diretorio, Caetano de Carvalho, aprovado em Assembléia Geral do dia 24 de fevereiro de 1929. Bahia: s/e, 1929.

**Associação Tipográfica Baiana.** Relatório do exercício de 1937, apresentado pelo Presidente do Conselho Diretorio, Demócrito Gomes de Carvalho, aprovado em Assembléia Geral de 27 de março de 1938.

## BIBLIOGRAFIA

- ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda., 1986.
- ALVIM, Maria Rosilene B. *A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre família num grupo de operários têxteis. *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 99-123.
- \_\_\_\_\_. & LEITE LOPES, José Sérgio. Famílias operárias, famílias de operários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 5, nº 14, outubro de 1990, pp. 7-17.
- ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1987.
- ARAÚJO, Sílvia Maria & CARDOSO, Alcina Maria de Lara. *Jornalismo e Militância Operária*. Curitiba (PR): Editora da UFPR, 1992.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos na Bahia e Outros Temas*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989.
- BACELAR, Jefferson. *Galegos no Paralelo Racial*. Salvador: Ianamá/CEAO/CED-UFBA, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Hierarquia das Raças: Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BAETA NEVES, Maria Cecília. Greve dos Sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: Notas de Pesquisa. In *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, abril/junho de 1973, pp. 49-66.
- BAK, Joan. Labor, Community, and the Making of a Cross-Class Alliance in Brazil: The 1917 Railroad Strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American Historical Review*, vol. 78, nº 2, 1998, pp. 179-227.
- BANDEIRA, Moniz et alii. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BATALHA, Claudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990.
- \_\_\_\_\_. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 12, nº 23/24, setembro de 1991 - agosto de 1992.
- \_\_\_\_\_. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro no Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 41-66.
- \_\_\_\_\_. A Difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na Virada do Século XIX. In MORAES, João Quartim (Org.) *História do Marxismo no Brasil (Vol. II - Os Influxos teóricos)*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1999.
- BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia, 1870-1930*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 1975.
- BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas: Memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária* Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 6, nº 11, setembro de 1985/fevereiro de 1986.
- CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos anos 1917 a 1921)*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1998.
- CARONE, Edgar. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1981.  
 \_\_\_\_\_, *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989.  
 \_\_\_\_\_, *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e Cotidiano Operário no Sertão*. Campinas (SP): Papyrus, 1988.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DE LUCA, Tania Regina. *O Sonho do Futuro Assegurado: O Mutualismo em São Paulo*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- DULLES, John W.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª edição. São Paulo: Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora da UFMG/IIUCITEC, 1988.
- ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. 2ª edição. São Paulo: Global, 1988.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1976.  
 \_\_\_\_\_, *Conflito Social na República Oligárquica: A Greve de 1917. Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 10, out.-nov.-dez. de 1974, pp. 79-109.  
 \_\_\_\_\_ (Org.). *Fazer a América*. 2ª edição. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- FOLIS, Sidney Sérgio F. & RIBEIRO, Marcus Venício T. *O Rio Onde o Sol não Brilha: Acumulação e Pobreza na Transição Para o Capitalismo*. Revista do Rio de Janeiro. Niterói (RJ), UFF, vol. 1, nº 1, 1985, pp. 45-59.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FONTES, José Raimundo. *Manifestações Operárias na Bahia: O Movimento Grevista, 1888-1930*. Salvador: Dissertação de Mestrado, UFBA, 1988.
- FORTES, Alexandre. *Da Solidariedade à Assistência: Estratégias Organizativas e Mutualidade no Movimento Operário de Porto Alegre na Primeira Metade do Século XX*. Cadernos AEL. Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 171-218.
- GITAHY, Maria Lúcia C. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo/Santos: Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GOMÊS, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HAUPT, Georges. *Por que a História do Movimento Operário?*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 5, nº 10, março/agosto de 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARD, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. 2ª edição revista. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HOBSBAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.  
 \_\_\_\_\_, *Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- \_\_\_\_\_. *Da Revolução Industrial Inglesa a Imperialismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A Era do Capital (1848-1875)*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KLEIN, Herbert S. *A Imigração Espanhola no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1994.
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Idéias de Civilização e Cenas de Anti-Civilidade em um Contexto de Modernização Urbana*. Salvador, 1912-1916. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 1996.
- LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira e. *História Política do Abastecimento, 1918-1974*. Brasília: BINAGRE, 1979.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et. al. *Questão Habitacional e o Movimento Operário*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer & STOLTZ, Eduardo Navarro. *Flutuações Cíclicas da Economia, Condições de Vida e Movimento Operário Revista do Rio de Janeiro*. Niterói (RJ), UFF, vol. 1, nº 1, 1985, pp. 61-86.
- IONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora da UFPel., 2001.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB, 1988.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite et. al. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação (Estudos Sobre Trabalhadores Urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- LOSOVSKY, Alexandre. *A Concepção Marxista dos Sindicatos: O Programa de Ação da Internacional Sindical Vermelha*. São Paulo: Outubro, 1994.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicato*. São Paulo: Kairós, 1979.
- MANIFESTOS, TESES E RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO DA III INTERNACIONAL COMUNISTA. São Paulo: Brasil Debates Editora, 1988.
- MANIFESTOS, TESES E RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO DA III INTERNACIONAL COMUNISTA. São Paulo: Brasil Debates Editora, 1989.
- MANIFESTOS, TESES E RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO DA III INTERNACIONAL COMUNISTA. São Paulo: Brasil Debates Editora, 1989.
- MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARSON, Adalberto. *Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: Marco Zero, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder: A Trajetória e Polêmica em Torno das Indústrias de Sacaria para o Café (São Paulo, 1888-1934)*. 2ª edição. São Paulo: Sette Letras, 1996.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB, 1997.

- OFFE, Claus & WIESENTHAL, Helmut. *Duas Lógicas da Ação Coletiva: Anotações Teóricas Sobre Classe Social e Forma Organizacional. Problemas Estruturais do Estado Capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Industrial Cidade de Valença: Um Surto de Industrialização na Bahia do Século XIX.* Salvador: CEB-UFBA, 1985.
- PÁDUA, J. A. Valladares. *A Capital, a República e o Sonho: A Experiência dos Partidos Operários de 1890. Dados - Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, vol. 28, nº 2, 1985, pp. 163-192.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder & TELLES, Vera da Silva. *Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 3, nº 6, 1984.
- PEDRÃO, Fernando Cardoso. *As Raízes da Pobreza na Bahia: A Condição Econômica da Questão Social.* Salvador: CEB-UFBA, 1985.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Astorgildo. *Ensaio Histórico e Político.* São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PEREIRA, Vera Maria Candido. *O Coração da Fábrica: estudo de caso entre trabalhadores têxteis.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- PETERSEN Sílvia R. F. & LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho, 1870-1937.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS-Tchê, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Cruzando Fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira.* In ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *Trabalho, Cultura e Cidadania: Um Balanço da História Social Brasileira.* São Paulo: Scritta, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As Greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)* In Sérgio Gonzaga (Org.), *RS: Economia e Política.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer, Imigração. In *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III (O Brasil Republicano), 2º Volume (Sociedade e Instituições - 1889-1930). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 93-133.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Proletariado Industrial na Primeira República.* In Fausto, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III (O Brasil Republicano), 2º Volume (Sociedade e Instituições - 1889-1930). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 135-178.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930)*, Vol. 1 (O Movimento Operário). São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930)*, Vol. 2 (Condições de Vida e de Trabalho. Relações com as Empresas e o Estado). São Paulo: Brasiliense/Campinas (SP): FUNCAMP, 1981.
- PIZZORNO, Alessandro. *Los Sindicatos y la Acción Política. Cuadernos de Pasado e Presente* (Economía e Política en la Acción Sindical). Buenos Aires (Argentina), nº 44, 1973, pp. 75-106.
- PRZEWORSKI, Adam. *O Processo de Formação das Classes.* *Dados.* Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 16, 1977.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil, 1890-1930.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930).* Campinas (SP): Editora da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1988.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: Os Portugueses e os Conflitos de Trabalho na República Velha.* São Paulo: Brasiliense, 1990. (Col. Tudo é História, 129)
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Difel, 1968.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- RUBIM, Antônio Albino e RUBIM, Jorge Canelas. As Lutas Operárias na Bahia (1917-1921). *Cadernos do CEAS*. Salvador, nº 80, julho/agosto de 1982.
- RUBIM, Antonio Albino. Movimentos Sociais e Meios de Comunicação –Bahia, 1917-1921. *Cadernos do CEAS*. Salvador, nº 61, maio/julho de 1979.
- SALTALAMACCHIA, Homero Rodolfo. O Processo de Formação das Classes: Uma Crítica a Adam Przeworski. *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 21, 1979.
- SAMPAIO, José Luis Pamponet. *Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte. 1891-1973*. Salvador: Dissertação de Mestrado, UFBA, 1975.
- SAMPAIO, José Luis Pamponet; MEIRA, Mércia Maria Lima; LINS, Yara Cecy Falcón; NASCIMENTO, Maria de Fátima. Algodão e Têxtil na Bahia. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1ª Etapa: 1850-1889*. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia/CPE, 1978, pp. 181-230.
- SAMPAIO, José Luis Pamponet & SILVA, Tânia Maria Bomfim da Indústria. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional. 1ª Etapa: 1850-1889*. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia/CPE, 1978, pp. 243-298.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2ª edição. Editora da UFBA, 1999.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Os Caixeiros da Bahia: Seu Papel Conservador na Primeira República*. Salvador, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Sabrevivência e Tensões: Salvador, 1890-1930*. São Paulo: Tese de Doutorado em História, USP, 1982.
- \_\_\_\_\_. Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940). *RUA - Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Salvador, Faculdade de Arquitetura da UFBA, vol. 3, nº 4/5, 1990, pp. 20-29.
- \_\_\_\_\_. Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana. In FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.) *Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1992, pp. 257-262.
- \_\_\_\_\_. Habitação em Salvador: Fatos e Mitos In BRESCIANI, Maria Stella (Org.) *Imagens da Cidade (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1993, pp. 93-110.
- SCHMIDT, Benito Bisso. A Diretoria dos Espíritos da Classe: a 'Sociedade União Operária' de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL*. Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 147-170.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 2ª Etapa (1890-1930)*. Salvador: CPE, 1980.
- SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural/EGBA, 1998.
- SILVA, Fernando Teixeira da & GITAIHY, Maria Lúcia. O Movimento Operário da Construção Civil Durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. *Revista Social (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP)*. Campinas (SP), nº 3, 1996.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. A Bipolaridade Política Rio-Grandense e o Movimento Operário (1887-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, vol. XXII, nº 2, dezembro de 1996, pp. 5-26.
- \_\_\_\_\_. Etnia e Classe no Mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, vol. XXV, nº 2, dezembro de 1999, pp. 147-174

- \_\_\_\_\_. Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre, Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000, CD-ROM (s9a1.doc).
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.
- SINGER, Paul, O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930. In Boris Fausto. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano), 1º Volume (Estrutura de Poder e Economia – 1889-1930). 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 345-390.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político-Partidário na República Velha. In MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1969.
- STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 2000.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- TRENTO, Angelo. *Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paulo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. La Sociedad Inglesa Del Siglo XVIII: Lucha de Clases Sin Clases?. In *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios Sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Afro-Ásia*. Salvador, CEAOUFBA, nº 24, 2000.
- VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ª edição (revista). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1899-1945)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- VIOTTI DA COSTA, Emilia. Estrutura versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais)*. Rio de Janeiro, nº 29, 1º semestre de 1990, pp.3-16.
- VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: Mudança Técnica e Sindicalismo Gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- WEILL, Simone. *A Condição Operária e Outros Ensaio*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

## Obras Raras

- ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz. *A Bahia e os seus Governadores*. Salvador: Imprensa Oficial, 1923.
- BOCCANERA JUNIOR, Sílio. *Bahia Cívica e Religiosa: Subsídios para a sua História*. Bahia: Nova Gráfica, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Bahia Histórica: Reminiscências do Passado, Registro do Presente*. Bahia: Tipografia Baiana, 1921, 308 p.
- \_\_\_\_\_. *Bahia Epigráfica e Iconográfica (Resenha Histórica)*. Bahia: S/E, 1928, 488 p.
- BORGES DE BARROS, A. Dr. J. J. *Seabra: sua vida, sua obra na República*. 2ª edição, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931, 496 p.
- \_\_\_\_\_. *Impressões do Brasil no Século XX. Sua História, Seu Comércio, Indústrias e Recursos*. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltda., 1913.
- PINHO, Péricles Madureira de. Conflitos Coletivos de Trabalho no Porto da Bahia em 1912. *Fórum. Revista do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia*. Ano V, Vol. XIII, Fasc. 4, 1940, pp. 19-27.
- \_\_\_\_\_. *Luiz Tarquinio, Pioneiro da Justiça Social no Brasil*. Salvador: Imprensa Vitória, 1944.
- \_\_\_\_\_. *O Problema da Sindicatização Rural*. Rio de Janeiro: S/E, 1939.
- QUERINO, Manoel Raymundo. *As Artes na Bahia (Escorço de uma Contribuição História)*. 2ª edição melhorada. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1913.
- \_\_\_\_\_. *A Bahia de Outrora: Vultos e Fatos Populares*. 2ª Edição. Bahia: Livraria Econômica, 1922.
- \_\_\_\_\_. *Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro – 1857-1957. Um Século de Existência*. Salvador: Tipografia Menu Editora Ltda., 1957.
- UBATUBA, Ezequiel. *O Estado da Bahia: Bahia Urbana – Bahia Rural (Conferência Realizada Pelo Dr. Ezequiel Ubatuba no Salão Nobre do IGHBA em Setembro de 1917)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória Sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.